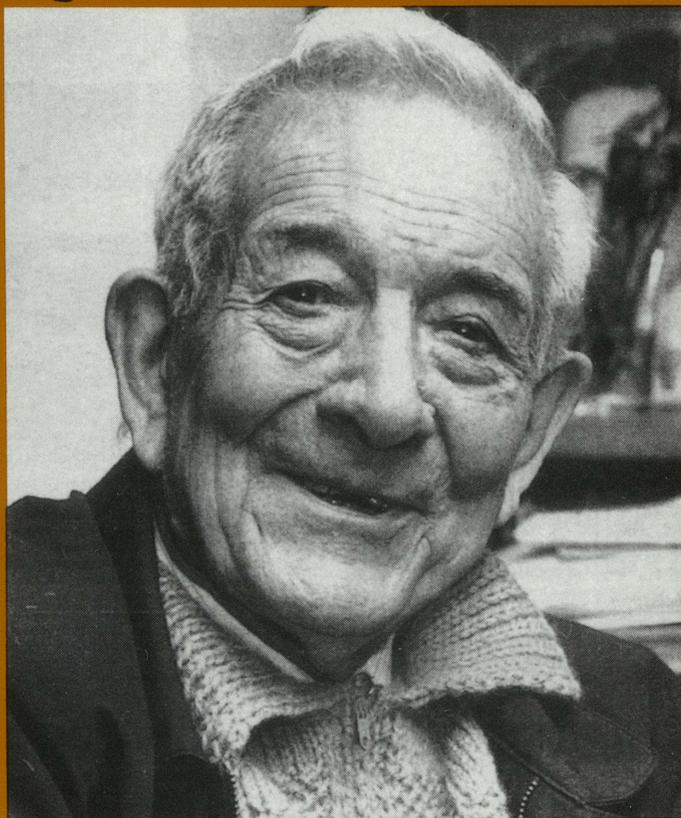


AGÁLIA

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA

Joan Coromines



JOAN COROMINES 1905 - 1997

N.º 48

INVERNO 1996

DIRECÇOM:

Maria do Carmo Henriquez Salido

CONSELHO DE REDACÇOM:

Isaac Alonso Estravis
José Ramom Chantada Acosta
Carlos Garrido
José António L. Taboada
Jenaro Marinhos del Valle
José Maria Monterroso Devesa
César Carlos Morám Fraga
J. Carlos Quiroga D.
Joám Carlos Rábade Castinheira
Henrique Rabunhal Corgo
José Luís Rodríguez
José António Souto Cabo

In memoriam:

Ricardo Carvalho Calero

NOTA DA REDACÇOM

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.
2. A revista nom se responsabiliza da devoluçom de originais.
3. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.
4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerám com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego*), ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitaçom desta norma.
5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a Revista com os respectivos pontos de vista.

Imprime: VENUS artes gráficas, s, a.
Corunha - Dep. Legal: C- 250 - 1985
ISSN 1130-3557

RECEPÇOM DE ORIGINAIS: Apartado dos Correios 560. 15080-Corunha (Galiza)
Apartado dos Correios 289. 15780-Santiago de Compostela (Galiza)
ASSINATURAS: Apartado dos Correios 453. 32080-Ourense (Galiza)

CONSELHO ASSESSOR

GALIZA

José Agrelo Ermo
Mário Alonso Nozeda
Maria Luísa Andrade
Carlos Campoy
Denis Conles
Júlio Garcia Santiago
Alberto Garcia Vessada
Luís Gonçalves Blasco
Marcial Gondar Portasany
Cláudio López Garrido
Aurora Marco
Higinio Martínez Estêvez
Ramom Nogueira Calvo
José Posada
Maria das Dores Rei Teixeira
Ramom Reimunde Noreña
Manuela Rivera Cascudo
Felisindo Rodríguez
Joám Trilho Pérez
Xavier Vilhar Trilho

In memoriam:

Ernesto Guerra da Cal

BRASIL

Leodegário A. de Azevedo Filho
Gladstone Chaves de Melo
Sílvio Elia
Reynaldo Valinho

MOÇAMBIQUE

Fátima Mendonça

PORTUGAL

Maria Luísa Baptista
José A. Fernandes Camelo
Mário Gomes dos Santos
Óscar Lopes
Albano Martins
José Luís Pires Laranjeira

In memoriam:

Manuel Rodrigues Lapa

SUMÁRIO

	<u>PÁGS.</u>
ESTUDOS	
<i>Joan Coromines e o reintegracionismo galegoportuguês</i> , por Isaac Alonso Estraviz	403-409
<i>Sobre a unificação ortográfica galego-portuguesa</i> , por Joan Coromines (+) ..	411-416
<i>O «nosso» mestre Joan Coromines, um grande cientista e um grande patriota</i> , por María do Carmo Henríquez Salido	417-433
<i>A propósito da Confissam de Joam Gomes da Ilha no Cancioneiro Geral</i> , por Maria Isabel Morán Cabanas	435-450
NOTAS	
<i>Em volta de uma versão galega de Camões</i> , por José Manuel Dasilva	451-462
<i>O ensino de língua materna no Brasil: um exemplo a não ser seguido</i> , por Roberto Farias	463-470
<i>Experiência didáctica da tradução para galego das cláusulas de relativo inglesas com whose</i> , por Carlos Garrido	471-476
<i>Presença do galego-português no lunfardo</i> , por Jorge Rodrigues Gomes	477-482
<i>Os Uru-eu-uau-uau de Rondônia: em busca de si mesmos</i> , por Wany Sampaio e Vera da Silva	483-488
ANTOLOGIA	
<i>Poemas</i> , por José Martinho Montero Santalha	489-496

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Jornadas nacionais sobre a Língua Portuguesa em Guimarães	497-498
Proposição nom de Lei do BNG relativa à inclusom da Língua e Literatura Galega nos estudos de Filologia da UNED	498-500
Apresentada umha Proposição nom de Lei no Congresso dos Deputados em em apoio e adesom à Declaraçom Universal dos Direitos Lingüísticos ..	501-502
Sobre política e idioma: as teimas de Méndez Ferrín	503
Reintegracionismo em Chantada	504-505
A Comissom de Toponímia decide nom propor, o topónimo OGROBE	505-512
A revista <i>Agália</i> na Televisom Portuguesa	513-514
Rejeitada umha emenda no IX Congresso da Uniom do Pobo Galego (U.P.G.)	514-515
A revista <i>Agália</i> subsidiada pola Direcçom Geral do Livro e da Leitura	515-516

IN MEMORIAM

Foi-se-nos Joan Coromines	517
---------------------------------	-----

RECENSONS

Tradução e análise contrastiva: teoria e aplicação, por Óscar Díaz Fouces ..	519-520
Galegos e cristiáns, por Jaime González Ortega	521
O <i>Silêncio ergueito</i> de António Gil Hernández, por Henrique Rabunhal	522-524

ÍNDICE DO TOMO XII. ANO 1996	525-526
------------------------------------	---------

CAPA: Júlio Gaioso

FOTOGRAFIAS: Galegos de três mundos e há cem anos

Joan Coromines e o reintegracionismo galegoportuguês

Isaac ALONSO ESTRAVIZ
(Universidade de Vigo)

1. ANTES DO 1936

1.1. Quando no XIX surge o cultivo literário da língua galega, os escritores, ignorantes do nosso passado histórico, escrevem em galego de acordo com o que aprenderam na escola castelhana, procurando buscar umas grafias especiais para aqueles sons que nom tinha o idioma no que lhes ensinaram a ler. Contudo, já desde o primeiro momento, há escritores conhecedores do grego e do latim que procuram escrever o galego de acordo com os criterios das línguas clássicas e românicas.

1.2. No ano 1905 funda-se na Havana a Academia Galega. Os seus Estatutos são aprovados o 25 de Agosto de 1906. A sua finalidade é a de cultivar as Belas Letras em geral, e principalmente, aqueles estudos que mais possam contribuir ao conhecimento da História, Antiguidades, Literatura e Língua da Galiza. Apesar de tudo, já desde o primeiro momento há uma preocupação pola língua, como se vê no discurso inaugural de Manuel Murguia. Pouco tempo depois cria-se a Comissão Ortográfica que apresenta à Academia o seu Ditame, que é aprovado na Junta celebrada o 26 de Abril de 1909. A respeito da ortografia diz-nos que a «que deberá emplear en todos los escritos en gallego esta Real Academia, habrá de ser la etimológica, no sólo por ser la aceptada por las Academias de las lenguas cultas, sino por su conveniencia para los estudios filológicos».

«Esta corporación estará en el deber de aconsejar a sus escritores regionales que se dignen emplear en sus trabajos dicha ortografía» (Boletín RAG, nº 26, 20 de Maio de 1909, pp. 45-47).

1.3. A RAG o único que faz é seguir as directrizes dos grandes filólogos da Romanística. Apesar de tudo, esta proposta tardou em se levar a cabo, mas concretou-se numa obra fundamental que não se terminou. O dicionário cuja publi-

cação se iniciou em 1913 e terminou sem se concluir em 1928. E o mesmo aconteceu com o «Vocabulario Castellano Gallego de las Irmandades da Fala» em 1933.

1.4. Na etapa anterior a 1936 assumem esses postulados aqueles escritores da época das Irmandades da Fala, da Geração Nós e do Seminário de Estudos Galegos. Mas alguns não os levam à prática. Sem embargo, uns sim os levam e outros escrevem decididamente em ortografia portuguesa. Se não houvesse sido pola guerra do 36 -que tronçou todas as esperanças e perspectivas- este problema estaria resolvido há muito tempo.

1.5. Após a guerra, as publicações deslocam-se a Argentina, México, etc. Entre incertezas dum lado e desconhecimento de outro, chega-se às décadas dos cinquenta e sessenta. No 1950 nasce Galáxia e depois Castrelos. Na escrita estamos novamente como nos finais do século passado. Nos anos 1958-1959 tomo contacto através de Jesus Ferro Couselo com todos os dirigentes de Galáxia. Com R. Piñeiro e outros muitos levantei o problema de por que se escrevia desse jeito e não se ia a uma ortografia etimológica. A resposta foi sempre a mesma: nós não podemos empregar o «g» e «j» nem outros sinais gráficos porque o povo é educado em castelhano e vamos ter problemas graves pois lerão «gente, justiça» à castelhana. Quando se ensine nas escolas o galego então virá o momento de podermos escrever o galego dessa maneira. E houve que claudicar esperando esse momento oportuno, já que não havia outra hipótese. E ainda me perguntava como é que os catalães escreviam seu idioma correctamente sem terem o ensino do catalão. Duvidei dos nossos intelectuais e duvidei do nosso povo. Alongado da terra por causas completamente alheias à minha vontade, quando vinha por cá passava-o muito mal ao comprovar a indiferença com que se vivia a respeito do idioma e de outros problemas também fundamentais. O problema é que esses livros de 1000 exemplares como máximo nunca foram parar às mãos de gentes do povo. Podemos dizer que uns escreviam para outros e todos esses senhores sim sabiam como se devia ler em galego. E os novos aprendíamos a ler nesses livros e nos de Rosalia, Curros e Lamas Carvajal, etc.

2. A DÉCADA DOS SETENTA

2.1. Afortunadamente, começou a surgir por toda a parte um movimento de dignificação da escrita: Londres, Roma, Madrid, Santiago, Corunha, Ourense, Buenos Aires... E esse clamor unânime surgia sem que houvesse um contacto directo entre uns e outros. Era a voz da razão de pessoas cultas sem preconceitos regionalistas nem ideais nacionalistas raquíticos. Na década dos setenta a polémica estava nos jornais, na rádio, na rua, em toda a parte. «La Voz de Galicia» chegou a premiar e publicar, na primeira página o 25 de Julho de 1977, um artigo de José Martinho Montero Santalha, que fora publicado esse mesmo ano o 17.05.1977 no «Suplemento das Letras Galegas» de «El Ideal Gallego» no que se defendia abertamente a reintegração do galego no português. É a época da liberdade. O ILG -dialectólogos todos eles- estão a trabalhar na recolha de material. O problema surge quando além de dialectólogos querem passar a normativizadores.

2.2. Rodrigues Lapa, que levava toda a sua vida afirmando o mesmo, publica -primeiro em *Colóquio/Letras*, 13, e depois em *Grial*, 41, Julho-Setembro de

1973- o seu artigo mais polémico intitulado «A recuperação literária do galego», pp. 278-287, tendo como ponto de partida a carta de R. Piñeiro «Carta de Santiago de Compostela / A expansión crecente da lingua galega», publicada em Colóquio/Letras, 8, pp. 75-77, na que fala com optimismo dos avanços do galego: 1) transigência da igreja em verter para o galego textos da liturgia e celebrar algumas bodas e baptizados no idioma vernáculo; 2) Cátedra de Linguística e Literatura Galega; 3) emprego do galego pola RAG; 4) cursos de galego e penetração do galego na burguesia urbana.

2.3. Rodrigues Lapa não se deixa enganar polas miragens de R. Piñeiro. Tem presente a massiva emigração e o abandono da aldeia pola cidade. A sua é a atitude prudente de quem está à espera do que possa acontecer. Faz um repasso a tudo o que lhe contam nas suas visitas a Anadia ou de forma epistolar escritores galegos e conhece muito bem toda a problemática com todas as dificuldades que supõe criar uma norma literária partindo do castelhano. Por isso ele fala abertamente de «uma futura integração dos dois idiomas, a nível literário» (p. 283) e reconhece que as sugestões vão ter resistência (p. 284). Apesar de tudo, não teve o mais mínimo reparo em afirmar claramente: «Nada mais resta senão admitir que, sendo o português literário actual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada em salva de prata. É com este material da velha casa comum, e sem pôr de lado o castelhano para o que for provisoriamente necessário, que se deve forjar progressiva mas aceleradamente a língua de cultura indispensável à Galiza» (p. 286).

2.4. A reacção não se fez esperar. R. Piñeiro, considerando-se pontífice máximo do galego, responde no número seguinte (*Grial*, 42, Outubro-Dezembro, 1973, pp. 389-402). R. Piñeiro através de um misto de galego e castelhano, hoje a maioria dos vocábulos seriam considerados antinorma, tenta por todos os meios refutar a Rodrigues Lapa, mas afinal tem que reconhecer que «En primeiro lugar, estamos totalmente de acordo en que o galego e o portugués son radicalmente a mesma lingua. Durante séculos -os séculos da súa formación e os primeiros séculos da súa floración literaria-, era unha lingua única que conocemos como *galego-portugués*. Si hoxe, ao cabo dos séculos, esa lingua se ramificou en tres variedades, o tronco, o núcleo, é común ás tres.

Tamén estamos de acordo en que esa comunidade fundamental das linguas compre mantela, no que os galegos somos mesmamente os máis interesados, porque esa comunidade, é a que nos abre un horizonte inmenso de universalidade cultural dentro do ámbito lingüístico propio. Sería necio que renunciásemos a esas posibilidades de expansión cultural.

En consonancia con esto, a política a seguir na fixación do galego culto debe orientarse decididamente á consolidación de todo o que hai de común no galego e no portugués. E na incorporación do vocabulario técnico, que o galego ten que levar a cabo intensamente, tamén debemos tender á maior identidade das duas linguas irmás» (pp. 401-402).

2.5. Quem leu a carta desde o começo até este ponto o primeiro que descobre é que Piñeiro se move numa série de contradições e não dá nenhuma resposta científica e menos ainda convincente. Move-se no mundo de uma sentimentalidade pri-

mária e não nos dá razão alguma. A sua é uma atitude de não mas sim. Por isso toda a sua argumentação pode-se resumir no ditado latino «parem os montes e nasce um rato». Esta tomada de postura, propiciada polo ILG, pois ele defendera teses diferentes (consulte-se o *Dicionário de literatura portuguesa, brasileira e galega*, dirigido por Jacinto do Prado Coelho e onde ele interveiu para que se incluisse a galega, como afirmava com muita autosuficiência, produziu muito mal na caminhada de uma escrita digna.

2.6. Como deixo dito em 2.1. surgem por toda a parte movimentos em defesa da unidade ortográfica galegoportuguesa. O chamado grupo de Roma, ou os 13 de Roma, elaboram um «Manifesto para a supervivência da cultura galega», que publicarão através de Rodrigues Lapa na revista *Seara Nova* de Lisboa, nº 1.547, Setembro de 1974, pp. 30-31, que muitos não tivemos ainda a oportunidade de conhecer. Um dos integrantes dos 13 de Roma é José Martinho Montero Santalha.

2.7. Montero Santalha, que estava muito ao tanto da polémica Rodrigues Lapa-Ramón Piñeiro, decide-se e intervém publicando um extenso artigo, tentando conciliar ambas as posturas mediante uma análise pormenorizada dos dous artigos. O seu trabalho publica-se em *Grial*, 51, Janeiro-Março de 1976. O trabalho intitula-se «Unificación ortográfica galego-portuguesa». Montero Santalha divide o seu trabalho em cinco apartados: **1. A polémica Rodrigues Lapa-Piñeiro: ¿existe unha «via meia»?;** **2. A cuestión de fondo: ¿galego ou galego-portugués?;** **3. A bifurcación ortográfica;** **4. A ortografía galega autónoma (OGA)**, que à sua vez subdivide em: **a) Orixen e finalidade;** **b) Efeitos positivos;** **c) Efeitos negativos;** **5. En prol da unificación ortográfica galego-portuguesa**, que também subdivide em: **a) Problemas meramente gráfcos**, no que analisa seis pontos fundamentais da ortografia; **b) Problemas de natureza gráfico-fonética**, onde analisa os problemas desde o ponto de vista fonético, terminando com **6. Epílogo: algunhas suxestións prácticas**. O trabalho, para aquelas datas, é bastante rico em informação nas notas ao rodapé.

2.8. Para Montero Santalha as posturas de Rodrigues Lapa e Ramón Piñeiro têm parte de razão e podem ser reduzidas a um ponto intermédio: empregar a ortografia portuguesa e não renunciar a aquilo que de particular tem a variante galega. Na análise de galego ou português, empregando as mesmas palavras de Piñeiro a conclusão é que «galego e portugués son radicalmente a mesma língua». O problema que não permite ver claro está nas distintas ortografias empregadas. Ao examinar as divergências fonéticas, morfológicas e léxicas, reconhece que isso é normal em toda língua. Refere-se mais adiante aos problemas meramente gráficos cuja solução resulta fácil sem perder nada do que nos é próprio. O mesmo aconteceria com aqueles problemas de natureza fonética.

3. A ATITUDE DE COROMINES

3.1. Coromines lê atentamente o artigo de Montero Santalha e decide abertamente, com muita dignidade e respeito para com os galegos, como se pode constatar através do texto e dum jeito especial na nota final, tomar parte na polémica, descendo a casos concretos, confirmando ou aclarando pontos do artigo de Montero Santalha. É o primeiro filólogo não galego que se toma o cuidado de não

ficar na teoria e se molha plenamente. Não se podia esperar outra coisa de quem toda a sua vida soube conservar a dignidade intelectual. Escreve o artigo «Sobre a unificación ortográfica galego-portuguesa» (pp. 277-282). Coromines começa com um «Vaia ante todo a miña felicitazón ao autor do artigo em prol da unificación ortográfica galego-portuguesa, publicado no número 51 de «Grial»¹. Felicitazón entusiasta: eis a voz da razón, eis o que eu sempre penséi» (p. 277). Como se pode ver no texto de Coromines que se publica tal e como esta em *Grial*, vai ponto por ponto analisando o trabalho de Montero Santalha e sugerindo o que para ele seria conveniente ter em conta para resolver da forma mais fácil um problema que em teoria parecia irresolúvel naquela altura: lh, nh, traço de união, acento, problemas de natureza gráfico-fonética, grupo QU -no que permite certas licenças em vocábulos patrimoniais-, nasalidade -onde aconselha de momento o -m final no lugar do -n e do til, supressão de epênteses, pronome indefinido umha, nos cultismos opta abertamente pola solução portuguesa. Sem ser galego, deu soluções à normativa reintegracionista que ainda seguem vivas para muitos.

3.2. Os efeitos do trabalho de Coromines não ficaram aqui. Felizmente, naquela altura *Grial* estava aberto à polémica. Nesse mesmo número (pp. 361-364) publica Carlos Durão, inspirado também no artigo de Montero Santalha, «Sobre a ortografia galega: unha iniciativa». Fala de como no ano anterior à polémica Rodrigues Lapa-Ramón Piñeiro, no 1972, o Grupo de Trabalho Galego de Londres, já tomaram parte activa na aproximação ortográfica galego-portuguesa nos suplementos dos números 7 e 8 do seu Boletim, incluindo no número 8 (Abril 72) uma carta de Rodrigues Lapa que, fundamentalmente, vem a dizer o mesmo do que diz na polémico artigo publicado em *Grial* e no número 9 um extracto da carta do Prof. Agostinho da Silva, da Universidade de Santa Catarina, Brasil, sobre o mesmo tema. Nesse mesmo número apresentam dous trechos de *Sempre em Galiza* de Castelhão: «A árvore» e «O peixe» com pequenas adaptações ortográficas (v. pp. 363-364).

3.3. Rodrigues Lapa volta sobre o mesmo no artigo intitulado «Otero Pedrayo e o problema da línghua», que escreve com motivo da morte de Otero Pedrayo, publicado no número 55 de *Grial* (pp. 32-46), no que inserta uma carta de Otero Pedrayo que lhe escrevera com data 04.09.73 relativa ao seu artigo, onde Otero Pedrayo, por pressão de Piñeiro ou pola velhez e doenças às que faz referência, escreve no pior galego da sua vida, um galego deformado que nem existe nas aldeias. Reflecte na escrita a imagem que tem no seu interior de si mesmo. É falsa a atitude que diz ter a gente. Por todas as partes por onde tenho andado, os galegos não têm essa imagem dos portugueses, nem estes dos galegos. Esquece-se, além disso, do que tinha dito e defendido em momentos tão solenes nas Cortes Espanholas o 18.09.1931 e 24.05.1933. Nele aduz novos testemunhos a prol das suas teses: Antónío Balbín de Unquera na *Ilustración gallega y asturiana*, 08.10.1880, Castelhão na carta a Sánchez Albornoz publicada em *Grial*, 47, Francisco Tettamancy, Eduardo Blanco Amor, entre outros.

3.4. Montero Santalha elaborou um inquérito com uma série de perguntas sobre pontos fundamentais da escrita. Esse inquérito mandou-mo a Lisboa, com data de 23.08.1978, pedindo a minha opinião. Eu respondin-lhe numa carta aberta

na que me referia a cada um dos pontos e que ele publicou posteriormente em *Grial*, 62 (Outubro-Dezembro desse ano). Nela eu faço um estudo preliminar sobre a ortografia onde defendo que a chamada ortografia portuguesa não é só portuguesa, aduzindo uma série de dados históricos. Ainda que defendo algumas peculiaridades galegas, a minha é uma atitude totalmente aberta. Nela proponho ~ua para o indefinido feminino e derivados, ponto onde coincidia plenamente comigo Rodrigues Lapa e que me felicitou por isso por se tratar de uma peculiaridade da língua antiga e ser conhecida para os portugueses. Defendo também o til de nasalidade e no caso de **gu- qu-** defendo o seu emprego na escrita para tudo o que historicamente o levou.

3.5. Em breve ia-se começar o primeiro Dicionário da Língua no que, por não se poder escrever como é devido, optamos por uma ortografia entre parêntese que salvasse a nossa dignidade. E muito em breve iam sair do prelo as **Directrices** de Martinho Montero Santalha.

4. AS TESES DE COROMINES NA ORTOGRAFIA DA AGAL

4.1. Foi Coromines o que ia decidir vários pontos na ortografia reintegracionista ao se criar a Associação Galega da Língua (AGAL). Nas discussões para elaborar uma normativa de máxima aproximação à portuguesa, entre as muitas propostas foram as dele as que primaram. Assim temos que:

a) Entre as diferentes propostas para o indefinido feminino: «um-a» (P. Sarmiento em *Colección de Voces y Frases gallegas*, ed. J.L. Pensado, p. 165), «un-a» Grupo de Londres, «~ua» por mim e Lapa, «um.a» polo Grupo de Buenos Aires protagonizada por Higinio Martínez e «umha» por Coromines, prevaleceu a sua proposta.

b) Entre o plural em «-ões» defendido por mim e alguém mais prevaleceu «-ons» de Coromines.

c) A respeito de «qu-», «gu-», eu defendia a escrita com «-u-» sempre que historicamente o tivesse, optou-se por uma fórmula intermédia proposta por Coromines, suprimindo o «-u-» naquelas palavras de uso mais corrente: cando, canto, catro, etc.

d) A sua proposta de empregar -m final no lugar de til de nasalidade que defendia eu, deixando -m final só para aquelas palavras que emprega o português, também prevaleceu a sua proposta.

4.2. Como se pode ver, estas aportações de Coromines à ortografia reintegracionista do galego, serão aceites oficialmente pola AGAL no *Estudo crítico*, 1ª ed. 1983 e 2ª 1989) e no *Prontuário ortográfico galego*, 1985, livros fundamentais na história da ortografia do galego nos que se plasma a doutrina do movimento reintegracionista, baseada em dados científicos e com critério de racionalidade e coerência -o que não acontece nas normas da RAG-ILG, que carecem de racionalidade e coerência, como se pode comprovar no *Estudo crítico-*, trabalhos estes que ainda não foram superados e que continuam a terem vigência.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO ESTRAVIS, Isaac, «Sobre ortografía galega. Carta aberta a Montero Santalla», *Grial*, 62 (Outubro-Dezembro) 1978, pp. 475-481.
- , *Estudos filolóxicos galegoportugueses*, Alhena, Madrid, 1987. (Neles aparece o mesmo traballo e outros relacionados com a matéria).
- COROMINES, Joan, «Sobre a unificación ortográfica galego-portuguesa» *Grial*, 53 (Julho-Setembro), 1976, pp. 277-282.
- DURÁN, Carlos, «Sobre a ortografía galega: unha iniciativa», *Grial*, 53 (Julho-Setembro) 1976, pp. 361-364.
- Estudo crítico das «Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego»*, Comissom Lingüística de AGAL, Corunha, 1983 1ª ed. e 2ª corrigida e acrescentada, 1989.
- Prontuário ortográfico galego*, Comissom Lingüística de AGAL, Corunha, 1985.
- HENRÍQUEZ SALIDO, Maria do Carmo, «Contributos para unha história da lingüística galego-portuguesa (1973-1983)», *Agália*, 37, 1984, pp. 55-66.
- MONTERO SANTALLA, Xosé Martiño, «Unificación ortográfica galego-portuguesa» *Grial*, 51 (Janeiro-Março), 1976, pp. 1-13.
- , *Directrices para a reintegración lingüística galego-portuguesa*, Ferrol, 1979.
- PIÑEIRO, Ramón, «Carta de Santiago de Compostela | A expansión crecente da lingua galega», *Colóquio/Letras*, 8 (Julho) pp.75-77.
- , «Carta a Don Manuel Rodrigues Lapa» *Grial*, 42 (Outubro-Dezembro) 1973, pp. 389-402.
- RODRIGUES LAPA, Manuel, «A recuperação literária do galego», *Grial*, 41 (Julho-Setembro) 1973, pp. 278-287.
- , «Otero Pedrayo e o problema da língua» *Grial*, 55 (Janeiro-Março), 1977, pp. 32-45.



Sobre a unificación ortográfica galego-portuguesa

Joan COROMINES (†)

Reproduzimos fac-similarmente polo seu interese o estudo publicado na revista GRIAL, no n.º 53, correspondente a Julho, Agosto, Setembro de 1976.

SOBRE A UNIFICACIÓN ORTOGRÁFICA GALEGO-PORTUGUESA

Vaia ante todo a miña felicitazón ao autor do artigo en prol da unificación ortográfica galego-portuguesa, publicado no número 51 de "Grial"¹. Felicitazón entusiasta: eis a voz da razón, eis o que eu sempre penséi.

Aos meus amigos galegos e portugueses dixen sempre o mesmo, e é precisamente o que se diz nese artigo: o principal adianto a facer na dirección da unificación lingüística galego-portuguesa é no campo da unidade ortográfica. Dixen sempre isto aos amigos R. Piñeiro, Rodrigues Lapa, Martínez López, Costa Clavell, Xosé L. Pensado, e outros, que poden prestar testemuño. E este adianto é non só eminentemente desexábel, mas libre de toda obxección seria; non só posíbel mas aínda fácil se existir boa vontade, habilidade e pericia na condazón do problema.

Nas outras cousas o movemento de freo, de entrave, marcado polo amigo Piñeiro², paréceme moito razoábel, verdadeiramente motivado, profundamente respetábel e digno de simpatía.

Quen isto escribe é un lingüista estranxeiro, mas sinceramente cheo de boa vontade para todas as linguas hispánicas, fondamente entusiasta e preocupado das cousas da Galiza. Catalán. Autor do *Diccionario Critico Etimológico de la Lengua Castellana* e de moitas obras de lingüística romance. Non son un principiante nos traballos de filoloxía galega. No meu ensino na Universidade de Chicago dirixí algúns estudantes meus para os estudos de filoloxía galega (o Prof. Kelvin Parker, autor do *Vocabulario clasificado da Crónica Troiana* e outros libros máis recentes, foi e é meu alumno); no meu dicionario e nas outras obras miñas há moitas etimo-

¹ Xosé-Martiño MONTERO SANTALLA, *Unificación ortográfica galego-portuguesa*, en: Grial (Vigo), núm. 51 (xaneiro-marzo 1976), pp. 1-13.

² Ramón PIÑEIRO, *Carta a don Manuel Rodrigues Lapa*, en: Grial (Vigo), núm. 42 (outubro-décembro 1973), pp. 389-402.

loxías e disquisicións especiais sobre temas de lingua galega.

Non sei se estes tíduos serán suficientes para desculpar que tamén eu me atreva a manifestar o meu parecer sobre a cuestión. Tal vez todo isto non sexa da miña incumbencia. Tal vez non sería mesmo mui prudente que eu me meta moito nestes asuntos. Por outra parte, os meus deberes están do lado do *catalán*, a única lingua miña. O castelán e o galego-portugués son idiomas irmáns, que teño estudado profundamente; para o galego-portugués a miña *profunda* simpatía, para o castelán a desconfianza que merece unha lingua que pretende *devorar* ás outras. Mas a miña *obligación* é unicamente para con o meu único idioma: o catalán.

Aliás, o exemplo do catalán e do basco pode e debe guiar ós galegos e portugueses no esforzo de unificación. Os casteláns traballaron sempre no fomento das pequenas discrepanzas entre o uso literario do catalán de Valencia e de Mallorca e do catalán do Principado; entre os dialectos navarro, guipuzcoano e bizcaíno do basco literario. Foron sempre os partidarios mais ou menos secretos (ou faceiros) da mingua de vitalidade desas linguas os que pretenderon ser os defensores das singularidades locais —cando se trataba de Valencia, Mallorca ou Navarra, xamáis cando se trataba do catalán ou basco normáis! É sempre o medo da ameaza castelán o que actuou de freo ante os movementos de reacción contra as suicidas tendencias centrífugas no seo das linguas minoritarias.

Son lingüísta, son hispano; se, a tíduo de tal, algún consello meu (cheo de boa vontade!) pode resultar técnicamente útil para os galegos, sentiríame satisfeito. Se eu fose galego, tería escrito moito sobre todo iso; se fose portugués, non menos, e tería feito algunha cousa, tal vez eficaz, no mesmo sentido. É unicamente o feito de ser estranxeiro —inda que sexa un estranxeiro benévolo e simpatizante— que me privou de explicar as miñas ideas. Temo ser mirado con esplicábel desconfianza, ser quizáis menos útil que contraproducente.

Aínda con estes temores, permítome seguidamente algúns comentarios detallados das propostas expresadas en dito artigo. Espero que estes comentarios ao mesmo tempo demostrarán ao lector galego cánto, cuán profundamente, me intereséi sempre por estes asuntos. E concretaréi, referíndome especialmente aos puntos que o autor aborda nas partes 5-a e 5-b.

a) PROBLEMAS MERAMENTE GRÁFICOS

1 e 2: LH e NH

Participo absolutamente na opinión de que se deben adoptar resoltamente as grafías *lh* e *nh*.

O problema de *unha*, *algunha*, *ningunha* é perfectamente solúvel no senso que o autor recomenda: abandonar o signo *nh* nestes casos, sen renunciar necesariamente a toda trans-

cripción gráfica desa peculiaridade fonética galega. ¿Por qué non adoptar simplemente a grafía *umha*, *algunha*, *nin-gumha*? Non é de certo unha novidade. Empregóuna amiude o eminente, xamáis abondo ponderado e admirado, P. Martiño Sarmiento; é frecuente nos seus escritos galegos, e no seu *Catálogo de Voces Gallegas* (publicado por Pensado en 1973). É fácil encontrar *ducias* de testemuños da grafía *umha* en documentos locais galegos dos séculos XIV-XVIII. Por outra parte, con *umha* casi non se modifica a grafía da oga; é un cambio levisimo, casi imperceptível. Así respéitase un rasgo propio, popular e distintivo do galego; e porén escríbese nunha forma non chocante para os irmáns portugueses e brasileiros: a diferenza con o port. *uma* é mínima.

4: *Emprego do trazo de unión*

Son bons os argumentos citados para facer aceptábel o trazo de unión nos pronomes: economizan acentos, facen máis racional a expresión gráfica da lingua. Poderíase engadir que niso coinciden tamén outras linguas romances, como o francés e o catalán: argumento moito secundario, sen dúbida, mas quizáis non enteiramente desprecíbel.

5: *Acentos*

A distinción gráfica entre *e*, *o* abertas e fechadas, por meio dos acentos (´^), non é somente razoábel: é unha esixencia *imperativa, elemental*, da esencia mesma da lingua galega. Absolutamente todos os gramáticos e filólogos galegos coincidiron sempre nese punto (xa Valladares, Sarmiento, etc.): é unha distinción fonemática básica da lingua. Confundir aí é nada menos que atentar ao feito máis básico da fonética galega: é despreziar todas as esencias da lingua. O castelán é *a única* das linguas romances que non posúe esa distinción: a curiosa proeza fónica do cacarexado "idioma riquísimo!"

b) PROBLEMAS DE NATUREZA GRÁFICO-FONÉTICA

1, 2, e 3: G, J, X; C, Ç, Z; SS

Estes puntos son evidentemente máis delicados, como o autor viu moito ben. Paréceme prudente a suxestión feita no punto 3: "non sería escesivamente grave que de momento se deixase neste punto unha certa liberdade no uso". Excelente atitude, que se podería facer extensiva aínda aos puntos 1 e 2 desta mesma sección. Sen transixir permanentemente, quede claro.

4: *Grupo qu*

Seguramente é nos puntos 4 e 5 desta sección onde unhas certas reservas galegas á completa identidade son máis aconsellábeis.

O punto 4, porén, non é grave. Non atenta seriamente á unidade o feito de que en unhas rexións do idioma se escriban *cando, catro, canto, calhar*, etc., as palabras que nas rexións maioritarias lemos como *quando, quatro, quanto, qualhar*.

Porén sería útil dicir: *quarenta mellor que coarenta ou corenta; quantía, non contía*. No fin de contas —asemade— *quarenta* soa casi igual que *coarenta; quantía* cuasi como *contía*. Recomendar también *quasi*, non *cuase* ou *case* (que deben ser consideradas como pronunciadas populares, aceptábeis únicamente no uso folklórico, rústico ou poético da lingua). Entón escribir también *a qual* (non *a cual*), *quarzo, qualidade, quaternario, frequente*, etc.

Nunha palabra: manter a unidade con o portugués, aínda neste punto, nos casos en que o galego vacila entre *ca-* e *cua-* ou *co-*. Defender somente as voces fundamentais: *cando, catro, canto* e casos tais.

5: *Nasalidade*

É éste o punto en que sería máis difícil chegar á identidade completa con o portugués. Eu inclinaríame a dar algún consello restrictivo da unificación neste único punto. Temo que, se se recomenda escribir *coração, razão, questão*, e mesmo *lã, campã, regiões, carbões*, pódese chocar con unha resistencia invencível. Tal vez sexa contraproducente a intransixencia aí. Con todo, guárdome de dar consellos resoltos e detallados neste punto: só unha assemblea de estudiosos e literatos galegos, depóis de un estudo frío, ponderado, prudente, poderá dar con unha solución viábel.

Algunha suxerencia provisional, moito reservada, podería eu facer. ¿Por qué non limitarse a recomendar a adopción de *-m* final no lugar de *-n*? Isto é máis fácil, máis leve, pode triunfar máis lisamente. A diferenza entre *razón* e *razom*, *fin* e *fim*, *can* e *cam*, *en* e *em*, *bon* e *bom*, etc., é máis leve, encontraría moita menos resistencia; e as formas en *-m* terían xa un aspecto aceptábel para os portugueses e brasileiros: en fin de contas os portugueses mesmos escriberon *-om*, *-am*, etc., até o século pasado (ou até o XVIII en todo o caso). Para o pobo galego é indiferente *-m* ou *-n*: ao fin o que pronuncia non é nin unha dental nasal, nin unha labial: é velar, soa no fondo da boca.

En consonancia con isto, ao menos provisionalmente escribir *estacion* ou *estaçom, naciom, regiom* (non *estação, nação*, etc.).

c) OUTRAS CUESTIÓNS

1: *i en vez de y*

Deberíase decidir unha unificación inmediata no senso de *i*, xamáis *y*! É un adianto considerábel no terreno da unificación e con pouca resistencia popular.

2: *Duplicados; epéntesis*

Paréceme tamén importante que se adopten medidas unificadoras en outros asuntos non propia e estrictamente ortográficos. Por exemplo: tal vez se deba renunciar a certos duplicados coexistentes en galego, que dan a impresión dunha linguaxe vacilante, dialectal: de unha *fala*, máis que de unha *língua*. Por exemplo, o emprego de *i* diante de vogal, en lugar da conxunción *e*.

Xa que logo, deberáse escribir sempre *e ele*, non *i ele*, aínda admitindo que a pronuncia *y-~~ele~~* é lexítima, mas non literaria; non ensinável, únicamente tolerável, sobretudo en estudos locais, folklóricos, ou en usos populares, ou líricos, da *língua*.

Da mesma maneira deberíase renunciar á apéntesis de vogal en casos como *adimirar*, *adimitir* e análogos, formas populares, toleráveis quizá, mas non recomendáveis. Igualmente en formas como *a i-agua*, *a i-alma*, etc.

3: *Os cultismos*

En especial considero esencial chegar a unha pronta unificación con o uso portugués no caso dos vocábulos *cultos*. É éste un punto de importancia *capital*, para conferir ao galego ese sentimento de dignidade, esa conciencia de idioma culto, de rango civil, civilizado, supra-comarcal, en que tan acertadamente se insiste como esencial para a defensa da *língua* na conciencia cidadán dos galegos.

Por exemplo, nos *grupos* de consoantes dos cultismos. Felizmente o portugués neste punto non é tan cultista como o castelán ou o francés. (O catalán é diferente también: nós non temos dificultades no cultismo consonántico; este problema non existiu para nós). A conduta do portugués é de unha transacción moderada entre as dúas atitudes extremas. O meu consello resolto neste punto é que os galegos se atean decididamente ás solucións portuguesas.

Por exemplo: *efeito*, *defeito* sí, máis *efectivo*, *afectuoso*, *projecto*, *dialecto*, *trajecto*, *carácter*, *texto*, *textil*. Formas como *dialeuto*, *caráiter*, e aínda *efectivo*, terán sempre un resabio algo bárbaro para moitos. Poderemos aínda pronunciar *proxeito*, *produto*, máis o rango de idioma románico esixe ortografiar *projecto*, *producto*. Deberáse escribir non *eiscelente*, mas *excelente*, *exército*, *exercicio*; non *eisame*, mas *exame*, *examinar*. Pronúnciese, se se quer, *eisame*: isto é secundario, perfectamente tolerável; mas escribir urbanamente!

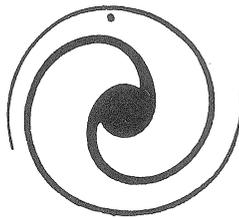
Aconsellaría simplemente adoptar en todos os detalles as grafías portuguesas: *estender*, mas *extensión*, *extenso*; *existir* (xamáis *eisistir*); *substancia* (non importa o pronunciarse *sustancia*: nengunha obxección); *setembro*, *estranho*, *escuro* (non os ultracultismos do castelán *septiembre*, *extraño*, *obs-*

curo!); *excremento*, *executar*, *exagerar* (non *esaxerar*); *nobre* sí, mas *ignóbil* ou polo menos *inóvel*; *digno*, ben que a pronuncia sexa, naturalmente, *dino*; *excursión*, *expoer*, *eximio*, etcétera.

En particular recomendaría eu que no caso do sufixo *-ável*, *-ível*, *-vel*, adopten sempre a forma portuguesa en *-el*, pois que esa mesma forma existe en galego nun bon número de casos. Lémbrome que o máis grande prosista que o galego moderno teve fasta agora —quero dicir naturalmente Castelao, un dos meus ídolos literarios!— sempre escribe as formas en *-vel* (ele tal vez con *-b-* gráfico nalgún caso, excepción que se podería eliminar): *favorável*, non *favorabre* nin *favorávele*; *posível*, non *posibre*, etc.

(NOTA: Podería ter escrito con ortografía unificada ou en portugués; non o fiz, para demostrar a miña atitude de absoluto respeito con as decisións que corresponden únicamente aos galegos. Podería tamén ter escrito en castelán, menos cansado para min, e evitaria os numerosos erros que sei que cometín con o galego. Mais o meu desexo é mostrar que a miña simpatía é para o galego, nunca para o castelán. O leitor galego saberá disculpar eses erros.)

JOAN COROMINES
Barcelona



O «nosso» mestre Joan Coromines, um grande cientista e um grande patriota

M.^a do Carmo HENRÍQUEZ SALIDO
(Universidade de Vigo)

Trabalhador infatigável, homem de carácter, cientista, patriota, activista contra as Ditaduras de Primo de Rivera e de Francisco Franco, com umha abnegada dedicação à lingüística e toda umha vida dedicada ao serviço da sua única pátria, umha personalidade complexa e umha integridade espectacular, conhecedor de vários idiomas —catalám, espanhol, ocitano, celta, inglês, alemám, italiano, francês, russo, *euskera*, galego-português...— na extensa produçom de Joan Coromines as constantes básicas som, por umha parte, a lexicografia, a etimologia e a toponímia, e, por outra, a onomástica.

Dedicado durante toda a sua vida à língua catalá, filólogo ‘polo seu patriotismo’, ‘pola sua habilidade poliglota’ e ‘polo seu amor ao excursionismo’, um dos filólogos românicos mais importantes de todos os tempos, profundamente interessado por todas as línguas da Península Ibérica, à idade de 91 anos, o dia 2 de Janeiro de 1997, falecia em Pineda de Mar, onde residia desde havia mais de duas décadas.

1. OLHAR BIOGRÁFICO

Seguindo as «Notes biogràfiques de Joan Coromines», recolhidas no livro preparado por Josep Ferrer i Costa e Joan Pujadas Marquès (1995), Joan Coromines i Vigneaux nasce em Barcelona em 21 de Março de 1905, filho do político e escritor Pere Coromines —*pare del cos i de l'esperit*—, por quem sempre sentiu admiraçom e a quem dedicou, junto com a sua *estimada Mare* e sua *Dona, que m'ha donat força per a acabar aques llibre*, várias obras. Nos inícios dos seus estudos inclinou-se pola química, mas muito cedo sentiu a chamada da lingüística. Seu pai queria que fosse notário, mas o conselho de Pompeu Fabra decidiu-no a aceitar que o seu filho estudasse Filologia e nom Direito. Em 1927 completou os seus estudos

em Montpellier com os professores romanistas Maurice Grammont e Georges Millardet. Em 1928 regressa a Barcelona e licencia-se em Filosofia e Letras; desloca-se a Madrid, onde faz o doutoramento em Filologia sob a direcção de Ramón Menéndez Pidal e Américo Castro. No ano seguinte, lê a sua tese de doutoramento sobre o *Vocabulario aranés*, que publica em Barcelona em 1931.

Após realizar outros estudos com especialistas de reconhecido prestígio em Zurique e Paris, em 1930 entra a formar parte do «Institut d'Estudis Catalans», onde trabalhou na secção lexicográfica em estreita colaboração com o próprio Pompeu Fabra, mas compagina esta actividade com a de professor de filologia românica na Universidade de Barcelona.

Em 1931 inicia os seus trabalhos sobre o *Onomasticon Cataloniae*, um grande dicionário etimológico de nomes próprios de todo o domínio lingüístico, que constitui um resumo exclusivo das terras de Catalunha explicadas do ponto de vista etimológico e lingüístico. Para recolher a informação percorre todos os territórios de língua catalã e realiza inquéritos em por volta de 2.000 municípios. Coromines considerava que a toponímia, o ramo mais difícil da lingüística, era o arquivo mais antigo da história. O *Onomasticon* compom-se de sete volumes e nele colaboram Joseph Guisoy (Toronto), Philip D. Rasico (University of Nashville), Xavier Terrado (Universidade de Lleida) e Joan Ferrer.

Em 1939 tivo de exiliar-se, primeiro a Paris e depois a Argentina, onde obtém umha bolsa na Universidade de Cuyo, universidade onde nom interessavam as investigaçoens sobre a língua e cultura dos Países Cataláns. Joan Coromines tem de dedicar o seu muito saber e inteligência à lingüística espanhola. Em 1946 é nomeado professor da Universidade de Chicago, na qual ocupa a cátedra de Lingüística Românica. Em 1950 publica em inglês *El que s'ha de saber de la llengua catalana*.

Desde 1952 combina as suas actividades docentes com estadias de investigação científica na Catalunha; assina com nove professores mais umha denúncia perante a UNESCO contra a perseguição a que é submetida a língua catalã. Entre 1954 e 1957 publica os quatro volumes do *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*.

Em 1954 começa a preparar a sua obra *Diccionari etimològic i complementari de la Llengua Catalana*, que sempre considerou como a obra de toda umha vida. A redacção deste dicionário durou de 1979 a 1984 e nos nove volumes editados desde 1980, de mais de mil páginas cada um, recolhem-se mais de 400.000 termos cataláns.

Em 1961 publica o *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*, que reverá e acrescentará em 1973; entre 1965 e 1970 publica o primeiro volume dos *Estudis de toponímia catalana*, em que som salientáveis os seus contributos sobre toponímia pré-romana, nomeadamente da zona pirenaica. Em 1967 publica também a sua edição crítica do *Libro de Buen Amor* do Arcipreste de Hita, contributo decisivo para o estudo desta obra da literatura castelhana medieval.

Em 1968 reforma-se da sua cátedra de Chicago e a partir de 1976, por conselho de vários intelectuais, entre eles Joan Fuster, instala-se definitivamente em Pineda de Mar, para dispor da tranquilidade necessária para redigir o *Diccionari*

etimològic e o *Onomasticon Cataloniae*, em que recolhe por volta de 500.000 topónimos e nomes próprios de todas as zonas de língua catalá.

Em 1976, no número 53 da revista *Grial* (1976: 277-282), publica o artigo intitulado «Sobre a unificación ortográfica galego-portuguesa», em que, após felicitar efusivamente José Martinho Montero Santalha e concordar com ele em que o principal adiantamento a fazer na direcção da unificação lingüística galego-portuguesa é no campo da unidade ortográfica, toma partido abertamente pelo reintegracionismo lingüístico e justifica a sua atitude.

Em 1980 inicia-se a publicação dos primeiros dois volumes do seu *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, com a colaboração de José A. Pascual e também a publicação do *Diccionari etimològic i complementari de la llengua catalana* em nove volumes. Em 1981 dirige a edição de *Lo llibre de les dones*, de Francesc Eiximenis, feita por Frank Naccarato. Em 21 de Fevereiro de 1985 aceita ser nomeado Membro de Honra da Associação Galega da Língua. Em 1986 reedita-se *El que s'ha de saber de la llengua catalana*, com quatro páginas do apêndice atualizadas.

Em 1989 concede-se-lhe o «Premio Nacional de las Letras Españolas», um prémio que nom esperava. Aceita o prémio mas dirige umha carta ao Ministro de Cultura, naquela altura, Jorge Semprún, parte de cujo texto se recolhe na revista *Agália*, 18 (1989: 259), em que manifestava:

«... no puc deixar de dir-li que la satisfacció que aqueixa distinció em dóna, ve acompanyada d'una profunda recança. L'única nació, i l'única llengua meves, a les quals reto incondicional homenatge, són la nació i la llengua catalanes. I veig amb tristesa que l'Estat y el Govern que m'ho otorguen encara neguen o regategen els drets que són deguts a totes dues...»

Em 1991 publica a edição crítica comentada dos *Versos proverbials* de Guillem de Cervera. Em 25 de Novembro de 1993, por motivo da 25a. e última edição das Festas Populares de Cultura Pompeu Fabra, rende-se-lhe umha homenagem popular a Joan Coromines.

Em 1994 acaba a redacção do *Onomasticon Cataloniae*, a última grande obra de Joan Coromines. Em 1995 é nomeado Membro de Honra da Academia Basca. Nesse mesmo ano publica-se o terceiro volume do *Onomasticon Cataloniae*. Em Setembro a 'Generalitat de Catalunya' concede-lhe o «Premi Nacional al Foment de l'Us de la Llengua Catalana», pola finalização da monumental obra antes citada.

Nos últimos anos da sua vida, já de idade avançada —como reconhecía nas suas cartas de que falaremos a seguir— administrava o seu tempo em função das prioridades científicas e patrióticas, firmemente empenhado em controlar todo o processo da edição das suas obras e, nomeadamente, do *Onomasticon Cataloniae*. Joan Coromines nom buscava honras, só buscava a obra bem feita.

2. JOAN COROMINES E AS TRÊS GRANDES LÍNGUAS ROMÂNICAS DA PENÍNSULA IBÉRICA

2.1. Acabamos de salientar que Joan Coromines conhecia o galego-português e temos feito referência a que foi discípulo de Don Ramón Menéndez Pidal;

nom deve surpreender, portanto, o seu posicionamento a respeito do lugar que devia ocupar o galego(-português) no conjunto das línguas românicas. Para a filologia românica desde o seu nascimento e para os romanistas hispânicos como Menéndez Pidal, na Península Ibérica, como é bem sabido, há três grandes línguas românicas que ocupam, respectivamente, a faixa oriental, a faixa ocidental e o centro.

Outro fiel seguidor, assim mesmo, dos postulados de Menéndez Pidal, o professor Ricardo Carvalho Calero nom se cansou de proclamar insistentemente em numerosos contributos, a existência destas três grandes línguas românicas. Como há unidade em cada umha destas três grandes línguas, sempre dentro da diversidade, a tese nuclear é a de que assim como os diferentes dialectos do castelhamo se escrevem com a mesma ortografia, ainda que as pronúncias podam diferir consideravelmente, também há que escrever com umha ortografia unificada o galego-português e o catalám, ainda que os dialectos destas outras duas línguas podam diferir nas suas pronúncias. De entre as suas numerosíssimas afirmações unicamente citaremos estes parágrafos:

«Como sabem todos os romanistas, o mestre espanhol de todos eles, Dom Ramon Menéndez Pidal, ao traçar o catálogo das línguas romances hispânicas, distingue na actualidade três, as que chama catalám, castelhamo e galego-português.

Sendo assi, do mesmo jeito que os diferentes dialectos do castelhamo se escrevem com a mesma ortografia ainda que a pronúncia andaluza, por exemplo, difere consideravelmente da burgalesa, caberia umha ortografia unificada para o âmbito galego-português, ainda que um falante compostelano, um falante lisboeta e um falante evorense manifestem tamém as suas peculiaridades na pronúncia. Por isso, explica-se a opiniom do professor Alarcos Llorach, nom galego, que estima que o galego deveria escrever-se coa mesma ortografia consolidada hoje na língua de Camões. Bem sabe o ilustre académico que existem variantes fonéticas entre o galego espanhol e o português padrom, mas indica que tamém existem —inclusive fonológicas— entre o catalám ocidental e o oriental, o que nom impede a adopçom dumha norma comum». (R. Carvalho Calero, 1983: 119-120).

2.2. Estes princípios substancialmente som os que sustentará Joan Coromines durante toda a sua vida. Poderíamos assinalar numerosíssimos exemplos dos que recolhemos na nossa conferência proferida no «V Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza (1996)», que os leitores poderám ler quando estiverem publicadas as *Actas*. Neste «Estudo» consideramos que som suficientemente esclarecedoras as suas palavras da «INTRODUCCIÓN» do seu *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*:

«No le permite la conciencia ni a un hombre de edad provectora, despedirse de una vieja creación, sin subrayar en ella lo que espera perdure y viva con vida propia. Se ha trabajado aquí largamente en todo lo aludido por el prof. Pascual. Pero si 'nunca segundas partes fueron buenas', no sería justo desalentar la perspectiva de que ésta sea, si no buena, mejor. El añadir una palabra al título se hace porque se hizo objetivamente preciso. Las nuevas aportaciones al estudio del léxico gallego y del gallegoportugués en general, lo convierten en un diccionario crítico y completo en el aspecto etimológico de la lengua del Oeste; sus contribuciones nuevas al análisis de lo mozárabe y de lo romance vasconizado no son de inferior entidad ni de amplitud menor...». (Joan Coromines, 1980: XII).

As palavras de José A. Pascual, a que fai referêncía o professor Joan Coromines, entre outros factos, sustentavam a tese da unidade de dúas grandes línguas românicas da Península Ibérica:

«... La presente obra ha ampliado aún más la atención a lo peninsular, tanto en el caso de los dialectos hispánicos como en el de las grandes lenguas —românicas o no— gallegoportuguesa, vasca y catalana. Y aunque el prof. Coromines no ha tenido la pretensión de abordar exhaustivamente todos los enigmas etimológicos de las lenguas de la Península Ibérica, no ha renunciado a dar alguna luz sobre sus problemas más espinosos y difíciles...». (José A. Pascual, 1980: IX).

2.3. Se no âmbito da filología românica e para os romanistas hispânicos, como Menéndez Pidal, Joan Coromines e Ricardo Carvalho Calero, há três grandes línguas românicas —o galego-português, o espanhol e o catalám— também no âmbito da lingüística registamos a mesma tese, pois que partindo dos conhecidos e reiterados princípios de E. Coseriu, estas três línguas históricas, como *todas as línguas históricas*, som continuidade e, neste sentido, o estado das línguas históricas é simultaneamente resultado de outro anterior e antecipo de outro posterior.

Seguindo, pois, a doutrina de E. Coseriu (1978) lembraremos que a língua real se pode conceber satisfatoriamente como umha instituição em equilíbrio nom estático mas dinâmico e a que só por exigência de estudo se imagina como detida. Isto é, dentro do constante constituir-se ou conformar-se de umha língua histórica, cabe detectar um determinado estado de língua, um momento que, por necessidades de estudo, abstraemos do contínuo devir. E neste momento o que se observa é a existência de «variedades» entrecruzadas que, como variedades, remetem a umha invariante fundamental chamada diassistema. Assim, o que se denomina normalmente «língua espanhola», «língua galego-portuguesa» e «língua catalá», som, observadas desde um determinado estado de língua, os diassistemas gerais que presidem aos diferentes sistemas lingüísticos cujas diferenças, vistas desde os respectivos diassistemas, nom som mais que variantes. Deve ficar claro, entendemos, que nom cabe identificar o «espanhol» com umha dessas variedades, nem tam sequer com a variedade *standard*, nem o galego(-português) com umha dessas variedades, nem tam sequer com a língua padrom, nem o «catalám» com umha dessas variedades, nem tam sequer com a variedade *standard*.

Bem conhecido é que para E. Coseriu (1978: 219-220) umha língua histórica (quer dizer, umha língua historicamente delimitada e, normalmente, identificada por meio de um «adjectivo próprio», por exemplo, a «lengua española» —e acrescentamos nós a «língua galego(-portuguesa) e a «língua catalá»—) apresenta diferenças no espaço geográfico, entre os estratos sócio-culturais e entre os tipos, situacionalmente condicionados, de modalidades expressivas; por isto, umha língua histórica é um conjunto («diassistema») de dialectos, níveis e estilos de língua e continua a acrescentar:

«Una lengua funcional es una lengua delimitada dentro de una lengua histórica y homogénea desde estos tres puntos de vista; dicho de otro modo, es una lengua *sintópica*, *sinstrática* y *sinfásica*, o sea, un dialecto determinado, en un determinado nivel y en un estilo de lengua. Se le llama «funcional» justamente porque es la lengua que funciona de manera inmediata en el hablar: no se habla

R. do. Prof. José - M. Montero Santalha
Domus Ecclesiae, Martado 176

FERROL Galiza

12-III-84

Reverendo Sr. J. - Martinho Montero Santalha

Perdone-me querido amigo e reverendo
colega nom ter tempo de lhe escrever. Nom
tenho recebido o convite para um Congresso da L. Gal-
Portuguesa: nom poderia assistir. Absolutamente
aprovo o seu juizo: ^{intento de desmembrar} "intento de desmembrar
tendências". Eis adjunto o testemunho do que eu sinto:
escrito da man própria (e com um lapsus calami, ainda-
mais, na penúltima regra). Muito atentamente seu
Joan Coromines

12 - III - 84

Reverendo Sr. J. - Martinho Montero Santalha

Perdone-me querido amigo e reverendo
colega nom ter eu tempo de lhe escrever. Nom
tenho recebido o convite para um Congresso da L. Gal-
Portuguesa: nom poderia assistir. Absolutamente
aprovo o seu juizo: "intento de desmembrar
promovido polo poder político de ambas
tendências". Eis adjunto o testemunho do que eu sinto:
escrito da man própria (e com um lapsus calami, ainda-
mais, na penúltima regra). Muito atentamente seu
Joan Coromines

Portugal - Galiza

Galiza - Portugal

um brinde para ambos!

Um retalho saído da Galiza?

A velha mae do país imperial?

Sei eu? Sim sei e conheço a minha profunda simpatia
para unha e para outro

Joan Coromines

primavera 1984

1.ª edição, 1.º julho 1984

Rdo. Sr. José Martinho Monteiro Santalla

Caro senhor:

Solicito cordialmente a Associação Galega da Língua, e o senhor, a quem suponho activamente interessado no assunto, pela organização do Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, e sinceramente agradeço o envio do programa. Peço-me que não possa concorrer. Se me constasse que os galegos, os portugueses, e, especialmente, os catalães, tem todos interesse numa possível assistência da minha parte, e que é um vivo e cordial interesse — em particular no caso de um eventual segundo Congresso em 1985 — ainda, talvez, poderia reconsiderar. Preferiria-me só a minha vontade de cidadã patriota, e a minha devoção pela lingüística. Mesmo uma comunicação minha, nesse caso, acerca de um tema científico (por ex. o misterioso problema etimológico do nome Ourense) não pareceria inconcebível.

Em todo caso quero dar algumas indicações provavelmente úteis.

1) Deveria a AGAL enviar o presente e futuros programas aos senhores seguintes.

Lluís J. Rigol, Conseller de Cultura, Generalitat de Catalunya, Rambla

Santa Mònica 8, Bna.

De importância máxima: Max Cahner, Iradier 32, Barcelona, coautor do DECat.

Antoni Badia Margarit, Rector de la Universitat, Fortsferriera 8, 2.ª

Oriol Folch (sempre muito interessado nas cousas galegas, em relação

com Catalunya), c. Granados de Barria, 3, Bna.

Joan A. Argente, Prof. Dept. Filologia Hispânica, Universidade "Autònoma"

Travessera de Gràcia 116, Bna.; i Senyora (catalã, de origem galega)

Carlos Duarte, colaborador no DECat., G. Art 20, 4.ª 2.ª, Bna.

Joseph Gulsby, coautor do DECat., Prof. da University of Toronto, 50

Newton Drive, Willowdale, Ontario, Canada M2M/2N3

Prof. Koldobika Mitzelena, Postas 1.ª 4.ª, Vitória, Álaba

Julio Caro Baroja, Alfonso XII, 50, 7.ª D, Madrid

Prof. José Antonio Pascual, coautor do DECH, Canal de las 79-81, Salamanca.

M. del Coll i Alentorn, President del Parlament de Catalunya, ilustre, Bna.

Prof. Ferrando Francés, autor de uma excelente edição de "Lesciots" e "Lesciots Catalans" do

2.º tempo confiança e esou em cordias relações com o Prof. Antoni

te não tenho razão nenhuma para crer que merece desconfiança, nem posso julgar

no outro sentido. Peço-lhe, porém, manter esse ponto e o seguinte em estrita

discreção. É evidente que as pessoas interessadas no bem das nacionalidades

minoritárias devem observar uma grande prudência.

cul, chego do
rio Democrática
lunya, Passaig
la 102, 4.ª 1.ª

nunca «español» a secas, sino siempre una variedad determinada de español...».
(E. Coseriu, 1978: 220).

Assim, no domínio lingüístico hispânico, tanto a denominada «língua espanhola) como os denominados dialectos hispânicos nom som mais que variedades existentes no interior de umha língua histórica que, concebida como diassistema, as preside e lhes proporciona a possibilidade de intercomprensom. Cada umha dessas variedades constitui um sistema lingüístico, apto para o conhecimento e a comunicação, e justificado historicamente em todos os casos. Para dizê-lo muito sinteticamente com as palavras de E. Coseriu (1973: 56-57): o «espanhol» é um «arquissistema» dentro do que quedam compreendidos vários sistemas funcionais; o equilíbrio entre os sistemas abarcados por um arquissistema pode chamar-se *norma histórica*. Estes princípios por ser «científicos», com o significado e valor que lhe dá por exemplo A. Martinet (1960), som válidos para o galego-português e para o catalám. E se bem as línguas, como assevera E. Coseriu (1978: 203-203), som diferentes na sua organização semântica e material, todas estão construídas para a mesma função geral e som, todas, realizações históricas do que já Humboldt e Steinthal chamavam «a ideia de língua».

3. JOAN COROMINES E A ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA

3.1. Joan Coromines ‘toma partido’ perante «o caso galego», poderíamos supor que já desde o início dos seus estudos na universidade, e mais aberta e combativamente, desde o ano 1976, como temos estudado (Henríquez Salido, 1994: 60), numha década em que na Galiza se volta a produzir um intenso debate —presente desde havia por volta de douscentos anos e mais concretamente na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, como é bem sabido—. Joan Coromines, apesar de reconhecer que é um lingüista estrangeiro e de proclamar que as decisões sobre a língua da Galiza ‘correspondem unicamente aos galegos’ elabora comentários a respeito das propostas formuladas no artigo de José Martinho Montero Santalha (1976: 1-13), que com o decorrer dos anos serão as que proporá a Associação Galega da Língua no seu *Prontuário ortográfico* (1985), que no momento presente, primeiros meses do ano 1997, som seguidas por importantes colectivos e amplos sectores da população.

3.2. Além deste trabalho, Joan Coromines vai demonstrar umha grande atenção preferente e constante para todo o que acontecia na Galiza sobre o presente e futuro da sua língua e, nomeadamente, com as actividades e contributos da Associação Galega da Língua ou dos seus membros. O dia 12 de Março de 1984 numha carta remetida a J. Martinho Montero Santalha reproduzida em pág. 422 diz nom poder assistir ao Congresso da Associação Galega da Língua, porém aprova o juízo do filólogo galego, «intento de desmembração promovido polo poder político de ambas tendências», e junta o testemunho do que sente, escrito da mão própria:

«Portugal - Galiza
Galiza - Portugal
um brinde para ambos!
Um retalho saído da Galiza?
A velha mãe do país imperial?

Sei eu? Sim sei e conheço a minha profunda simpatia
para umha e para outro.

Joan Coromines

primavera 1984»

Em julho de 1984 volta a escrever a José Martinho Montero Santalha para transmitir a sua felicitação à Associação Galega da Língua pola organizaçom do «I Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza» e, embora diga também que nom pode concorrer, nom deixa de enviar a sua adesom e dar sugestons para esse «I Congresso» e até para o próximo:

«Se me constasse que os galegos, os portugueses, e, especialmente, os cataláns, tem todos interesse numha possível assistência da minha parte, e que é um vivo e cordial interesse —em particular no caso de um eventual Segundo Congresso em 1985— ainda, talvez, poderia subscrever. Moveria-me só a minha vontade de cidadam patriota e a minha devoçom pola Lingüística. Mesmo umha comunicaçom minha, nesse caso, acerca de um tema científico (por ex. o misterioso problema etimológico do nome Ourense) nom pareceria inconcebível...»

A seguir formula umha série de indicaçons provavelmente úteís, relativas ao envio de programas a diversas personalidades da cultura catalá, como se pode ler no documento que reproduzimos incompleto, para respeitar a estrita confidencialidade solicitada por Joan Coromines a José Martinho Montero Santalha, em página 423.

3.3. O seu relacionamento com a Associação Galega da Língua, ou com membros da Associação, vai ser umha constante nos últimos anos da sua vida. Consta-nos da correspondência que mantevo com José Martinho Montero Santalha, e do seu interesse polas publicaçons e actividades da Associação; porém só podemos apresentar aqueles textos que conservamos —algum devemos de tê-lo perdido, sem dúvida, pola abundante correspondência que se produzia por motivo da realizaçom dos sucessivos Congressos—.

3.3.1. Realmente importante é a carta, datada em Pineda em 21 de Fevereiro de 1985, reproduzida fac-similarmente em página 426, em que comunica aceitar com prazer ser Membro de Honra da Associação Galega da Língua, ou outra carta, sem data, mas que deveu de ser escrita na primavera de 1987, em que pergunta sobre algum documento e texto que lhe tínhamos solicitado, documento que reproduzimos em página 427. Do outono de 1987 é um texto muito mais extenso do que lhe tinha remetido a José Martinho em 1984, reproduzido fac-similarmente em página 428, cujo conteúdo literal é:

«Portugal - Galiza
Galiza - Portugal
um brinde para ambos!
Um retalho saído da Galiza?
A velha mae do país imperial?
Sei eu?

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
CHICAGO 37 • ILLINOIS
DEPARTMENT OF ROMANCE LANGUAGES AND
LITERATURES

Sra. M. do Carmo Henriques Salido

Associação Galega da Língua

Pineda 21 fevereiro 1985

Prezados Amigos:

Aceito com prazer a vossa
hora.

Viva Galiza

Joan Corominas

Sra. Maria do Carmo Henriques Valido
Ourense

Irezada senhora.

Muito obrigado pela sua carta de 16 fevereiro
Se a benévola amiga quer desculpar a fadiga do velho, inea-
paz de dar com velhos papeis ^{havia} enviar-lhe o que deseja, e
quer copiar-me o texto, embora incompleto, que deseja perfei-
çoar, ou o que lhe lembre d'ele, eu completaria e
tal vez acrescentaria alguma nova razão.

Saudações muito cordiais.

Joan Coromines
Joan Coromines

Portugal - Galiza
Galiza - Portugal

um brinde para ambos!

Um retalho saído da Galiza?

A velha mãe do país imperial?

Sei eu?

Sim sei e desejo que nem o grande país esqueça a terra de Rosalia
nem a terra de Castêlas pode esquecer nem esquecer aquele grande país

Sim sei e conheço de certo a minha profunda simpatia
para umha e para outro

Juan Coronines

outono 1987

te ! *Atentamente* 19-I-1988
[envio sem saber exactamente o endereço de senhora; agradeço se conhecê-lo com segurança]

JOAN COROMINES

~~PROFESSOR A LA UNIVERSITAT DE XICAGO~~

Distinguida senhora e amigo Henriquez
Saúdo: tenho lido o seu art.

(Avda. de Sarrià, 37, 2.ⁿ
Tel. 230 76 56) Pineda: Colom 30 BARCELONA
tel. 762.33.60

go Processo a Normalizaçoes do
Idrome Salego-Pg. na Sabze" em
"Caplletra" II 1987, (1911), com a meu
profundo impatía e felicito a senhora
com todo o coração! Adian-

Dra. Maria do Carmo Henriques

28 Março 1988

Prezada professora e amiga:

Éis o que posso neste momento. Poderei mais? A minha idade manda e faz-me duvidar.

Foi um prazer da mente e do coração ler o seu trabalho sobre Rosalia

Cordialmente

Joan Corominas

Sim sei e desejo que nem o grande país esqueça a terra de Rosalia
nem a terra de Castelao pode esquecer nem decurar aquel grande país

Sim sei e conheço de certo a minha profunda simpatia
para umha e para outro.

Joan Coromines

outono 1987»

3.3.2. As provas do seu interesse polas «cousas» da AGAL fôrom contínuas. Nunca esqueceremos a alegria que nos produziu receber um breve cartom, reproduzido em pág. 429 com data de 19 de Janeiro de 1988, em que nos felicitava polo nosso artigo (Henríquez Salido, M.^a do C. 1987) intitulado «O processo de Normalizaçom do Idioma Galego-Português na Galiza», aparecido na revista *Caplletra*, II, 1987:

«Distinguida senhora e amiga Henríquez Salido: Tenho lido o seu artigo *Processo de Normalizaçom do Idioma Galego-Português em Galiza* em «Caplletra» II, 1987, 49 ss., com a mais profunda simpatia e felicito a senhora com todo o coração! Adiante! Atentamente [envio sem saber exactamente o endereço da senhora; agradeceria conhecê-lo com seguridade].»

O 28 de Março de 1988 voltava a acusar recibo de um trabalho publicado por nós (Henríquez Salido, M.^a do C. 1986, II: 173-183) nas *Actas do Congreso Internacional de Estudios sobre Rosalía de Castro e o seu tempo* (1985). A carta dá a entender que nom se vê com forças para assistir a um novo Congresso organizado pola AGAL ou para elaborar algum texto que lhe tínhamos solicitado (nom conservamos cópia das nossas cartas), o que sim fica bem claro som os seus parabéns polo nosso trabalho (Henríquez Salido, 1986: 173-182) sobre Rosalia. A carta, reproduzida fac-similarmente em página 430 diz:

«Dra. Maria do Carmo Henríquez
28 Março 1988

Prezada professora e amiga: Eis o que posso neste momento. Poderei mais? a minha idade manda e faz-me duvidar.

Foi um prazer da mente e do coração ler o seu trabalho sobre Rosalia.
Cordialmente

Joan Coromines»

A derradeira carta do Mestre leva data de 23 de Maio de 1993. É umha resposta à proposta de dedicar um número extraordinário da revista *Agália* ao estudo da obra ou de qualquer aspecto relacionado com os contributos que tinha feito o professor às investigaçoens da Lingüística Românica. O professor, como se vê no texto fac-similar que reproduzimos em página 432, apenas pode escrever nem umhas linhas e manifesta:

«recebo hoje 23 maio 1993

Prezada senhora e amiga: Lamento de coração nom poder colaborar em tam nobel intento. Joan Coromines. É umha orden medical! ainda mais: nom posso nem escrever umha carta. J.C.»

A
G
A
L

ASSOCIAÇÃO
GALEGA
DA LINGUA

REVISTA AGÁLIA (ISSN 1130-3557)

Redacção: Apartado 500
15080 - A CORUNHA

Administração: Apartado 453
32080 - OURENSE

C.I.F. G-15055478

Presidência: Apartado 453
32080 - OURENSE 24 Março 1993

Secretaria: Apartado 289
15780 - S. COMPOSTELA

recebo hoje 23 maio 1993

Prezada Senhora e amigos,

Prof. Dr. Joan Coromines
Av. Sarriá
BARCELONA.-

Lamento de coração não

podem colaborar em tão

nobel. intellis

Joan Coromines

É unha orden medical!
Desde maio non fallo nen
escrever unha carta.
J.C.

Prezado Professor,

A Associação Galega da Língua teria o máximo interesse em dedicar um número da revista Agália ao estudo da sua obra ou a qualquer aspecto relacionado com os contributos que tem feito Você às investigações da Lingüística Românica.

O motivo da presente é solicitar-lhe os nomes e endereços das pessoas que poderiam escrever algum trabalho sobre temas que poderiam abranger os aspectos mais salientáveis. Os textos seriam logo traduzidos para galego-português a nom ser os redigidos em português.

Sabemos da sua idade avançada, mas conhecemos também o seu bom estado de saúde mental e o seu constante trabalho de investigação na Lingüística Românica.

Muito lhe agradeceria umhas palavras, em sentido afirmativo ou negativo, para podermos ir preparando a publicação.

Sem mais de momento, unha saudação cordial sempre desde a admiração,

Ass. Profa. Doutora Maria do Carmo Henriques
(Presidenta da Associação Galega da Língua)
Apartado 453
32080 - OURENSE

As dificuldades existentes para achar colaboradores para este projecto nom permitírom que em vida do professor pudessem aparecer publicadas nem as *Actas do V Congresso* —em que se destinou umha secçom ao estudo e análise da obra do professor Joan Coromines— nem um número monográfico da revista.

Em 2 de Janeiro de 1997 despedia-se dos mortais desde Pineda o «nosso» Mestre Joan Coromines, um grande cientista e um grande patriota. Na Galiza nom o esqueceremos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO CALERO, R. (1982): *Da fala e da escrita*, Galiza Ed., Ourense.
- COROMINAS, Joan e Pascual, José A. (1980-1991): *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, 6 vols., Gredos, Madrid.
- COSERIU, E. (1973): *Sincronía, diacronía e historia. El problema del cambio lingüístico*, Gredos, Madrid.
- COSERIU, E. (1978): *Gramática, semántica, universales. Estudios de lingüística funcional*, Gredos, Madrid.
- FERRER i COSTA, J. e PUJADAS i MARQUÈS, J. (1995): *Joan Coromines. 90 anys*, Ajuntament de Pineda de Mar, Curial Edicions Catalanes.
- HENRÍQUEZ SALIDO, M.^a do C. (1986): «Umha leitura sociolingüística dos versos 'Probe Galícia nom debes/ chamar-te nunca espanhola/ que Espanha de ti se olvida», em *Actas do Congreso Internacional de Estudios sobre Rosalia de Castro e o seu tempo* (1985), tomo II, Consello da Cultura Galega - Universidade de Santiago de Compostela, págs. 173-182.
- _____ (1987): «O processo de normalizaçom do idioma Galego-Português na Galiza», em *Caplletra*, 2, Revista de Filologia, Universidade de València, págs. 173-182.
- MARTINET, A. (1960): *Éléments de linguistique générale*, Librairie Armand Colin, Paris.



A propósito da *Confissam* de Joam Gomes da Ilha no *Cancioneiro Geral*

Maria Isabel MORÁN CABANAS
(Universidade de Santiago de Compostela)

INTRODUÇÃO

Depois da grande época de esplendor que viveu o lirismo galego-português na corte de D. Afonso X de Castela e noutras cortes peninsulares, como as lusitanas de D. Afonso III e de D. Dinis, assistiu-se a partir da morte deste último rei-mecenas a um progressivo declínio da voz poética em Portugal, influenciado em boa medida pela crise política de finais do século XIV, com a orientação expansionista subsequente, e favorecido ainda pelo interesse que o advento da dinastia de Avis despertou pelos problemas teóricos e doutrinários, políticos, morais e até psicológicos, que encontraram na prosa o seu veículo de expressão mais apropriado. Porém, por meados de Quatrocentos, a exemplo do que estava a acontecer nas cortes de França, de Itália, da Borgonha, de Aragão e sobretudo de Castela, com a qual se estava a iniciar uma política de convergência, o exercício da poesia tornou-se para os nobres portugueses um aspecto essencial da construção de uma carreira na corte, o que vem justificar o elevadíssimo número de autores recolhidos no *Cancioneiro Geral*, o valor tão desigual da sua produção e ainda o facto de não apresentar a colectânea lusa, à excepção de alguns motos, amostras da sugestão popular ou folclórica (1). Com efeito, as composições recolhidas e publicadas por Garcia de Resende em 1516, como réplica directa do *Cancionero general de muchos y variados autores*, organizado e editado por Hernando del Castillo, cinco anos antes em Castela, caracterizam-se por uma marcada tendência aristocratizante, reflectindo apenas o ambiente palaciano, com os gostos e as mentalidades que a este lhe são inerentes (2).

(1) Foi Gil Vicente quem se encarregou, sob várias formas, de recolher esta nos seus autos, reflectindo a persistência ainda viva deste tipo de poesia na tradição oral: os antiquíssimos cantares paralelísticos, as loas tradicionais de Natal e as baladas ou romances, predominantemente castelhanos.

(2) Como corroboração de tal tendência lembremos, por exemplo, aqueles versos de André de Resende (1527-1599), sobrinho do compilador Garcia de Resende e contemporâneo de Camões, ao oferecer um exemplar da colectânea portuguesa ao Marquês de Vila Real: «Con razão e bom conselho / vão a Vossa Senhoria / nobreza e galantaria / do bom Portugal, o velho» (*apud Antologia do Cancioneiro Geral*. Selecção, organização, introdução e notas por Maria Ema Tarracha Ferreira, Biblioteca Ulisseia, s. l., 1994, p. 32).

À medida que se concentrava em torno do monarca, a corte desenvolvia e variava a sua vida social, procurando novas formas de convívio, de animação e passatempo. Enraizada neste circuito fechado e objecto de uma circulação muito limitada, a “arte de trovar” aproximava-se da arte da conversa e da galantaria. De facto, a maioria dos textos compilados no *Cancioneiro Geral* eram destinados aos fastuosos serões do paço, onde se recitava, se ouvia música, se dançava, se realizavam pequenos espectáculos de alegorias ou paródias, se disputavam concursos poéticos em que o versejador intervinha orgulhosamente na euforia duma demonstração pública do seu talento e desembaraço no divertimento de reis, nobres e damas em horas de ócio, etc., tudo dentro de um estilo que tendia a apurar-se, como se apurava a vestimenta e a moda em geral, a linguagem e a etiqueta.

O ambiente cortesão explica, pois, o carácter lúdico, ligeiro e circunstancial que domina uma parte considerável do conteúdo do *Cancioneiro* em questão, assim como as formas estilizadas e espirituosas que nele por vezes se encontram. O assunto tratado é predominantemente amoroso e por vezes “menos nobre -de intriga, pedido, maledicência” (3), respondendo em todos os casos a uma função comunicacional determinada: o elogio, a celebração, a burla, o insulto, a pergunta ou a resposta a esta, o conselho, a encomenda, o envio de novas e ainda o envio de trovas que acompanham outras, solicitando emenda. Daí o inestimável valor da colectânea como fonte de informação da vida social e privada da época, palpitante de realidade, embora por vezes de difícil ou difícilíssima interpretação (4).

A tradição trovadoresca de amor, associada agora às influências castelhana e francesa, assim como a motivos de inspiração renascentista de feição petrarquista e dantesca, é continuada na poesia do *Cancioneiro Geral*. Neste sentido, pode dizer-se que o tom lhe vem dado pela longuíssima «perfia» ou tenção entre o *Cuidar e o Suspirar* com que se abre e que, tendo como argumento principal a oposição entre dois modos distintos de entender e exprimir o sentimento amoroso, formula em termos teóricos o que em muitos outros textos se apresenta como a consequência final de uma vivência subjectiva, real ou ficcionada, que se serve do registo da expressão lírica. Seguindo a evolução dos gostos e das formas de estar da sociedade em que nasceu, no lirismo amoroso de Quatrocentos descobrem-se como estilemas recorrentes o elogio da amada, o lamento pela indiferença desta, a saudade provocada pela separação, o despeito sentido perante a preferência dada a um rival, o desejo da morte causado pelo desengano, o ambíguo e paradoxal estado de prazer/pesar em que se encontra o amador ou a adaptação da natureza às mágoas do ser despojado.

Mau grado o modelo do amor cortês continuar a alicerçar na maioria das composições líricas do *Cancioneiro*, o seu código não deixa assim mesmo de ser ques-

(3) Mendes, Margarida Vieira, «Cancioneiro Geral» em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, ed. Caminho, Lisboa, 1991, p. 129.

(4) Literatura e vida estão tão interligadas no *Cancioneiro geral* que as relações políticas, sociais, familiares e amistosas constituem amíúde pontos de referência indispensáveis para o estudo e análise dos poetas que nele colaboraram. Por outra parte, não podemos esquecer o valor etnográfico desta compilação, pois é precisamente graças aos seus versos que podemos conhecer certos pormenores da vida quotidiana daquela altura, silenciados em crónicas e chancelarias: usanças velhas, trajes, arreios, etc. (Cfr. Carvalho, Rómulo de, *O texto poético como documento social*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995, pp. 59-144).

tionado (5) ou até infringido pelos poetas portugueses do século XV e princípios de XVI. E ainda, a vocação satírica dos autores cortesãos colaboradores de Resende faz com que estes lancem mão no *Cancioneiro* do tema amoroso, directamente focalizado, ou sob o disfarce de outros processos: o elogio, as novas, a confissão, etc. Precisamente com tudo isto se liga o poema que a seguir passamos a comentar, a “CONFISSAM DE JOHAM GOMEZ DA ILHA” (6), cujo texto completo inserimos como apêndice a este artigo.

Esta composição foi escrita, tal como se diz na rubrica sob a qual aparece na colectânea portuguesa, em modo de confissão de um pecador cristão que delega numa pessoa confidente, «Joham Mourato, meu senhor», a responsabilidade de declarar ao respectivo padre-confessor os pecados de que passa a dar-lhe conta, assinalando previamente a coincidência destes com as faltas cometidas noutrora por Macias: ser casado e querer uma mulher casada, ter ciúmes do seu marido e mesmo chegar a desejar a morte deste, e, por último, não se sentir arrependido de tais sentimentos.

Ora, antes de assinalarmos os aspectos que numa primeira aproximação à *Confissam* de Joam Gomes da Ilha parecem responder a certa veia lírica e de descobrirmos as chaves da interpretação satírica a que dá lugar uma leitura mais profunda e atenta dos versos em questão, comecemos por oferecer uma breve notícia sobre o seu autor.

O AUTOR

Na verdade, resultam muito escassas as notícias biográficas de que dispomos com respeito a Joam Gomes da Ilha, sabendo-se apenas que era natural da Madeira ou que nela residiu e que esteve casado com Guiomar Ferreira, filha de Gonçalo Aires Ferreira, companheiro de Gonçalves Zarco, no descobrimento daquela ilha. Pertenceu, pois, ao chamado «grupo madeirense» de colaboradores do *Cancioneiro Geral*, junto com Manuel de Noronha ou Tristam de Teixeira, entre outros poetas. E embora não conheçamos com certeza quais é que são as respectivas datas de nascimento e morte deste poeta palaciano, podemos contudo assegurar que viveu no último quartel do século XV.

Ainda que o *corpus operístico* deste autor na compilação seja mais bem reduzido, apresenta-se bastante diversificado do ponto de vista temático, fazendo parte essencialmente de textos colectivos, quase sempre a partir de iniciativas alheias, como no caso do célebre processo entre o *Cuidar e o Suspirar*, em que Nuno Pereira o convida para seu advogado em favor da interiorização dos próprios sentimentos.

Aliás, como únicas excepções a essa participação do poeta no espaço do convívio cortesão, através da subordinação a temas propostos por outrém, foram reco-

(5) O que já se dava, se bem que em menor grau, na velha lírica galego-portuguesa. Agora, para além da famosa tenção-pórtico acima aludida, um número bastante importante de composições recolhidas por Resende constitui, de facto, discussões de casuística amorosa, em voga nas cortes do tempo e que tendem a assumir, sobretudo, o aspecto de um processo judicial ou de um diálogo pergunta/resposta, com ajudas e contestações. (Cfr. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Apresentação crítica, selecção, notas, glossário e sugestões para análise literária de Cristina Almeida Ribeiro, ed. Comunicação, Lisboa, 1993, pp. 25-27).

(6) *Cancioneiro Geral de Resende*. Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda Dias, ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1990, v. II, n.º 228, pp. 60-62.

lhidas por Garcia de Resende, à maneira de um cancioneirinho individual, umas trovas escritas em redondilha menor em que se interroga e interroga os «trovadores, espiculadores» acerca de «hu vive rrazam» (7), a glosa a uma cantiga do Coudel-Moor em forma de galanteio amoroso (8), uma cantiga composta em castelhano em redondilha de pé-quebrado (9), a *Confissam* de que vamos tratar neste trabalho e ainda um poema que elaborou junto com Rui Moniz, seguindo o sistema de pergunta/resposta, referente a uma doença do seu interlocutor, mas na realidade pretexto para insistir com boas doses de humor nas semelhanças entre as dores físicas e o sofrimento passional (10).

A PERSPECTIVA TRADICIONAL

Cumprir dizer antes de mais que a composição em questão não teve especial sorte nas antologias ou estudos críticos sobre o *Cancioneiro* português. Os breves comentários que achamos com respeito a ela não vão além de assinalar a convergência dos planos do sagrado e do profano que se encontra nos seus versos ou situam simplesmente esta peça na linha amorosa tradicional que caracteriza uma boa parte da poesia quatrocentista. Assim, Jole Ruggieri (11) e Pierre Le Gentil qualificam-na de «paródia religiosa», junto com outros muitos textos portugueses e castelhanos do século XV que também escolheram a metáfora e a alusão religiosas para expressar o seu amor. E concretamente o segundo sublinha na sua obra o tom apaixonado com que o eu poético de tal *Confissam* exprime os seus sentimentos por uma «casada dama», a declarar todos os sintomas da coita que o seu coração enamorado masoquistamente padece perante os obstáculos que lhe impedem vê-la: «Il est privé de la vue de sa dame, en proie à l'insomnie et ses pensées sont pleines d'élans passionnés!», o que mesmo leva o crítico francês a considerar esta peça como modelo de um romantismo «bien indigène» (12).

Aliás, mais recentemente, M^a Ema Tarracha Ferreira alude a esta composição do autor madeirense como exemplo da «poesia inspirada pela doutrina do 'amor cortês' e caracterizada pelo formalismo conceituoso e galante» (13), que se impõe como uma obsessão colectiva nas páginas da colectânea e também Cristina Almeida Ribeiro, embora sublinhe como resulta «insólito» o facto de que o eu poético se sirva de um intermediário à hora de confessar os seus próprios pecados, vem interpretar as trovas escritas pelo autor madeirense como uma amostra de queixa dirigida indirectamente à dama, objecto da paixão e do consequente martírio, ainda que tingida de certas notas de humor e ironia (14).

(7) *Ibidem*, v. II, n.º 225, pp. 54-58.

(8) *Ibidem*, v. II, n.º 226, pp. 58-59.

(9) *Ibidem*, v. II, n.º 227, pp. 59-60.

(10) *Ibidem*, v. II, n.º 229, pp. 63-67.

(11) Cfr. Ruggieri, J., *Il Canzoniere di Resende*, ed. Leo S. Olschki, Genève, 1931, pp. 99-100.

(12) Le Gentil, Pierre, *La poésie lyrique espagnole et portugaise à la fin du Moyen Âge: les thèmes, les genres et les formes*, Philon, Rennes, 1949-1953, vol. I, p. 442.

Temos de dizer que com a alusão a tal romantismo o estudioso acima citado pretende concretamente fazer referência àquela vivência sentimental que o Professor Rodrigues Lapa definia como «essa perene insatisfação do amador português, que sabe, como peixe, nadar na própria dor» (Florilégio do Cancioneiro de Resende. Selecção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa, 3.ª ed., ed. Seara Nova, Lisboa, 1960, p. IX).

(13) *Op. cit.*, p. 41.

(14) Ribeiro, Cristina Almeida, «João Gomes da Ilha» em Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa. Organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, ed. Caminho, Lisboa, 1991, p. 335.

Com efeito, se atentarmos de forma exclusiva na escolha de Macias o Namorado como o *exemplum* da mais intensa e louca paixão que o autor seleccionou para a exposição/partilha dos sentimentos experimentados pelo eu poético e no motivo da simbiose sacro-profana ou compenetração do amor humano e amor divino que se pode observar nesta composição, considerando a utilização de ambos os aspectos por Joam Gomes da Ilha em sentido literal e analisando-os, desde uma perspectiva globalizadora, à luz da lírica portuguesa e castelhana de Quatrocentos, parecem lícitas tais interpretações e a inclusão deste poema, embora só tangencialmente, no género lírico.

Quanto a Macias, já nas três primeiras estrofes em que se solicita a mediação de Joam Mourato (15) e que servem de introdução ou «preparação» à confissão propriamente dita, o penitente alude ao famoso Namorado, para explicar a partir da mitificada história do trovador galego a sua vivência pessoal. Há que ter em conta que Macias não é um símbolo neutro, mas carregado de conotações positivas quanto à fidelidade e constância no amor, portanto, a evocação que dele se faz vem contribuir para tornar o presumível pecador em tão-só vítima inocente da paixão:

Joham Mourato, meu senhor,
sajes em todo trautar,
d' honra bem merecedor,
mais inteiro trovador
do que posso declarar.
Eu vos tenho por amigo
verdadeiro, e nam de jogo,
polo qual fee consigo
que aceitareis meu rogo.

Espero que m'acorrais
onde virdes meu desterro,
espero que me sejais
mais dos mais especiais
amigo sem nenh_u erro.
Espero de vós socorro,
espero de vós ajuda,
e porque cedo conrada
o que de mim se nam muda
me faz que a vós m'acorro.

Sei que vos confessareis
polo ano e seus dias,
vós de mim aceitareis

(15) Quanto a este personagem, destinatário da composição, nada sabemos. Aparentemente poderia tratar-se de um amigo e colega na arte literária, mesmo a exceder o status social («meu senhor», v. 1) e poético («mais inteiro trovador / do que posso declarar», vv. 4-5) de Joam Gomes da Ilha. Na realidade nem um só verso a seu nome figura na generosa e super-quantitativa recolha de Garcia de Resende, pelo que apenas ironicamente cabe interpretar o seu elogio.

tres pecados que sabeis
que condenaram Mancias.
É a vosso confessor,
des que os vossos disserdes,
sereis dos meus relator
e ter-m'-eis por servidor,
quando meu servir quiserdes.

vv. 1-29

É claro que a presença do famoso Namorado na compilação lusa se encontra estreitamente ligada à influência da poesia de Castela. Quase uma décima parte dos textos recolhidos por Resende está escrita em castelhano e basta com uma simples leitura do *Cancioneiro geral* para compreendermos que, independentemente da língua empregada, os poetas portugueses sentiam um verdadeiro apreço e até culto ou veneração pelos autores do país vizinho, sobretudo nos textos de temática amorosa. O próprio Macias, Juan de Mena (16), Juan Rodríguez de la Cámara, Jorge Manrique, Stúñiga, entre outros, são referidos, citados, glosados, parafraseados e, embora o nome do Marqués de Santillana esteja ausente da compilação lusa, resultam aqui evidentes as pegadas da sua obra, especialmente nalguns poemas de carácter alegórico (17).

Com efeito, a vida e o fatal destino de Macias como mártir de uma paixão proibida logo se tornou mito, não só despertando a fantasia dos poetas posteriores cronologicamente ao trovador galego, mas mesmo servindo de fonte de inspiração aos seus contemporâneos, os escritores hispânicos do século XV, que vêem já nele o paradigma ou representação plena da lealdade amorosa e de todos os sintomas da coita de amor. As alusões ao célebre Macias encontram-se repetidas vezes entre as páginas dos cancioneros quatrocentistas (18) e precisamente é no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende que o nome de Macias, sempre sob a variante Mancias, aparece mitificado pela primeira vez na literatura portuguesa (19).

(16) A antiguidade a que Resende se pôde remontar nesta recolha poética tem precisamente como termo *a quo* o texto escrito pelo infante D. Pedro «em louvor de Joam de Mena», elaborado antes de 20 de Maio de 1449, data do desastre de Alfarrobeira. Sobre o conhecimento da obra poética de Juan de Mena pelo seu admirador português, *vid.* Dias, Aida F., «D. Pedro e o Condestável, seu filho, no 'Cancioneiro Geral' em *Biblos*, LXIX, 1993, pp. 437-443.

(17) Precisamente na sempre referencial obra de Aida F. Dias para o estudo do *Cancioneiro* português já foram assinalados os paralelos, as recriações e os contactos que se podem detectar entre os textos dos dois países vizinhos:

«(...) prova evidente e cabal do conhecimento de específico ângulo cultural das letras castelhanas de então, os motos, vilancetes, cantigas e romances glosados por poetas do *Cancioneiro*, os motos ostentados por damas do paço e ainda as trovas centônicas demonstram, claramente, a existência de uma cultura subsidiária de Castela, no âmbito do lirismo amoroso, e até da sátira, e patenteiam um conhecimento de textos, que têm permanecido no anonimato, porque —para muitos deles— Resende se não deu ao trabalho de consignar a respectiva autoria e também porque os posteriores, ao longo de mais de quatro séculos, aceitaram passivamente aquele carácter anónimo, que importava, no entanto, desvendar, para que mais se valorizasse a obra, que o compilador tão amorosa e avisadamente levou a cabo. Só quem mergulhar no âmago da poesia contesanesca peninsular, coeva de Garcia de Resende —a nível de cancioneros, romancesiros e *pliegos sueltos*— pode começar a detectar paralelos, a entrever recriações, a estabelecer pontos de contacto, a vislumbrar um pouco mais para além daquilo que objectivamente e de forma insofismável salta aos olhos de qualquer leitor da rica colectânea». (*O Cancioneiro Geral e a poesia peninsular de Quatrocentos*, Livraria Almedina, Coimbra, 1978, p. 17).

(18) Daí as afirmações de Pedro José Pidal: «No se puede formar una verdadera idea de la celebridad de Macias sino conociendo los cancioneros manuscritos y viendo el gran número de composiciones en que se celebra y ensalza. Los testimonios recogidos por don Tomás Antonio Sánchez, el P. Sarmiento y otros eruditos, son casi nada comparados con los que pudieran reunir» ou de Teófilo Braga com respeito à literatura portuguesa daquela altura: «De todos os poetas do primeiro período de esplendor, um dos mais conhecidos em Portugal foi o enamorado Mancias, cujo nome se tornou proverbial e típico de todos os amantes» (*apud* Martínez-Barbeito, C., *Macias el Enamorado y Juan Rodríguez del Padrón*, ed. Bibliófilos Gallegos, Santiago de Compostela, 1951, pp. 38 e 56).

(19) *Vid.* Morán Cabanas, M.^a Isabel, «Mitificação de Macias o Namorado no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende» em *Actas del VII Congreso Internacional de la Asociación Española de Semiótica* (Zaragoza, 4-9 de Novembro de 1996) [no prelo].

Considerado como a justa valorização ou ponderação do próprio sofrimento amoroso ou como modelo de um ideal de amor indissociável da poesia, o Namorado encontra-se amiúde aludido à maneira de termo de comparação, como no poema de Joam Gomes da Ilha.

Aliás, a insistência na entrega absoluta do eu poético ao amor e na vontade de suportar qualquer sofrimento, mesmo a morte, pela sua dama, contribui também para que o amor adúltero resulte afinal justificável. Eis a enumeração e explicação dos pecados, apresentados sob uma forma rigorosamente lógica no discurso poético:

Vós dizei que sam casado
e quero bem a casada,
sendo d' amor tam forçado
que nam sento por pecado
ela ser de mim amada.
Nem me posso conhecer
senam tam sojeito dela,
que cuido que padecer
e tras padecer morrer
devo soportar por ela.

E o pecado segundo
lhe direis: Que meu sentido
nam se funda nem me fundo
senam sempre neste mundo
querer mal a seu marido.
E a morte lhe desejo
mais cedo que possa ser
e o demo nele vejo,
e hei gram prazer sobejo,
quando a ela posso ver.

O terceiro concrusam
vós dizei: Que sam tam forte
amador por condiçam
que nam sento contriçam
nem receo minha morte.
Nem d' alma nam sam lembrado,
nem de rezam nem de fama,
nem é outro meu cuidado,
salvante ser namorado
daquesta casada dama.

vv. 30-59

A cada um dos três pecados cometidos corresponde, como se pode observar acima, a duração poética exacta de uma estrofe, sendo na primeira e na terceira - com que se abre e se encerra respectivamente o «relato» das culpas- que se alcança uma vibração lírica e emotiva mais intensa, através de duas figuras de estilo que

ocupam um lugar quase obrigatório em todo o âmbito da poesia amorosa do *Cancioneiro Geral*: a *impossibilia* e a hipérbole de declarações como «Nem me posso conhecer / senam tam sojeito dela ...» (vv.35-39) ou «Nem d´alma nam sam lembrado, / nem de rezam nem de fama ...» (vv. 55-59).

Com respeito à presença do amor adúltero na compilação lusa, temos de lembrar que a maioria dos poetas cortesãos diferem de Joam Gomes da Ilha ao não aludirem ao seu estado civil e auto-nomearem-se «servidores» de damas solteiras, reagindo por vezes virulentamente quando estas se decidem ao matrimónio com um rival. Assim, Nuno Pereira lança maliciosíssimas pragas a Dona Lianor da Silva, porque no tempo que a servia casou, desejando que ela se transforme na mais infeliz das malmaridadas (20). Outros queixam-se da precariedade da ventura e, à procura da vingança, rogam a Deus o sofrimento de quem tanto os faz chorar, como Gonçalo Mendez, quando a mulher que tanto amava lhe mandou dizer que era casada:

Senhora, pues que casastes
plega a Dios
qu´aquelel mismo que tomastes
como vos a mi dexastes
dex´a vos. (21)

Em verdade, quase todos os colaboradores da colectânea de Resende compararam nos seus versos o casamento das suas senhoras com o fim de todas as esperanças e mesmo com o fim das suas próprias vidas. Declaram o seu martírio dominados pela tristeza, o desamparo e as lágrimas. E de facto quando uma amiga de Jorge de Resende trata de confortar o poeta perante o casamento da sua amada, segundo se indica na rubrica, a dizer-lhe que ainda podia ter esperança, este fecha completamente as portas a qualquer ilusão (22).

Para além da declaração explícita que faz Joam Gomes da Ilha do seu amor por uma mulher casada e a correspondente referência a um marido rival, tão-só na “copra” em que Fernam Brandam explica a sua paixão por uma mulher casada a Henrique de Saa encontramos outra manifestação desta índole, mas num tom sério e a reflectir uma atitude resignada que imprime a esta peça um carácter também muito diferente à corajada confissão do poeta madeirense:

Nam se parte meu sentido
d´a casada que vejo,
nem o seu de seu marido
por onde tenho sabido
que nam pode ser comprido
meu desejo. (23)

(20) *Op. cit.*, vol. I, n.º 78, p. 273.

(21) *Ibidem*, vol. III, n.º 553, p. 67, vv. 1-5.

(22) *Vilancete que depois de casada sua dama o confortava uma amiga dizendo que ainda devia de ter esperança* (Ibiem, vol. IV, n.º 676, pp. 38-39).

(23) *Op. cit.*, v. II, n.º 443, p. 361, vv. 1-6.

Mais próximo ao espírito do texto de João Gomes da Ilha encontra-se no *Cancioneiro Geral* a pergunta de Álvaro de Brito ao Coudel-Moor sobre a qualidade pecaminosa ou virtuosa dos amores adúlteros e a resposta contundente do segundo, afirmando com dois versos originais do poeta castelhano Suero de Ribera «que Dios al buen amador / nunca demanda pecado»:

Dama que faz gasalhado
e favores
a galante por amores,
que é com outra casado,
pregunto se faz pecado
ou vertude,
todo cortesam m'ajude
sem falar afeiçoado.

Resposta do Coudel-moor.

Quem mais perde por servir
mais obriga sua dama,
polo qual rezam a chama
a seu mal nam consentir.
Mas ante todo favor
lhe deve ser outorgado,
ca dito temos d'autor
que Dios al buen amador
nunca demanda pecado. (24)

Aliás, quanto à escolha do esquema discursivo da confissão pelo poeta madeirense, há que ter em conta que a acomodação literária de umas pautas e um molde consagrado na tradição religiosa como meio de organização e sistematização do estado emotivo de enamoramento, constitui uma das principais características do código da expressão do amor no século XV. Já na lírica provençal, o grande culto de que era objecto a mulher, como pessoa digna de todo o amor e merecedora de todos os serviços oferecidos pelo cavaleiro, fez com que se ultrapassasse de modo natural a linha divisória entre o amor sagrado e o amor profano (25).

Dois elementos, um chegado do paganismo e outro do Cristianismo, contribuíram para a divinização ou «religião de amor»: «De la Roma pagana de Ovidio, cuyo *Ars amandi* fue un texto favorito de la Edad Media, se recoge la noción, más o menos seria en Ovidio, del amor como un Dios. Y el culto mariano, la consagración especial del fervor religioso a la figura de la Virgen María se ofrece como otro parangón deseable a las poesías de los trovadores» (26), daí que seja na linguagem da Igreja onde toda a poesia vai procurar os modismos poéticos e as fórmulas de

(24) *Ibidem*, v. I. n.º 83, p. 264.

(25) Era tão absorvente essa adoração, exercia tanto poder sobre o indivíduo que se assemelhava à adoração religiosa, constituindo, no dizer de Pedro Salinas, uma verdadeira «gineolatria». (Salinas, Pedro, *Jorge Manrique o tradición y originalidad*, ed. Seix Barral, Barcelona, 2.ª ed., 1981, pp. 22-26).

(26) *Ibidem*, p. 26.

estilo, que levam, aliás, o prestígio da sua procedência puramente religiosa. E, precisamente, na poesia cancioneril peninsular resulta evidente um especial e progressivo afã de identificar *eros*, o amor humano, com *agape*, o amor a Deus, manifestando-se não só na utilização de uma mera nomenclatura ou interpretação léxica, mas na prática de adaptar sistematicamente preces, orações e ritos cristãos, certas passagens da Bíblia e, ainda, conceitos teológicos a conceitos eróticos.

A proliferação, variedade e complexidade do sincretismo do amor e o cristianismo em toda a lírica cortesã peninsular resultam, na verdade, espantosas. A grande série de motivos e comparações vai da metáfora mais singela e inócua em que o poeta alude hiperbolicamente à procedência celestial da sua dama (27) ou à tradicional comparação da paixão do enamorado à de Cristo, até às adaptações pormenorizadas da missa que encontramos na poesia castelhana para celebrar o deus Amor (28). Com respeito à presença do tema em questão na lírica do *Cancioneiro Geral*, temos de lembrar particularmente aquelas trovas de Bernardim Ribeiro «a _a mulher que servia» em que glosa o Memento, a oração que no Ordinário da Missa precede ou sucede à celebração da Eucaristia, a glosar o velho tópico da *dame sans merci* e equiparando a mulher, a quem o poeta humildemente implora misericórdia, ao próprio Deus cristão (29); a adaptação que D. Joam de Meneses faz daquela frase do *Génesis*: «Porque tu és pó, e em pó te has de tornar», com a atitude centrada no amor e nas suas contingências (30); a condenação à morte da Paixão de Cristo, baptizando-se a si próprio como «Avangelista de Amores» (31) e os sete sentimentos de dura tristeza que Álvaro de Brito declara padecer por causa da sua dama: não vê-la, não desejar ninguém mais que ela; não poder falar-lhe; o temor de perdê-la; os ciúmes provocados pela sua incomparável formosura; etc. (32).

Com efeito, como diz E. Michael Gerli (33), o que se desenvolve é um sincretismo ou uma tentativa de reconciliar, associar e equiparar o amor humano com o amor divino. E concretamente quanto à modalidade discursiva da confissão como o meio que possibilita ao eu lírico a exposição/partilha da sua experiência vital, a finalidade a que responde a sua utilização pelos poetas palacianos é em geral a de contribuir para uma maior solenidade na declaração dos sentimentos do amante, enfatizando a fidelidade, a constância e a impossibilidade de afastar-se da sua dama. Assim, se esquecermos as notas de humor e ironia que se manifestam já nos primeiros versos da composição e interpretarmos as declarações do confessando em sentido literal, a tal efeito reforçador parecem responder as trovas de Joam Gomes da Ilha:

(27) *Vid.* o já clássico trabalho em que M.ª Rosa Lida Mackiel analisa e reflexiona sobre a habitual presença deste *topos* literário nos cancioneros de Quatrocentos: «La dama como obra maestra de Dios» em *Estudios sobre la literatura española del siglo XV*, Porrúa, Madrid, 1977, pp. 291-309.

(28) Lembre-se, por exemplo, a que escreveu Suero de Ribera a seguir o esquema da missa católica (1/Confissão, 2/Glória, 3/Epístola, 4/Evangelho, 5/Credo, 6/Sanctus, 7/Agnus, 8/Ite missa est) ou a composta por Juan de las Dueñas em que a litania dos santos é substituída por outra de famosos e martirizados amantes, entre os quais não podia faltar Macias.

(29) *Op. cit.*, v. IV, n.º 728, pp. 79-82.

(30) *Ibidem*, v. I, n.º 19, pp. 148-149.

(31) *Ibidem*, v. II, n.º 195, pp. 8-10.

(32) *Ibidem*, v. I, n.º 78, pp. 251-254.

(33) Gerli, E. Michael, «La 'Religión del amor' y el antifeminismo en las letras csatellanas del siglo XV» em *Hispanic Review*, n.º 49, 1981, pp. 65-86.

Requerereis a pendenza
pera mim, vereis quejanda,
que nam prive bem querença
que toda minha femença
é fazer quanto amor manda.
O padre pode mandar
quanto m' ele mandar queira,
mas nam seja desamar,
ante me mande matar
per outra qualquer maneira.

Se me mandar jejunar,
dizei que hei por jejum,
quando nam posso cobrar
a vista de quem pesar
me dá e prazer nenhuu.
Se que veele vos disser,
dizei que veelo cuidando
na mais fermosa molher
das que Deos fez nem fizer,
pola qual vivo penando.

Fim

Se que reze orações
vos mandar, dizei que bem,
mas seram muitas paixões,
danos e tribulações
que meu coração sostem.
Se vos mandar que esmole,
gaste-se quanto dinheiro
tiver, pero que m'esfole,
fique com que me console
ser servidor verdadeiro.

vv. 60-89.

Como se pode observar não há aqui um acto de contrição, ao contrário, o próprio confessando marca já *a priori* as suas condições, impondo explicitamente limitações ao «padre» de forma clara e rotunda à hora de ditar as emendas que possam expurgar os seus pecados («mas nam seja desamar / ante me mande matar / per outra qualquer maneira», vv. 67-70). E a partir duns versos tão contraditórios em que se nega ou rejeita de maneira geral o que com a prática religiosa, desde uma concepção teórica e um contexto sério se procura, passa-se ao pormenor explicativo: o jejum que supõe para o eu poético não ver a sua dama, a falta de sono ou vigília que as lembranças desta lhe provocam, os danos e tribulações que o seu coração chega a suportar... todos os sintomas da coita de amor têm de servir, enfim, para emendar as suas culpas, utilizando-se como resposta às ordens do confessor.

Comparável nesta perspectiva à composição de Joam Gomes da Ilha resulta,

pois, a cantiga do Conde de Vimioso a «_a confissam» recolhida no *Cancioneiro Geral*, em que os pecados, «tristeza, dor e paixam», são também inevitáveis, já que nascem no próprio coração do poeta e podem apenas ser emendados pela senhora objecto de tais sentimentos:

Vão em conta meus cuidados
das culpas na confissam,
tristeza, door e paixam,
maiores que confessados.

E que vos nam nos causeis
bem sabeis quanto peçais
senhora, pois que podeis
porque nam nos emmendaes?
Estes devem ser lembrados,
que nacam no coraçam,
que os quer e em qu ´estam
maiores que confessados. (34)

ou, como assinala Pierre Le Gentil, a *Confession de amores* composta pelo autor castelhano Juan del Encina, de que transcrevemos a seguir algumas estrofes:

Senhora digo mi culpa,
mi culpa por que peque,
que peque con tanta fe,
tanta fe que me desculpa:
peque por mucho quereros
contra muchos mandamientos
que me mandastes no veros
y no pude obedeceros
con penados pensamientos.

(...)

Mandastes me descuidar/
de mi cuidadoso cuidado
contra vos he yo pecado
que no lo pude guardar:
mandastes me ser ageno
de teneros afición
y estoy de afición tan lleno
que quanto
por vuestra contemplación. (35)

(34) *Op. cit.*, v. II, n.º 274, p. 142.

(35) *Vid. Cancionero, de Juan del Encina. Facsimile da 1.ª edição*, Realización Académica Española, Madrid, 1989, p. 4. A partir desta edição transcrevemos o texto actualizando a ortografia e a pontuação na medida que nos pareceu oportuno para uma leitura mais cómoda dos versos.

UMA NOVA PERSPECTIVA

Ora, a uma primeira leitura da *Confissam* de Joam Gomes da Ilha como mais um fingimento poético carregado de certas notas de humor e ironia, promovido pela teatralidade cortesã, segue outra em que tal poema se nos revela como o suporte discursivo que o engenho poético do autor soube habilmente enveredar, como veremos, para a invectiva do indivíduo aludido já no primeiro verso, Joam Mourato, como apóstrofe que abre caminho ao dizer poético.

Com efeito, não pode passar despercebida para a correcta interpretação do poema a etimologia de tal antropónimo: o lexema «mour-» e o sufixo nominal «-ato» parecem indicar a pertença do confidente à etnia dos Mouros, facto que, junto com as notas lúdicas e jocosas que tingem já as quatro primeiras estrofes que funcionam como introdução ou «preparação» à confissão propriamente dita, anulam desde o início da composição a sinceridade da encomenda do ritual cristão perante o «padre».

Como é habitual nos poemas-missa do *Cancioneiro Geral*, não falta aqui o elogio ou dedicação encomiástica carregada de uma boa dose de ironia ao destinatário dos versos. Por uma parte, a invocação hiperbólica do intermediário como o «mais inteiro trovador / do que posso declarar» (vv. 4-5) parece que só pode ser interpretada em sentido humorístico, já que, como se disse acima, não encontramos nenhum texto da autoria de Joam Mourato na colectânea de Resende (36) e, por outra, a insistência com que o eu poético alude à confiança depositada na ajuda deste à hora de conseguir remédio ou «socorro» para os seus próprios pecados («Espero que m'acorrais / onde virdes meu desterro ... vv.10-19), vem acentuar também o carácter heterodoxo desta confissão.

Aliás, na quarta estrofe, ainda parece aludir-se à pouca frequência com que o «amigo» realiza esta prática cristã («Sei que vos confessareis / polo ano e seus dias», vv. 20-21), pelo que o relato dos pecados resulta, afinal, dirigido mais do que ao «padre», a ele próprio, porventura o marido chifrudo a que o fingido penitente alude mais adiante. Assim, o destinatário dos versos resultaria objecto ou vítima de uma dupla mofa: para além da concentrada na sua origem moura, a de estar casado com uma mulher adúltera, considerada, talvez, em certa medida, consubstancial à primeira (37).

Lembremos que na literatura quatrocentista resulta em geral bastante fácil encontrar a pertença dos indivíduos a certas etnias ou nacionalidade como alvo de crítica. E ainda que concretamente a origem moura, ao contrário da judaica, à qual se atribui toda a sorte de velhacarias, umas vezes com brandura e outras até com cruéis ameaças (38), não é objecto de significativos ataques nos textos da compi-

(36) *Vid.* nota 14 deste trabalho.

(37) Lembremos que o quadro perfidamente malicioso do poeta que mantém relações sexuais com a mulher do personagem aludido nas suas composições, ou mesmo destinatário dos seus versos, já foi traçado nas velhas cantigas satíricas de Joam Garcia de Ghilhade. Concretamente o poema de Joam Gomes da Ilha parece ligar-se pelo sentido àquela cantiga do mencionado trovador galego-português em que o enaltecimento dos dotes da senhora alterna com a agressão ao marido desta: «A Don Foa quer' eu gran mal / e quer' a sa molher gran ben; / gran sazón á que mést' aven / e nunca i já farei al, / ca, des quand' eu sa molher vi, / se púdi, sempre a servi / e sempr' a ele busqueti mal...». (*Cantigas d'escarnho e de mal dizer*. 2.^a edição, revista e acrescentada pelo Prof. M. Rodrigues Lapa, ed. Galaxia, Vigo, 1970, pp. 327-328).

(38) Com efeito, o *Cancioneiro Geral* contribui para a fixação do tópico da inferioridade semítica, que vai continuar em épocas posteriores como motivo de burlas e insultos.

lação portuguesa, alguns autores aludem em sentido amplo à sua cultura ou religião, como faz Gregório Afonso nos seus *Arrenegos*:

Arrengo de ti, Mafoma,
e de quantos crem em ti
(...)
Renego também de Fez
com toda sua mourisma (39)

e outros, levados sobretudo por uma intenção humorística, lembram a sua negativa a comer carne de porco ou, seguindo a linha das cantigas medievais galego-portuguesas, estabelecem certa relação entre o sexo e os Mouros.

Aliás, temos de ter também em conta para a correcta interpretação deste poema o ódio e a raiva manifestados pelo eu poético com respeito ao marido da «casada dama», como se nele visse realmente «o demo» (v.47), expressão que, tal e como aponta Jole Ruggieri, «riporta senza soluzione di continuità all'invettiva usuale alle antiche *cantigas de maldizer*» (40), acentuando o carácter heterodoxo desta exposição/partilha de sentimentos e o tom satírico que nela domina.

E, por outra parte, o forte contraste que se estabelece entre a atitude irreverente e a intenção jocosa que ao longo das trovas de Joam Gomes da Ilha se descobre com relação ao confidente Joam Mourato e a utilização da linguagem estereotipada do lirismo amoroso de Quatrocentos parecem convidar o leitor ao riso equívoco e à procura de duplos sentidos no discurso. Ora, se tal ambiguidade pode descobrir-se já em declarações como «Nem d'alma nam sam lembrado, / nem de rezam nem de fama ...» (vv.55-59) ou «que toda minha femença / é fazer quanto amor manda» (vv. 63-64) que acompanham o «relato» dos pecados, é sobretudo nas expressões que conformam as duas últimas estrofes da composição que o poeta amostra um interessante alarde de engenho. O «gejum» que o amante padece perante a impossibilidade de «cobrar» a vista da sua dama, a falta de sono ou vigília que o facto de estar «cuidando» nela lhe provoca e todos os males que em geral chega a suportar parecem aceitar perfeitamente a interpretação do carácter sexual desta história de amor adúltero.

De facto, com respeito ao duplo sentido de «gejunar» (v. 70) e «gejum» (v. 71), cabe lembrar que o verbo «comer» constitui um dos termos mais habitualmente empregados como metáfora do acto sexual na tradição cancioneril e quanto à acepção erótica da insónia não podemos esquecer a esparsa do castelhana Guevara no mencionado *Cancionero General* de Hernando del Castillo:

¡Qué noche tan mal dormida!
¡Qué sueño tan desvelado!
¡Qué dama vos, tan polida!
¡Qué ombre yo, tan penado!

(39) *Op. cit.*, vol. III, n.º 561, p. 73-82.

(40) *Op. cit.*, p. 99.

Precisamente na cantiga satírica de Joam Garcia de Guilhade que mencionámos na nota 32 deste trabalho encontramos essa mesma imagem do «demo», com a qual se identifica o marido da mulher amada e/ou desejada pelo eu poético: «ca ela fez Nostro Senhor / e el fez o Demo maior; / e o Demo o fez falar.» (*op. cit.*, p. 328, vv. 20-21)

¡Qué gesto el vuestro, de Dios!
¡Qué mal el mío, con vício!
¡Qué ley que tengo con vos!
¡Qué fe, con vuestro servicio! (41)

versos que, se não conhecêssemos a rubrica que os apresenta,» a su amiga, estando con ella en la cama», uma leitura superficial levaria a considerá-los como simples seguidores do convencional galanteio amoroso.

E, na nossa linha de análise, temos de interpretar ainda a boa disposição que o confessando apresenta perante o dever de «esmolar» com todo o seu dinheiro, e hiperbolicamente até com a própria pele («pero que m' esfole», v. 87), como uma proposta de pagamento dirigida ao legítimo cônjuge da dama pelo «serviço» com que o eu poético se «consola», quer dizer, satisfaz os seus desejos.

CONCLUSÃO

Assim, uma vez que passámos revista à abordagem do tema ou dos temas focados por Joam Gomes da Ilha na sua *Confissam* e observámos o tom irónico que o autor adoptou no seu tratamento, parece lícito reivindicar a valorização de uma boa dose de originalidade e ousadia nesta composição, não só no seio do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, mas até no amplo espaço de toda a lírica peninsular no limiar da Idade Média. A engenhosa estratégia argumentativa, junto com a subtil sátira que se deixa descobrir ao longo das suas trovas, fazem parte de um jogo poético em que todos intervêm: o emissor, o destinatário e mesmo o próprio código da expressão amorosa. Precisamente são as séries lexicais do elogio ao interlocutor e da coita de amor que se encontram alteradas ou distorcidas na peça do autor madeirense, funcionando como as bases da invectiva contra Joam Mourato, que se pretende denegrir tanto pela sua condição religiosa, quanto pelo facto de ser um marido enganado ou chifruído.

A ironia não oferece nunca significados unívocos, pelo que a leitura da *Confissam* apresentada tradicionalmente pela crítica como uma simples declaração de amor todo-poderoso, em cujas garras se encontra cativo o confessando, resulta em boa medida lesiva para a integridade semântica e ideológica do texto, amputando tudo aquilo que o poeta quis dizer, mas não disse abertamente.

(41) *Apud* Whinnom, Keith, *La poesía amatoria en la época de los Reyes Católicos*, University of Durham, Titus Vilsom and Son, 1981, p. 32.

CONFISSAM DE JOHAM GOMES DA ILHA

- 1 Joham Mourato, meu senhor,
sajes em todo trautar,
d' honra bem merecedor,
mais inteiro trovador
- 5 do que posso declarar.
Eu vos tenho por amigo
verdadeiro, e nam de jogo,
polo qual fee consigo
que aceitareis meu rogo.
- 10 Espero que m'acorrais
onde virdes meu desterro,
espero que me sejais
mais dos mais especiais
amigo sem nenh_u erro.
- 15 Espero de vós socorro,
espero de vós ajuda,
e porque cedo concura
o que de mim se nam muda
me faz que a vós m'acorro.
- 20 Sei que vos confessareis
polo ano e seus dias,
vós de mim aceitareis
tres pecados que sabeis
que condenaram Mancias.
- 25 E a vosso confessor,
des que os vossos disserdes,
sereis dos meus relator
e ter-m'-eis por servidor,
quando meu servir quiserdes.
- 30 Vós dizeis que sam casado
e quero bem a casada,
sendo d' amor tam forçado
que nam sento por pecado
ela ser de mim amada.
- 35 Nem me posso conhecer
senam tam sojeito dela,
que cuido que padecer
e tras padecer morrer
devo soportar por ela.
- 40 E o pecado segundo
lhe direis: Que meu sentido
nam se funda nem me fundo
senam sempre neste mundo
querer mal a seu marido.
- 45 E a morte lhe desejo
mais cedo que possa ser
o demo nele vejo,
e hei gram prazer sobejo,
quando a ela posso ver.
- 50 O terceiro concrusam
vós dizeis: Que sam tam forte
amador por condiçam
que nam sento contriçam
nem receo minha morte.
- 55 Nem d' alma nam sam lembrado,
nem de rezam nem de fama,
nem é outro meu cuidado,
salvante ser namorado
daquesta casada dama.
- 60 Requerereis a pendença
pera mim, vereis quejanda,
que nam prive bem querença
que toda minha femença
é fazer quanto amor manda.
- 65 O padre pode mandar
quanto m' ele mandar queira,
mas nam seja desamar,
ante me mande matar
per outra qualquer maneira.
- 70 Se me mandar jejunar,
dizeis que hei por gejum,
quando nam posso cobrar
a vista de quem pesar
me dá e prazer nenh_u.
- 75 Se que veele vos disser,
dizeis que veelo cuidando
na mais fermosa molher
das que Deos fez nem fizer,
pola qual vivo penando.
- Fim.
- 80 Se que reze orações
vos mandar, dizeis que bem,
mas seram muitas paixões
danos e tribulações
que meu coraçam sostem.
- 85 Se vos mandar que esmole,
gaste-se quanto dinheiro
tiver, pero que m'esfole,
fique com que me console
ser servidor verdadeiro.

Em volta de uma versão galega de Camões

José Manuel DASILVA
Universidade de Vigo

Já um pouco avançado o século actual, desde as páginas de *A Fouce*, jornal da *Sociedade Nazionalista «Pondal»* em Buenos Aires, uma corajosa voz anónima comentava em tom escarninhamente admirado certa tentativa recente de verter em galego a classicidade da língua camoniana:

Chegou ás nosas mans, un libriño cativo, que si non fose cousa de tomar en serio, faríanos rir a gargalladas pol-o qu-en si representa.

E decimos que nos faría rir, pol-o ridículo e grotesco que resulta, o ver que poida haber un home que coide faguer algo bó, traducindo ao galego a obra d-un poeta portugués.

Por respecto a Camoens, inda que outra cousa non sexa, debera o autor de coutarse de somellante enormidade.

Nós, aconsellaríamos ao señor Caamaño Martínez, *tradutor de ditas poesias*, que si quere traducir ao galego, que o faga con obras de outras linguas que sexan desconocidas por nós.

Co-ise criterio, chegará un día, en que veremos que un señor audaz e irresponsable sai traducindo a Goethe ao alemán, a Shakespeare ao inglés ou a Cervantes ao castelán.

Pensar crearse personalidade a isa costa, é o maior dos trabucamentos, señor Caamaño Martínez (1).

É muito provável, à vista do seu desassossego pouco encoberto, que o resenhador dessa tradução para galego de Camões ignorasse o antecedente de uma outra versão galega do mesmo escritor publicada quase cinquenta anos antes em Portugal. Foi o seu responsável o poeta ourensão Alberto García Ferreiro e os ver-

(1) Sem firma, «Camoens traducido ao galego», *A Fouce*, 87, Maio, 1936.

sos escolhidos para traduzir eram as célebres trovas cujo *incipit* é «*Aquela cativa*», não raro publicadas, aliás, com a legenda *Endechas a ãua cativa com quem andava de amores na Índia, chamada Bárbara* e com o título *A Bárbara Escrava*, uma das peças líricas que granjeou com segurança mais vasto sucesso dentre o património poético do escritor português. O texto galego do poema apareceu na revista portuense *Circulo Camoniano* no ano 1890 (2), talvez como homenagem literária feita desde a Galiza ao autor de *Os Lusíadas* numa altura em que ainda se não traduzira generosamente a sua obra lírica para outras línguas peninsulares, ao contrário do que tinha acontecido com o poema épico após se publicar em Lisboa em 1572 (3). De facto, José do Canto cita a referência bibliográfica desta peculiar tradução na sua *Collecção Camoniana* muito curiosamente na secção «Versões Hespanholas», o que é prova do escasso número de traduções da obra lírica camoniana para castelhano e, ao mesmo tempo, indício da confusão que este erudito mostrava a respeito da filiação idiomática do galego (4).

Composição publicada pela primeira vez na *editio princeps* da obra lírica camoniana, as *Rhythmas*, vindas a lume em 1595 (5), «*Aquela cativa*» parece ter garantida a sua autenticidade nas controversas dimensões do conjunto lírico camoniano, sujeito a tantas incertezas. É por isso que, além de figurar já na colecção poética mais antiga do escritor que se deu ao público, foi aceite indiscutivelmente por todos os editores contemporâneos sem nenhuma excepção (6) e até por aqueles teorizadores modernos que tentaram fixar o *corpus* de Camões com rigorosos e sólidos critérios (7). Deve-se indicar, de resto, que «*Aquela cativa*» achou porventura a razão do seu êxito não apenas no engenhoso jogo de conceitos e na singela graça da expressão, mas também na inquietação biografista que tem suscitado a identidade enigmática dessa mulher cativa de nome *Bárbara* em boa parte dos estudiosos camonianos, amiúde atentos por demais às lendárias vicissitudes amorosas do escritor.

Como se diz no poema, uma escrava muito formosa e ao menos morena tinha escravizado afinal o sujeito lírico. Os traços tão belos da mulher não admitem comparação na natureza, e a face, os olhos e os pretos cabelos fazem que até a mesma neve inveje a sua cor. Acontece que o rosto bondoso está em paradoxal contradição

(2) Alberto García Ferreiro, «*A Bárbara Escrava de Camões. Versão Gallega*», *Circulo Camoniano*, Porto, 12, 1890, pp. 327-328.

(3) Vid. Eugenio Asensio, «Los *Lusíadas* y las *Rimas* de Camões en la poesía española (1580-1640)», em Eugenio Asensio; José V. Pina Martins, *Luís de Camões. El humanismo en su obra poética. Los Lusíadas y las Rimas en la poesía española (1580-1640)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1982, pp. 39-94. Cfr. igualmente Nicolás Extremera; José Antonio Sabios, eds., *Luís de Camões, Los Lusíadas*, Madrid, Cátedra, 1986, pp. 20-40.

(4) Vid. José do Canto, *Collecção Camoniana*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1972, p. 38. A 1.ª ed. é de 1895.

(5) Luís de Camões, *Rhythmas*, Lisboa, Manoel de Lyra, 1595. *A custa de Estêvão Lopes mercador de libros*; Luís de Camões, *Rhythmas*, Lisboa, Manoel de Lyra, 1595. Ed. fac-similada do exemplar que pertenceu a D. Manuel II. Ed. comemorativa do IV Centenário da estada de Luís de Camões na ilha de Moçambique, 1968; Luís de Camões, *Rhythmas*, Lisboa, Manoel de Lyra, 1595. Ed. fac-similada do exemplar que pertence à Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, 1980.

(6) Cfr. Álvaro Júlio da Costa Pimpão, ed., *Luís de Camões, Rimas*, 4.ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1994, pp. 89-90; Ant3nio Salgado Júnior, ed., *Luís de Camões, Obra Completa*, Rio de Janeiro, G. B. Companhia Aguilar Editora, 1963, pp. 446-447; Maria de Lurdes Saraiva, ed., *Luís de Camões, Lírica Completa I*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986, pp. 242-243; Leodegário A. de Azevedo Filho, ed., *Luís de Camões, Lírica de Camões. I. História, metodologia, corpus*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, p. 427.

(7) Vid. por exemplo Roger Bismut, *La Lyrique de Camões*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian - Publications du Centre Culturel Portugais - Presses Universitaires de France, 1970, p. 256.

com o seu próprio nome, Bárbara, e pois que a cativa o cativou e já vive iniludivelmente nela, para o amante é com certeza essa mulher a razão de viver:

- 1 Aquela cativa
 que me tem cativo,
 porque nela vivo
 já não quer que viva.
- 5 Eu nunca vi rosa
 em suaves molhos,
 que para meus olhos
 fosse mais fermosa.
- 10 Nem no campo flores,
 nem no céu estrelas
 me parecem belas
 como os meus amores.
 Rosto singular,
 olhos sossegados,
15 pretos e cansados,
 mas não de matar.
- Uma graça viva,
 que neles lhe mora,
 para ser senhora
20 de quem é cativa.
 Pretos os cabelos,
 onde o povo vão
 perde a opinião
 que os louros são belos.
- 25 Pretidão de Amor,
 tão doce a figura
 que a neve lhe jura
 que trocara a cor.
 Leda mansidão
30 que o siso acompanha;
 bem parece estranha,
 mas bárbara não.
- Presença serena
 que a tormenta amansa;
35 nela, enfim, descansa
 toda a minha pena.
 Esta é a cativa
 que me ten cativo.
 É, pois nela vivo,
40 é força que viva (8).

(8) Hernâni Cidade, ed. Luís de Camões, *Obras completas*, vol. I, 5.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1985, pp. 92-94. A 1.ª ed. é de 1946

A versão mais divulgada de «*Aquela cativa*» é a que se acaba de transcrever, cujas lições têm origem fiel na *editio princeps* da poesia lírica de Camões. Faz-se necessário advertir, no entanto, a existência de uma outra importante variante textual, que atinge à totalidade do poema, procedente da tradição manuscrita. Com efeito, além desse claro testemunho primigénio na tradição impressa da poesia camoniana, no âmbito dos *cancioneiros de mão* surge mais uma versão, em concreto a que fornece o *Cancioneiro de Cristóvão Borges* (9), embora com algumas modificações que tornam incompleta a peça ao faltarem, por uma parte, os versos 21 a 24, 29 a 32 e 37 a 40 e ao alterar-se a ordem, em segundo lugar, de algumas quadras:

- 1 Aquela cativa,
 que me tem cativo,
 porque em ela vivo,
 quer Amor que viva;
- 5 que nunca vi rosa
 em suaves molhos,
 que pera meus olhos
 fosse tão fermosa.
- 10 Rosto singular
 olhos sossegados,
 pretos e cansados,
 mas não de matar.
- 15 Uma graça viva,
 que lhe em eles mora,
 pera ser senhora
 de quem é cativa.
- 20 Presença serena
 que a tormenta amansa;
 nela, enfim, descansa
 toda a minha pena.
- Nem no ceo estrelas,
 nem no campo flores,
 me parecem belas
 como os meus amores.
- 25 Pretidão de Amor,
 tão doce a figura
 que a neve lhe jura
 que trocara a côr (10).

(9) Vid. Arthur Lee-Francis Askins, ed., *The Cancioneiro de Cristóvão Borges*, Berkeley, University of California Press, 1979.

(10) Leodegário A. de Azevedo Filho, ed., Luís de Camões, *Os Melhores Poemas de Luís de Camões*, São Paulo, Global Editora, 1984, pp. 146-147. Cfr. Saraiva, ed., Luís de Camões, *Lírica...* p. 243.

Nem deve espantar que este insólito poema de apenas cinco oitavas mesmo na versão proveniente da tradição impressa fosse traduzido a numerosas línguas, tal como se observa no dilatado volume de mais de oitocentas páginas que o erudito Xavier da Cunha, sob o título *Pretidão de amor*, deu à luz em 1893 (11). Apresenta-se nesta obra singular uma antologia de cento e vinte versões das endechas «*Aquela cativa*» em várias línguas ou falares, dentre elas duas em castelhano, duas em catalão, duas em galego, uma em ásture, uma em valenciano e, enfim, uma em malhorquim (12). Como ficou dito acima, exerceu nisso grande influência porventura a curiosidade quase mórbida que levantou o decisivo pormenor de Camões dirigir aqui os seus versos amorosos a uma mulher preta, um elemento anómalo no código sentimental da estética poética petrarquista. A essa exceção tão invulgar responderam decerto as tentativas de alguns camonistas, impelidos por motivações até não isentas de infeliz racismo, para forçar a interpretação mais ajustada do poema. Hernâni Cidade quis, por exemplo, justificar esta liberdade racial do escritor, ao cantar uma mulher pouco ocidental, a partir da própria tradição literária portuguesa, sublinhando que «esta mesma expansão amorosa do português pelas raças dos mundos tão diferentes que calcurriou, ocorre a primeira vez no poeta do *Cancioneiro Geral*, de Resende, D. João Manuel, que também canta *uma escrava sua*» (13). Agostinho de Campos, por seu turno, mostrou-se ainda mais arriscado e pretendeu evitar isoladamente o contundente sentido do verso *pretidão de Amor* afirmando que se refere tão-só aos cabelos e aos olhos da mulher (14).

Mas voltemos sem a mínima demora, após esta desvio imprescindível para explicar o sucesso de *A Bárbara Escrava*, ao fio principal da versão galega que levou a efeito García Ferreiro. A respeito disso, não é fácil fixar com segurança as causas que tivessem conduzido o escritor ourensão a traduzir o texto camoniano a não ser uma arbitrária decisão individual. Poeta lírico através de um número breve de volumes —*Volvoretas* (15), *Chorimas* (16), *Follas de Papel* (17)— e poeta épico de uma única obra —*Leenda de gloria*—(18), ao longo da sua criação literária nenhum eco regista a influência nítida de Camões que denuncie alguma classe de admiração pelo escritor português. García Ferreiro, de facto, nem tão sequer tomou como modelo de inspiração *Os Lusíadas* ao compor o seu poema épico sobre a defesa da cidade corunhesa à face do ataque inglês de Drake, redigido em oitavas reais com um intenso acento romântico que o afasta de qualquer inclinação

(11) Xavier da Cunha, *Pretidão de amor*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

(12) Vid. António Coimbra Martins, *IV Centenário de Os Lusíadas de Camões. 1572-1972*, Madrid, Biblioteca Nacional de Madrid - Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 296-297. Xavier da Cunha tem defrontado noutros artigos mais questões atinentes à tradução da obra de Camões. Vid. «Prefácio», em *Líricas de Luis de Camões, com traduções francesas e castelhanas de José Benoliel*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898. Nesta colectânea aparece uma tradução para castelhano das endechas «*Aquela cativa*». Vid. «Um Soneto de Camões, imitado em castelhano», *Boletim da Sociedade de Bibliófilos Barbosa Machado*, 1, 1910, pp. 239-249. Faz-se aqui o confronto crítico de três versões em castelhano, da autoria de Lope de Vega, Quevedo e uma outra anónima reproduzida no *Ensayo de una biblioteca española de libros raros y curiosos* de Bartolomé José Gallardo, do conhecido soneto camoniano «*Sete anos de pastor Jacob servia*».

(13) Cidade, em *Camões, Obras...*, p. 92.

(14) Vid. Agostinho de Campos, ed., *Luís de Camões, Camões Lírico, I. Redondilhas*, Paris - Lisboa - Porto - Rio de Janeiro, Livrarias Aillaud & Bertrand - Livraria Chardron - Livraria Francisco Alves, 1923.

(15) Alberto García Ferreiro, *Volvoretas*, Ourense, Tipografía de Antonio Otero, 1887.

(16) Alberto García Ferreiro, *Chorimas*, A Corunha, Andrés Martínez Editor, 1890.

(17) Alberto García Ferreiro, *Follas de papel*, Madrid, Imprenta y Fundación de M. Tello, 1892.

(18) Alberto García Ferreiro, *Leenda de gloria. Poema qu'outuvo o primeiro prêmio n-o certame científico, literário, artístico, mercantil e industrial organizado pol-o Liceo Brigantino d'A Cruña e que se celebró no Teatro Principal d'esta cibdá o dia 7 de setembro de 1890*, A Corunha, Sociedad Liceo Brigantino, 1890.

classicista, ao contrário do que Florencio Vaamonde Lores chegou a fazer com estreita fidelidade em *Os Calaios*, «imitación en miniatura da epopeia lusitana» (19). Reconhecido epígono ideológico e estilístico de Curros Enríquez (20, se calhar o único motivo que o levou a traduzir Camões seja a coincidência de vontades numa prolongada época de raríssimas translações literárias de português para galego (21) com o autor de *Aires da miña terra*, quem irá elaborar uma versão do poema «Zara», de Antero de Quental (22), inserida originalmente nas páginas de uma edição poliglota desse texto que se publicou em Lisboa no ano 1894 (23).

Por muito surpreendente que for a motivação, a versão galega oitocentista do belo poeminha de Camões existe com um duplo valor que se faz adequado tornar saliente em ajustada medida: em primeiro lugar, é um documento histórico das primeiras traduções de português para galego mas, aliás, supõe uma incrível versão que reflecte uma clara ideologia de pendor racista repetidamente evidenciada no processo de tradução que García Ferreiro levou a efeito com ignorado propósito. Veja-se o texto galego:

1 Aquela cautiva
 que me tem cautivo,
 porque n-ela vivo
 non quere que viva.

-
- (19) Ricardo Carballo Calero, *Historia da Literatura Galega Contemporánea*, 2.ª ed., Vigo, Editorial Galaxia, 1975, p. 474. Sobre os vínculos indiscutíveis entre *Os Calaios* e *Os Lusíadas* é brilhante, além de muito revelador, o trabalho de Isabel Morán Cabanas, «Transferencia de normas e modelos camonianos à literatura finissecular galega. *Os Calaios* e *Os Lusíadas*», em *Actas da VI Reunión Internacional de Camonistas*, Coimbra, 16 a 19 de abril de 1996, no prelo.
- (20) Vid. Antonio Couceiro Freijomil, «García Ferreiro, Alberto», em *Diccionario bio-bliográfico de escritores*, vol. II, Santiago de Compostela, Editorial de los Bibliófilos Gallegos, 1952, pp. 131-132.
- (21) Dentre muito poucas amostras, como grande excepção deve ser referido um poema de Guerra Junqueiro não publicada em versão original no jornal agrário *O Tio Pepe*, mas numa tradução para galego que aparece atribuída ao poeta Noriega Varela. Vid. A. M. Guerra Junqueiro, «Miña Mai», *O Tio Pepe*, 6, 20 Abril 1913. Repare-se no seguinte juízo de Torres Feijó sobre o facto de serem na altura tão reduzidas numericamente as traduções de português para galego: «Alguns casos, como o do relacionamento galego-português, reclamam, no entanto, várias matizações e alguma adaptação. A primeira, passa naturalmente por falar de tradução apenas em termos de traslado. E isto por uma obviedade que percorre o intercâmbio galego-português até ao ano 1936, mais intensa quanto mais *nacionalista* é o comportamento do sistema, e que nos nossos tempos está a deixar de sê-lo: praticamente nunca, nas publicações periódicas consultadas, aparecem os textos galegos ou portugueses *vertidos à outra língua*: ou são apresentados tal qual produzidos, ou adaptados na sua ortografia, máxime se o público leitor (particularmente aqui no caso galego) a quem se dirige, lê na língua comum, e não em espanhol» (Elias Torres Feijó, *Galiza em Portugal, Portugal na Galiza através das revistas literárias (1900-1936)*, Santiago de Compostela, 1995, pp. 228-229. Tese de Doutoramento inédita orientada pelo Prof. Dr. José Luís Rodríguez).
- (22) Vid. Martins, Ana Maria Almeida, coord., *Antero de Quental. 1842-1891*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1991, p. 34. Cfr. Pilar Vázquez Cuesta, «Sobre la lira lusitana de Curros Enríquez (Poemas perdidos y nuevamente hallados)», *Grial*, 20, 1968, pp. 152-153. É digna de atenção demorada a justificação que Vázquez Cuesta expõe a propósito desta versão galega de Curros Enríquez frente a outras traduções suas para castelhano: «Son cinco las traducciones castellanas de *Zara* que figuran en esta edición poliglota: tres de españoles —Núñez de Arce, Luis Vidart y Nicolás de Goyri— y dos hispanoamericanos —el peruano Ricardo Palma y el cubano Francisco Sellén. Se explica así que a Curros se le encargase una versión gallega, tal vez la única que haya llegado a escribir, o al menos a publicar, en toda su vida, puesto que, mientras las traducciones del portugués al español del autor de *Aires d'a miña terra* se explican por el imperativo moral en que siempre se sintió el poeta de Celanova de dar a conocer a los hablantes castellanos una literatura como la lusitana que todo buen gallego no puede por menor de considerar algo propio y entrañable —tales son los lazos temperamentales e idiomáticos que unen a las tierras situadas al Norte y Sur del río Miño—, traducir, en cambio, del portugués al gallego carece por completo de justificación social al ser precisamente nuestros paisanos los únicos españoles para los que no ofrece misterios la lengua de Camoens, y habría de constituir apenas mero *divertimento*, placentero ejercicio literario, una especie de práctica de arte por el arte a la que Curros, por su carácter e ideología, era totalmente contrario» (Vázquez Cuesta, «Sobre la lira lusitana...», p. 153). Cfr. ainda Xesús Alonso Montero, «O idioma galego en edicións polílingües, quer como lingua orixe, quer como lingua termo (1787-1995)», *Viceversa*, 2, 1996, pp. 19-20.
- (23) Antero de Quental, *Zara, Edição Polyglota*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894. Há uma 2.ª ed., com introdução assinada por Joaquim de Araujo, publicada igualmente em Lisboa, pela Imprensa Nacional, em 1925.

5 Nunca en soaves mollos
de rosales, rosa
máis fina e cheirosa
viron os meus ollos.

10 Nin n-o campo frores,
nin n-o ceo loceiros
son tan feiticeiros
com'os meus amores.
Cara de luar,
ollos sosegados,
15 dulces e cansados...
;non d'asesiñar!

Refulxencia viva
n-os seus ollos mora;
;pode ser señora
20 de quen é cautiva!
Entr'os seus cabelos
busca, namorada,
a luz d'a alborada
brilos e destelos...

25 Ten n-a tés negror
mais a neve xura
que por tal negrura
déralle o seu cór.
Pr'espertál-a fé
30 c'o pudor s'ufana;
ela será... estrana,
bárbara... non é.

Unha rial coroa
póndelle n-a frente,
35 qu'o seu cuntinente
maxestá pregoa.
Esa é a cautiva
que me ten cautivo;
xa que n-ela vivo,
40 déixeme que viva.

É preciso referir de uma perspectiva textual a circunstância de esta tradução realizada por García Ferreiro tomar como material original a versão mais completa da tradição impressa, com fonte muito provável ainda nas edições oitocentistas da poesia camoniana arranjadas pelo Visconde de Juromenha (24) e Tófilo Bra-

(24) Luís de Camões, *Obras*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860-1869. *Precedidas de um ensaio biografico [...] augmentadas com algumas composições inéditas do poeta pelo Visconde de Juromenha*. 6 vols. e 1 folheto.

ga (25), as mais difundidas sem dúvida na altura e de mais fácil acesso para o poeta ourensão. Para lá desta questão editorial, o interesse mais relevante, todavia, é descortinar os graves prejuízos que se destacam no texto de García Ferreiro a desvirtuarem extraordinariamente o sentido do poema original. Nem faz falta comentar as mudanças léxicas que o tradutor introduziu, com critério controverso, nas três primeiras quadras do poema mesmo com repercussão nas palavras que ocupam posição de rima:

Aquela cativa,
que me tem cativo
porque nela vivo,
já não quer que viva.
Eu nunca vi rosa
em suaves molhos,
que para meus olhos
fosse mais fermosa.

Nem no campo flores,
nem no céu estrelas
me parecem belas
como os meus amores.

Aquela cautiva
que me tem cativo,
porque n-ela vivo
non quere que viva.
Nunca en soaves *mollos*
de rosales, rosa
máis fina e cheirosa
viron os meus ollos.

Nin n-o campo frores,
nin n-o ceo *loceiros*
son tan feiticeiros
com'os meus amores.

É muito mais importante reparar no inextricável verso *cara de luar* que substituí de modo absurdo e desnecessário no começo da quadra seguinte à expressão original *rosto singular*, já que o emissor lírico está a fazer precisamente o louvor amoroso de uma mulher de outra cor, uma circunstância que foi nascente, como acima se disse, de diversas interpretações fantasiosas a partir das supostas referências autobiográficas que cumpriria deduzir de certos versos. Trata-se de um tema de raiz tradicional não invulgar na poesia românica, o *servo de amor*, cuja essência incorpora nos versos desta peça a novidade de possuir como objecto amoroso uma destinatária exótica, alheia ao cânone de beleza feminina mais comum no código petrarquista. Neste passo da tradução, mais do que uma deturpação consciente, ainda se pode suspeitar ignorância a partir de uma atitude generosamente benévola. Mas a eliminação sucessiva do adjectivo *pretos* em prol de *dulces* já faz desprezar essa hipótese, porquanto este gesto do tradutor melhor indica o desejo de banir qualquer referência à delicada cor da amada:

Rosto singular,
olhos sossegados,
pretos e cansados,
mas não de matar.

Cara de luar,
ollos sosegados,
dulces e cansados...
¡non d'asesiñar!

(25) Luís de Camões, *Obras completas*, Porto, Imprensa Portuguesa-Editora, 1873-1874. *Edição crítica com as mais notáveis variantes, organizada por Theophilo Braga*. 3 t. em 7 vols. Luís de Camões, *Parnaso*, Porto, Imprensa Internacional, 1880. *Edição Ferreira de Brito, comemorativa do III centenário da morte de Camões. Com uma introdução sobre a história da recensão do texto lírico por Theophilo Braga*. 3 vols.

Ainda uma terceira prova obriga a pensar na decisão arriscadíssima de García Ferreiro para evitar qualquer traço contrário à cor ocidental na pele da mulher louvada no poema. Na sétima quadra, onde o poema original manifesta a ideia de a gente preferir os cabelos pretos da amada mesmo por cima do sucesso que atinge aos cabelos louros, acontece que na versão traduzida se faz desaparecer novamente o perigoso adjectivo *pretos* e até se inventam os versos restantes por carecer já de sentido o raciocínio do sujeito lírico no texto original:

Pretos os cabelos,
onde o povo vão
perde a opinião
que os louros são belos.

*Entr'os seus cabelos
busca, namorada,
a luz d'a alborada
brilos e destelos...*

Naturalmente há que concluir a respeito destas graves modificações que são surpreendentes por demais. Conquanto isso, a leitura pormenorizada dos versos finais que encerram a tradução de García Ferreiro permitem ainda ultrapassar a fronteira de qualquer ingénua surpresa. Com muita subtilidade neste caso, o lúcido poeta ourensão falsifica gravemente a metáfora do poema original em que a mesma neve, talvez por inveja de uma beleza tão preta, se mostra disposta a trocar a cor. O que no texto camoniano é intensificação do elogio feminino converte-se na versão galega em literal pecado expiável, porquanto a pretidão, diz-se, poderia ser atenuada graças à generosidade da branquejante neve:

Pretidão de Amor,
tão doce a figura
que a neve lhe jura
que trocara a cor.

*Ten n-a tés negror
mais a neve xura
que por tal negrura
déralle o seu cór.*

Enfim, como último desvario translativo, repare-se nos versos que García Ferreiro inventa, e o termo verbal não é exagero, para o desfecho da composição:

Presença serena
que a tormenta amansa;
nela, enfim, descansa
toda a minha pena.
Esta é a cativa
que me ten cativo.
E, pois nela vivo,
é força que viva.

*Unha rial coroa
póndelle n-a frente,
qu'o seu cuntinente
maxestá pregoa.
Esa é a cautiva
que me ten cautivo;
xa que n-ela vivo,
déixeme que viva.*

É muito árduo o esforço de compreender a razão mais profunda desta escandalosa tradução camoniana, cheia de preconceitos de duvidosa humanidade. É certo que a poesia do autor de *Os Lusíadas* tem levantado não poucos receios perante algumas das diversas amadas, em concreto aquelas de traços alheios à esté-

tica feminina ocidental, que o poeta louvou com verdadeira paixão lírica (26). O que chega a ser indesculpável é esta terrível deturpação dos versos originais de um escritor por gravíssimos prejuízos ideológicos de pendor racial. Um breve exercício de confronto de mais traduções de «*Aquela cativa*» deixa ver que a atitude de García Ferreiro é tanto mais penosa quanto desusada. Veja-se uma outra tradução para espanhol do texto camoniano relativamente coeva, cujo responsável é Andrés González-Blanco:

- 1 Aquella cautiva,
 por quien soy cautivo,
 porque en ella vivo,
 no quiero que viva.
- 5 Yo nunca vi rosa
 en suaves abrojos,
 que para mis ojos
 fuese más hermosa.
- Ni en el campo flores,
10 ni en el cielo estrellas,
 me parecen bellas
 como mis amores.
 Rostro singular,
 ojos sosegados,
- 15 negros y cansados,
 mas no de matar.
- Una gracia viva
 que en ellos le mora,
 para ser Señora
20 de quien es cautiva.
 Negros los cabellos,
 donde el parecer
 se pierde, de ser
 los rubios más bellos.

(26) Por exemplo a trágica lenda de Dinamene, mais uma amada poética do escritor, provocou diversas suspições por ser uma moça chinesa.. Veja-se, nesse sentido, esta radical opinião: «Que resta, pois? Habitarmos-nos á novidade, que nos vem abonada pelas maiores autoridades, e pelo carácter cauteloso e quasi matemático da moderna crítica literária científica.. Se é certo que a invocação crítica fere fundo as nossas rotinas sentimentais, deitamos sobre a ferida algum bálsamo de fácil filosofia. As palavras *chinesa* e *macaísta* opõe o nosso senso estético, e talvez também *rácico*, embargos sérios, tão sérios como os que, a propósito das *Endechas a Bárbara*, se interpuseram contra a *pretidão de amor*» (Agostinho de Campos, em Camões, *Camões Lírico, IV, Sonetos Escolhidos*, Paris - Lisboa - Porto - Rio de Janeiro, Livrarias Aillaud & Bertrand- Livraria Cardron - Livraria Francisco Alves, 1926, pp. 129-130). Repare-se igualmente no seguinte passo como uma outra prova: «Aqueles traços fisionómicos permitem-nos, pois, afirmar mais uma vez que Dinamene era uma formosa portuguesa. Porque não? Não há, ainda hoje, portuguesas lindíssimas, capazes de inspirar paixões, mesmo a poetas ginófobos? Como se justifica o exotismo dos autores e propagandistas da chinesa *Ti-na-men*, absolutamente imaginária?» (Luiz da Cunha Gonçalves, *Quem era a Alma minha gentil e a Dinamene de Camões*, Separata das *Memórias*, t. V, 1951, p. 10).

- 25 Negrura de amor,
tan dulce figura,
que la nieve pura
trocara el color.
Leda suavidad
30 que el juicio acompaña
parecerá extraña,
Bárbara, no en verdad...
- Presencia serena
que tormenta amansa;
35 en ella descansa
ya toda mi pena.
Esta es la cautiva,
de quien soy cautivo;
pues en ella vivo,
40 es fuerza que viva (27).

A mesma fidelidade à cor original da destinatária do poema é perceptível em mais uma versão para italiano feita por Riccardo Averini:

- 1 La schiava che priva
me di me, da quando
esisto, in lei stando,
non vuole ch'io viva.
5 Non vidi mai rosa
di soave mollezza
che agli occhi dolcezza
desse più speciosa.
- Prato non ha fiore
10 vago, non ha stella
il ciel che sia bella
al par del mio amore.
Viso chiaro, fine:
intese pupille
15 nere, ma tranquille
anziché assassine.
- Tanta grazia viva
che in loro dimora
rende lei signora
20 di chia già serviva.

(27) Luís de Camões, *Las mejores poesías (líricas) de los mejores poetas. Camões*, Barcelona, Editorial Cervantes, s.d., pp. 53-54.

Neri i suoi capelli
dimostrano falso
il detto prevalso
che i biondi vuol belli.

25 Nigrizia d' Amore
fa tale figura
che la neve abiura
e muta colore.
Mansueta allegrezza
30 o serietà gaia
anche se non paia
non sono stranezza.

Presenza serena
che sui fortunali
35 vince e sopra i mali
del mio cuore in pena:
la schiava è che priva
me di me e mi tiene
schiavo per il bene
40 in cui vol che viva (28).

Parece boa ocasião para lembrar, e mais no âmbito da tradução, que onde figura preto não se pode dizer branco por extravagância. Este trocadilho evidente é se calhar a melhor lição da curiosa versão galega de «*Aquela cativa*», um labor de García Ferreiro que é testemunho histórico e, aliás, amostra de despigmentação nem sempre inerente ao exercício de traduzir.

(28) Luís de Camões, *Rime*, Lisboa, Estudos Italianos em Portugal, 1979, pp. 95-96.

O ensino de língua materna no Brasil: um exemplo a não ser seguido

Roberto FARIAS

(Universidade Federal de Rondônia, Brasil)

A atual crise de expressão, que tanto vem alarmando a velha guarda que morre mas não se entrega, não deve ser propriamente de expressão, mas de pensamento. Como é que pode escrever certo quem não sabe o que procura dizer?
(Mário Quintana)

O Brasil é um país com aproximadamente 160 milhões de habitantes. A língua falada pela imensa maioria das pessoas é o português. Quando digo imensa maioria excluo os cerca de 270 mil indígenas (RICARDO, 1995) *sobreviventes* da colonização e uma ou outra comunidade de imigrantes que porventura conserva sua língua materna. É natural que o português do Brasil apresente, notadamente na fala, algumas distinções da língua usada nos demais países lusófonos. Além do acréscimo oriundo das línguas indígenas e africanas —principalmente no léxico—, há de ser considerada também a vasta extensão geográfica do país, o que por si já é um importante fator que aponta para a diversidade lingüística.

É sobre o ensino da língua dessa maioria que pretendo discorrer aqui. Basicamente o sistema educacional brasileiro consiste no seguinte: os oito primeiros anos na escola correspondem ao que se chama **1.º grau**, pertencendo os alunos, em situação normal, à faixa etária de 7 a 14 anos; o **2.º grau**, ou ensino secundário, corresponde a mais 3 anos; depois há um exame de seleção para o acesso à universidade, chamado **vestibular**; e os poucos que conseguem superá-lo — não há vagas para todos — entram no **curso superior**, com mais 4 ou 5 anos de estudos, dependendo da opção. O ensino do português é obrigatório nos três níveis de ensino: 1.º, 2.º e 3.º graus. Neste texto, tratar-se-á genericamente sobre a problemática do ensino nos dois primeiros níveis.

As quatro primeiras séries dos 1.º grau são tradicionalmente chamadas de *ensi-*

no primário (os professores do primário são formados num curso de nível secundário que se chama magistério). A primeira série é o espaço onde a criança, normalmente aos 7 anos, aprende a ler e a escrever. Aqui começam os problemas: ler em geral significa **decodificar**. Para ter acesso ao segundo ano, por exemplo, o aluno é submetido a um exame que consiste na seguinte sistemática: o professor – às vezes substituído por um *supervisor* vinculado à Secretaria de Educação – apresenta um texto escrito ao estudante, que deverá *vertê-lo* da escrita à fala, observando a pontuação, entonação, etc. Ler, então, não significa relacionar um *significante* a um *significado*, mas tão-somente a transposição do código escrito para o código falado. Em outras palavras, nesse momento não se dá importância à construção, à internalização do sentido das palavras. No tocante à escrita, também já nessa primeira série, temos problemas: em geral, os métodos usados para permitir uma apreensão do escrito consistem na aplicação de *ditados* e na elaboração de *cópias* de textos das *cartilhas*, nome que têm os livros didáticos nesse período escolar. Há aqui uma clara concepção *behaviorista* do ensino. Escrever significa repetir e reproduzir *modelos*. Nos ditados, além disso, muito comumente, o professor artificializa a fala de modo a aproximá-la da escrita, pensando, assim, facilitar o trabalho do aluno. Ao ditar, por exemplo, uma frase como “O menino gosta de leite”, a pronúncia do professor não corresponde a nenhum dialeto da língua e é feita como se falássemos como escrevemos. Aí, normalmente, o aluno acerta, mas quando tem que escrever um texto próprio, sem modelos, sem a pronúncia do professor em *off*, ele tende a reproduzir o seu dialeto, a sua pronúncia, e escreve aproximadamente “U mininu gosta di leiti”. Então erra. E continua errando porque não se dá conta – não lhe foi ensinado – que o código escrito, não só na língua portuguesa, mas em todas as línguas que têm uma *escrita etimológica*, não apresenta uma *correspondência biunívoca* com a fala (Lemle, 1990). O índice de reprovação na 1ª série é altíssimo. Muitos repetem-na várias vezes sem ter êxito.

Na 2.ª série começam outros problemas: ao aluno, já sabendo ler e escrever (e certamente falar), o que deve ensinar o professor de língua materna? A opção tem como fundamento, embora quase nunca seja explicitado, um modelo que tem como base o *estruturalismo*. Começa-se a ensinar a estrutura da língua, ou melhor dizendo, a estrutura de um dado dialeto da língua, ou melhor ainda, a estrutura de um dado dialeto da língua que foi usado em tempos remotíssimos. É quando tem início um longo processo, que perdurará por todo o sistema escolar, de estudos, digamos *epilinguísticos*, ou *metalinguísticos*. Saber português e obter boas notas significa na prática conseguir identificar em frases isoladas, por exemplo, qual o sujeito e qual o predicado; posteriormente, qual o complemento verbal: objeto direto ou indireto? Em outras palavras, saber a língua é conseguir classificar cada uma das partes componentes de uma sentença determinada. E, em geral, as frases são sempre as mesmas, retiradas dos livros de gramática normativa, repetem-se anos após anos. Isso é ensinar português. Reduz-se a língua a um amontoado de frases soltas, quase sempre desconectadas do uso social.

O ensino de leitura em breve se transformará na *obrigação* de ler os clássicos. A “boa leitura”, como se diz no senso comum. Livros que muitas vezes nem os professores lêem, mas que se recomenda por força da tradição. E o problema está no fato de que essa “boa leitura” quase nunca corresponde ao que o

aluno gostaria/necessitaria ler. Então, ler passa a ser um sacrifício, requer um esforço que corresponde ao abdicar das inquietações próprias da sua idade e falsear uma preocupação com temas mais “sérios”. Os melhores alunos têm sempre um ar grave. Muito frequentemente os mais rebeldes castigam-se enviando-os à – quase sempre mal aparelhada — biblioteca da escola. É isso mesmo: ler é uma punição!... Mas antes de se *ter acesso* aos clássicos, o ensino de leitura passa necessariamente pelas “antologias” dos livros didáticos. E como dizem Marisa Bonazzi e Umberto Eco, no livro “Mentiras que parecem verdade” (1980), em relação ao contexto italiano, mas que se aplica perfeitamente ao brasileiro:

Manuais malsucedidos para pequenos danuncianos, os livros de texto usam palavras vazias para idéias vazias e esvaziam as idéias por meio de palavras sem sentido ou de sentidos insólitos ou de sentido difícil ou fora de lugar.

Na escrita, os alunos reproduzirão esses modelos. E o que se consegue colocar sobre a folha de papel em branco não tem exatamente o estatuto de texto: reduz-se a um conjunto de frases entrecortadas, seguindo o estilo do livro. O instinto de sobrevivência desses alunos leva a essa postura. Os que conseguiram até aqui já sabem que a preocupação do sistema escolar é com relação ao *aspecto formal*: não se pode errar a ortografia, a regência, a concordância, etc. Então, haja frases coordenadas, desconexas. Desde que a *forma* esteja perfeita o aluno será aprovado. Os que se arriscam a colocar no papel o seu pensamento, as suas idéias, os seus sentimentos quase sempre não se saem bem, pois o pensamento não nos vem em frases entrecortadas... Alheio à necessidade de sistematizar a produção daqueles que começam a enveredar no mundo da escrita, o sistema escolar limita-se a apontar – com uma caneta vermelha – os erros produzidos. É quando tem início o ensino da famigerada **redação**. É assim que é chamada aquela aula em que se deverá escrever algo (pelo menos 20 linhas) para o professor *corrigir*. O ritual é mais ou menos o seguinte: ao entrar na sala, o professor anuncia que a aula será de redação. Ouve durante alguns segundos as interjeições de desagrado e coloca o tema na lousa. Se as férias tiverem sido há pouco tempo, a possibilidade maior é que o tema seja o já clássico “Fale sobre suas férias”, como já foi dito aqui, se estiver próximo o Dia das Mães, terá esse caminho a proposta, e assim sucessivamente. Como máximo da modernidade tornou-se popular o **tema livre**, que à época, era tido como exemplo mor de democracia na sala de aula. Hoje percebe-se que o tal *tema livre* é o pior que se pode propor para uma redação escolar. É como se alguém dissesse de repente para você: “Fale”. Ao que você perguntaria: “Sobre o quê?”, e a resposta: “Tema livre”.

Com tais metodologias, fundamentadas em no mínimo questionáveis concepções de aprendizagem, a escola brasileira tem acumulado uma série de fracassos no ensino de língua. Fracassos que são decorrentes do rompimento do princípio básico do uso da linguagem que é o de permitir a **comunicação**. Ninguém, em situação normal, produz qualquer *ato de fala* (aqui *fala* no sentido *saussureano*) sem uma motivação. Ninguém, falante de qualquer língua, diz algo sem um inter-

locutor possível. Todos que passaram pela experiência sabem que não é nada cômodo escrever para um pseudo-interlocutor cuja única tarefa será o de corrigir os erros. Dessa forma a redação produzida em sala de aula não tem uma função real de permitir a comunicação entre dois interlocutores. E mais ainda, limitando-se a apontar os erros, a escola age como se o aluno já tivesse que saber escrever antes de entrar no sistema educacional.

DE QUEM É A CULPA?

Nos parágrafos anteriores tentei traçar um perfil, às vezes caricatural, do ensino de língua materna no sistema educacional brasileiro. Concomitantemente sugeri que as causas do hoje já consagrado consenso na avaliação pessimista dos resultados obtidos a partir desse modelo residem principalmente na **concepção de ensino** que a escola defende (e por consequência, da concepção de língua, da concepção de leitura, de escrita e de gramática). Nos parágrafos seguintes tentarei encontrar na história do ensino da língua portuguesa uma possível hipótese que explique o porquê da permanência do modelo descrito, apesar dos seus quase sempre infrutíferos resultados.

Faremos agora uma viagem no tempo para a partir dela tentarmos entender a situação atual. Quando às terras brasileiras aportaram os portugueses em 1500, nelas já havia um grande número de habitantes. Os povos nativos utilizavam várias línguas na sua comunicação diária. A principal delas, o **tupi**, era língua dos povos que viviam na costa, e foram os que primeiro tiveram contato com os portugueses. Curiosamente, ao contrário do que se esperaria, foram os colonizadores que tiveram a necessidade de aprender a língua dos nativos. Nesse processo, a língua tupi, em especial o dialeto tupinambá, passou a ter o estatuto de *língua geral de intercurso* que servia de veículo de comunicação entre brancos e indígenas, e entre indígenas oriundos de nações diferentes. Ismael de Lima Coutinho (1978) aponta três fatores preponderantes que impulsionaram o uso da *língua geral* nos primeiros séculos da colonização:

Os cruzamentos, que aqui se verificaram, eram quase todos de mulheres índias com homens do reino. Ocupados estes nos misteres agrícolas ou comerciais, que lhes absorviam o tempo, não lhes sobrava lazer para ministrarem aos seus descendentes os conhecimentos do idioma pátrio (...). Esse estado de coisas era ainda agravado (sic) pela ação dos missionários.(...) Além disso, nos colégios que (os jesuítas) criavam, mantinham sempre o ensino do idioma tupi, cujas lições eram ministradas aos filhos dos colonos de par com o português. Outro fator poderoso, que concorreu para o seu mais largo uso e expressão, foram as bandeiras. Nas suas entradas pelo sertão brasileiro, (...) os bandeirantes, entre os quais havia ordinariamente condutores índios, faziam do abanheém o instrumento das suas comunicações diárias.

Essa situação de predomínio da língua do colonizado sobre a língua do colonizador perdurou até meados do século XVIII. Um fato marca o progressivo declínio do tupi e a expansão do português na antiga colônia portuguesa: a reforma do ensino empreendida pelo Marquês de Pombal. Até então, o sistema educacional estava ao encargo da Companhia de Jesus. Devemos lembrar que o latim era (ainda o é?) a língua oficial da Igreja Católica. O ensino nas escolas dos jesuítas era feito da forma como nos esclarece Celso Cunha (1985) :

(...) Até 1759 o sistema pedagógico adotado tanto em Portugal como em suas colônias, nos níveis que podemos considerar secundário e superior, não incluía o ensino de português, ensino que se restringia à alfabetização nas escolas menores.

Depreende-se do que foi dito, sem medo de errar, que, antes de Reforma Pombalina, após a alfabetização em português, os alunos passavam a estudar, em termos de expressão, as línguas clássicas, entre elas, com certeza, se deveria dar destaque especial ao latim. Como o latim já não era exatamente uma língua viva, falada por uma comunidade lingüística determinada, o suporte desse ensino deveria basear-se principalmente na **estrutura gramatical** da língua. Com a reforma do sistema, o ensino da língua portuguesa passa a ser obrigatório em todos os níveis. É muito provável, dada a previsível escassez de pessoas escolarizadas, que os antigos professores de latim tenham sido convocados para o ensino de português. E aqui está a questão que nos interessa neste momento: que metodologia esses professores iriam usar para ministrar a nova disciplina? Muito provavelmente a mesma que usavam no ensino da língua latina, ou seja, o método que consiste na decomposição das partes componentes da estrutura da variante culta da língua.

Estamos, portanto, diante de uma tradição secular, herdeira de uma outra, quiçá, milenar. Não é fácil, pois, alterar um quadro como esse. Nós professores, assim como qualquer outro profissional, executamos nosso trabalho a partir do modelo em que fomos *formados*. Daí porque as tentativas de se implantar uma nova concepção de ensino encontrarem sempre grandes resistências. Resistências tão fortes ao ponto de transcenderem as imposições legais. Aqui já me reporto ao ano de 1971, quando da última reforma do sistema educacional brasileiro. Nesse ano foi promulgada a Lei 5.692, que, no tocante ao ensino da língua materna, dava a seguinte denominação para a disciplina de que estamos nos ocupando: “Comunicação e expressão”, nas séries iniciais, “Comunicação em Língua Portuguesa”, nas demais séries do 1.º grau; e “Língua Portuguesa”, no ensino secundário. Apenas um breve exame dessa nova denominação faz-nos perceber uma clara direção no sentido de conceber-se a língua não só como um **objeto de estudo**, mas, e talvez principalmente, como **meio de comunicação** entre as pessoas. Tal mudança implicaria numa radical mudança nas metodologias utilizadas, e efetivamente houve alguma tentativa nesse sentido. Quem não se lembra das aulas de *criatividade* do antigo 1º ano ginásial? Mas tais iniciativas, pode-se dizer, não foram muito longe, frente às resistências oriundas da tradição.

UM FATOR A MAIS: A DIVERSIDADE ORIUNDA DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Considerarei rapidamente um último fator, que diz respeito à estratificação social e suas subseqüentes variedades lingüísticas.

Parece evidente que uma língua falada por uma população imensa, que ocupa um vastíssimo território, não pode ser de todo homogênea. E aqui não me reportarei a possíveis substratos lingüísticos de origem indígena ou africano, no português do Brasil, que seria objeto para um estudo mais pormenorizado. Ater-me-ei à questão sincrônica.

Mesmo diante da inquestionável legitimidade da diversidade lingüística, a escola trabalha com a perspectiva utópica da existência de uma língua uniforme. Desconsidera todos os dialetos que se distanciam da norma padrão. Para ilustrar, relato um fato que parece anedótico, mas que realmente se deu: um aluno escreveu, numa redação escolar, o verbo “ponhar”, variante do verbo pôr, usada principalmente na zona rural, mas não só nela, vocábulo inclusive dicionarizado. A professora reagiu dizendo que aquilo não existia. O aluno indignado contrapôs que, então, toda a sua família não existia, pois era assim que eles falavam. Não se trata aqui de defender como *corretas* todas as possibilidades de uso da fala, mas de pensar cada uma dessas possibilidades como *adequadas* ou *inadequadas* a um ou outro contexto, e não como corretas ou incorretas. Qualquer falante medianamente escolarizado percebe que a forma “ponhar” é inadequada para um uso formal, mas isso não quer dizer que a palavra seja improdutiva em termos lingüísticos, muito menos que o termo *não exista*. O determinar a aceitação ou não de uma palavra qualquer são critérios sociais e não critérios, digamos, gramaticais.

Antes de a disciplina Lingüística ter sido incluída no currículo dos cursos de Letras no Brasil, e isso ocorreu na década de 60, a vida acadêmica deveria ser bem mais calma. A formação do professor de português estava bem definida e sua atuação estava muito bem determinada. As palavras possuíam uma sintaxe estável e o que não se encaixasse na nomenclatura secularmente sacramentada seria tranqüilamente condenado como mau uso da linguagem e, portanto, não haveria motivo para se ocupar com questão de tal ordem. E assim se devem ter formado a maioria dos nossos professores de língua. E durante muito tempo essa forma de ensino funcionou efetivamente. Numa época em que à escola só eram chamados os filhos dos grupos sociais mais favorecidos, não deveria ser difícil o ensinar português, pois não se tratava exatamente de levar o aluno a *conhecer* o dialeto padrão, mas de levá-lo a *reconhecer* esse dialeto através do explicitamento de sua estrutura, uma vez que esta era a variedade a que já se estava habituado no uso cotidiano (Magda Soares, 1986).

A partir do momento em que se começou o ainda crescente processo de democratização do número de escolas, e camadas sociais, anteriormente excluídas da escola, conquistaram o direito a freqüentá-la, o ensino da língua materna passa a enfrentar graves problemas, pois o dialeto considerado como único legítimo e correto é total ou parcialmente desconhecido dos novos alunos. O desafio que se apresenta agora aos professores é mais ou menos semelhante ao que estão sujeitos os que trabalham com o ensino de línguas estrangeiras. E o método calcado somen-

te no estudo da estrutura gramatical tem-se revelado incapaz de levar ao domínio do código padrão. Quem já passou pelo aprendizado de uma outra língua diferente da sua materna sabe que os métodos que têm por base a nomenclatura gramatical não levam seguramente à fluência naquela língua.

Talvez nesse ponto encontremos mais uma pista que nos possa explicar a origem daquilo que hoje se convencionou chamar de o “fracasso do ensino de português”. Fracasso esse que se torna patente quando do exame de redação do vestibular. O que as pessoas se perguntam é por que após oito anos no 1.º grau e três anos no 2.º grau, a maioria dos candidatos apresenta uma total insegurança no trato da palavra escrita.

Já faz algum tempo que alguns estudiosos vêm alertando para um provável descompasso entre os objetivos a que se propõem os professores de língua e os conteúdos – e por conseqüência também a metodologia – encaminhados em sala de aula. Se se pergunta ao professor de português qual seu objetivo na disciplina com que trabalha, de pronto ouviremos que o que se pretende é “levar o aluno a melhor comunicar-se”. Esse objetivo, aliás, sempre consta de nossos planos de curso. No entanto quase sempre se observa que é a difusão da nomenclatura da gramática normativa como *conteúdo único* nas aulas de língua portuguesa. Há nesse ponto uma contradição quase imperceptível para muitos. A língua é quase exclusivamente tratada como *objeto de estudo* e quase nunca como *meio de comunicação*, mas assim mesmo se afirma que o que se busca é melhorar a comunicação, a expressão do aluno. Precisariamos não perder de vista nosso objetivo na consecução de nosso trabalho para desfazer a contradição. E quem sabe buscar uma metodologia que efetivamente apontasse para o sucesso do nosso intento. Como foi dito acima, o estudo de uma língua, seja ela a materna ou estrangeira, baseado apenas em sua estrutura não leva à fluência.

CONCLUSÕES

Hoje se percebe que para romper com a tradição que brevemente foi esboçada acima, mais que de métodos revolucionários, é necessária uma postura que veja o ensino de língua numa *perspectiva interacionista* — para usar um termo da moda —, ou seja, a ver a língua como meio de comunicação entre as pessoas no efetivo convívio social. E mais ainda, não podemos nos esquecer que a língua é o mais poderoso *veículo materializador de ideologias* (assunto que também merece ser abordado com mais vagar, impossível neste momento).

Por ora, pode-se concluir dizendo que parece que, ao desartificializarmos as condições de produção da expressão – escrita e falada – na escola, teremos mais possibilidades de obter sucesso no nosso intento de “levar o aluno a melhor comunicar-se”. E por aí encontraremos caminhos para responder à pergunta “para que ensinar uma língua que já se conhece?”, sem obrigatoriamente cair no ensino tão-somente da estrutura gramatical, ensino esse normalmente desvinculado do uso social da língua. Caminhos, porém, que nos afastem da sensação de inutilidade, comum àqueles que se distanciam da tradição sem ter uma diferente proposta claramente definida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONAZZI, M. e ECO, U. *Mentiras que parecem verdades*. São Paulo, Summus, 1980.
- COUTINHO, I. de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978.
- CUNHA, Celso. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.
- GOMES, J. Ferreira. *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*. Coimbra, I.N.I.C., 1989.
- LEMLE, Miriam. *Guia teórico do alfabetizador*. Série Princípios. São Paulo, Ática, 1990.
- RICARDO, Carlos Alberto. "Os índios" e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil in: SILVA, A. Lopes da e GRUPIONI, L. D. Benzi (orgs.), *A temática indígena na escola*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- SOARES, Magda. *Linguagem e escola*. Série Fundamentos. São Paulo, Ática, 1986.

Experiência didáctica da tradução para galego das cláusulas de relativo inglesas com *whose*

Carlos GARRIDO
(Universidade de Vigo)

1. INTRODUÇÃO

O curto espaço de tempo que, por agora, constitui a minha experiência docente como professor universitário está a permitir-me verificar, como se fosse *in situ* e *in vivo*, as deficiências e vícios de formação linguística que os nossos bachareis acumulam no fim do ensino secundário e que nós, já da nossa precedente posição afastada da docência, embora nom alheia ao fenómeno sócio-linguístico da Galiza, receávamos.

Os estudantes provenientes do ensino médio que ingressam no tirocínio universitário enfermam, com efeito, das falhas que, relativamente à sua competência expressiva em galego-português, se esperariam de um sistema educativo que, passivo reflexo da sociedade que o inspira, esquece e minora o idioma do país; esquecimento porquanto o galego, na melhor das situações, nom age como língua veicular em mais do que duas ou três matérias do currículo escolar; minoraçom porque, como objecto de estudo, o galego é ensinado como organismo morto, de estrutura rigidificada pola *Norma* (nom única, como sabemos), subsidiário (quanto à grafia, morfologia, sintaxe e léxico) do castelhano e, por via de regra, confinado a âmbitos sócio-culturalmente marcados. Destarte, a sua docência e aprendizagem vêm a assimilar-se às próprias do latim (língua morta e esclerificada), ou do inglês (língua estrangeira).

Além do mais, nom há situação mais evidenciadora das carências expressivas de umha língua (que em geral nom decorrem, como múltiplas experiências patentiam, da natureza do próprio código, mas do maior ou menor rendimento dos seus utilizadores) que o exercício de a empregar para tentar transmitir, através de signi-

ficantes e significados diferentes, a mesma designação e o mesmo sentido presentes num dado texto produzido num outro idioma (segundo a feliz definição de tradução proposta por COSERIU):

«Die Aufgabe der Übersetzung ist es nun, in sprachlicher Hinsicht, nicht die gleiche Bedeutung, sondern *die gleiche Bezeichnung und den gleichen Sinn* durch die Mittel (d.h. eigentlich durch die *Bedeutungen*) einer anderen Sprache wiederzugeben.» (COSERIU, 1981: 33).

Assim, SOUTO (1996: 18) sublinha «o importante papel que a tradução pode desempenhar no reconhecimento das deficiências estruturais do idioma e na busca de soluções que permitam paliá-las» e observa:

«Na medida em que o trabalho do tradutor consiste em transladar o sentido de um texto a outro texto, em reformular esse sentido, em re-exprimi-lo utilizando um veículo verbal diferente, para este escritor «delegado» não existe a possibilidade de passar por alto essas carências. Obrigado a não trair o sentido do texto original (TO), a ser o seu fiel intérprete e a re-codificar todo o sentido no texto terminal (TT), confrontado com escritos estilisticamente plurais para cuja re-expressão a língua de chegada carece muitas vezes de registos, quem traduz não pode, com diferença ao que acontece ao autor, contornar os possíveis escolhos dando um rodeio parafrástico ou eliminando aqueles passos que apresentam especiais dificuldades.» (SOUTO, 1996: 18).

Ocupado com a docência da disciplina «Tradução Geral I Inglês>Galego», e desejando abranger nos exercícios de tradução um amplo leque de tipos textuais (artigos jornalísticos, de vulgarização científica, trechos literários, anúncios publicitários, etc.), vim-me, com efeito, na necessidade de lidar com os diversos problemas de tradução que pejam uma língua socialmente minorada como a galega: interferências com o espanhol, importantes lacunas de vocabulário e fraseologia, e, sobretudo, a carência ou pobreza dos modelos textuais, registos e modulações estilísticas da língua que, apesar de estarem vigentes noutras variantes do próprio sistema linguístico, grande parte dos nossos alunos universitários (e a maioria dos actuais utentes de galego, com independência da sua idade e nível cultural) desconhecem devido ao clima de desinformação e falta de liberdade que hoje impera na Galiza.

Nom obstante, dentre os vários problemas de tradução levantados nas aulas pelo facto de o galego, língua de chegada, revestir a condição de código minorado, um particularmente chamou-me a atenção, tanto por resultar inesperado e artificialmente induzido quanto pela sua insidiosa recorrência nos exercícios realizados nas aulas: a gratuita proscricção do pronome relativo *cuyo* (*cuya*, *cujos*, *cujas*) na norma isolacionista da Real Academia Galega (RAG) e do Instituto da Língua Galega (ILG), único padron normativo do galego que, em geral, devido às razões anteriormente apontadas (e talvez também por causa do baixo nível de instrução em latim), os estudantes universitários conhecem.

2. O PROBLEMA

O pronome relativo *cuyo* (variável em género e número) conhecia um uso normal na língua escrita galego-portuguesa medieval, mas, como recurso próprio de

registos elevados e dos textos escritos, foi desaparecendo da consciéncia linguística dos falantes galegos à medida que o seu idioma, com o progressivo submetimento político e cultural de Galiza a Castela, foi ficando reduzido à condiçom de língua rústica e confinado aos usos coloquiais, onde o seu significado é exprimido por meio de outros recursos de carácter possessivo. A este respeito, que o pronome relativo adjectivo de genitivo (*cujo*) seja próprio dos registos elevados (cultivo escrito) e a sua funçom apareça na fala quotidiana desempenhada por outros elementos nom é exclusivo do galego-português. Igual acontece, por exemplo, com os seus equivalentes em espanhol (*cuyo*), em inglês (*whose*) e em alemám (*dessen, deren*¹).

Nesta tessitura, aplicando caprichosa e incoerentemente o princípio de que o que nom existe na actual fala espontânea galega (rústica e contaminada polo espanhol) nom existe na *Norma* (destinada para os usos cultos), os reitores da RAG e do ILG degredam por meio das suas *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego* (última versom do ano 1995) o pronome *cujo*, já que ele nom aparece na sua relaçom de pronomes relativos e, em nota, o seu emprego é qualificando implicitamente de arcaísmo, lusismo ou castelhanismo:

«En galego moderno non existe unha forma de relativo equivalente á castelá *cuyo* e á portuguesa *cujo*. A lingua medieval coñecía *cujo*, de onde se tomou a forma *cuxo* usada por algúns escritores. **Cuio* é un castelanismo graficamente disfrazado. A perda deste relativo é paralela á producida noutras linguas románicas e á que se deu dentro do propio galego con outros pronomes (*en, i*). O seu significado pasou a expresarse por medio doutros recursos de carácter posesivo xa existentes no idioma.» (*Normas RAG-ILG*, 1995: 100).

Mais tolerante com o pronome relativo *cujo* mostra-se a *oficiosa Gramática Galega* (ÁLVAREZ et al., 1986), que o inclui no seu índice final e, embora constate que «non existe no galego moderno», onde se habilitárom «outros recursos para expresa-las mesmas relacións» (p. 287), regista as tentativas de o restaurar por via culta.

Seja porque o cânone isolacionista o proscreeve taxativamente, seja porque a dulcificaçom que desse banimento fam os gramáticos isolacionistas mais atentos ao uso efectivo da língua e, sobretudo, os escritores isolacionistas confrontados quotidianamente com as insofismáveis solicitações expressivas do seu código² nom atingiu ainda o círculo dos professores liceais de Língua Galega, o caso é que os estudantes universitários descartam em geral o emprego de *cujo* para verter ao galego o relativo inglês *whose*.

Em inglês, o pronome relativo *whose* conhece um uso paralelo ao do galego-português *cujo* (excepto que aquele é invariável), sendo, como se indicou, próprio do discurso cuidado e concorrendo na língua escrita com a fórmula parafrástica *of*

(1) Em alemám mesmo as formas sintéticas do genitivo, face às analíticas, que recorrem à preposiçom *von*, estão marcadas como pertencendo a um registo relativamente elevado. Assim, na língua coloquial: das Buch von meinem Freund; na língua mais cuidada: das Buch meines Freundes («o livro do meu amigo»).

(2) Entre outros, na actualidade, empregam o pronome *cujo* autores tam *antilusistas* como Xosé Luis Méndez Ferrín (por exemplo, no seu mais recente [3.^a ediçom: 1994] livro, *Arraianos*, pode ler-se na p. 15: «Da outra banda daquel espacio de carqueixas e de mato cativo, en cuxas ondulaciós os dolmens no son raros, [...]») ou Darío Xohán Cabana (por exemplo, citaçom do seu romance [1996] *Morte de rei*, p. 364: «e Amaro Érniz sente no seu brazo o peso corporal do rei Don García de Galiza, cuxo fermoso espírito é xa no colo do Señor»).

which (quando o antecedente designa umha cousa ou animal). Trata-se de um recurso económico, elegante, que denota planificação na construção da frase e, em consequência, caracteriza, pola sua profusom, a linguagem empregada nos textos de teor literário e científico-técnico.

Como meio para significar em galego isolacionista a relação que exprime *whose* (*cujo*) propom-se normalmente (cf., p. ex., ÁLVAREZ et al., 1986: 287) o emprego de umha paráfrase com o relativo *qual* (p. ex.: o mar, cujas riquezas parecem inesgotáveis, [...]³ > o mar, as riquezas do qual parecem inesgotáveis, [...]), de umha proposição subordinada introduzida polo relativo *que* (o mar, que parece ter riquezas inesgotáveis, [...])o mar, que tem em aparência riquezas inesgotáveis, [...]) ou de um complemento participial ou preposicional (o mar, (dotado) de/com riquezas aparentemente inesgotáveis, [...]).

No entanto, estas fórmulas, face ao emprego de *cujo*, levantam os seguintes problemas de tradução: 1º, por serem nalgum caso parafrásticas, estorvam a fluência e a economia presentes no discurso original, restando elegância a um texto cuidado; 2º por convergerem nalgum caso com a tradução das cláusulas introduzidas por *that* ou *which* podem empobrecer o estilo do texto; 3º, por nom serem em geral sentidas como distanciando-se do uso oral quotidiano da língua, rebaixam o registo do texto original (que passa de literário/culto para coloquial/vulgar); e 4º, por se separarem todas da estrutura inglesa (e espanhola e alemã), complicam desnecessariamente o labor do tradutor (e do leitor!).

3. A EXPERIÊNCIA DIDÁCTICA

Tendo em conta que a língua de cultura de quase todos os Galegos segue a ser, infelizmente, o espanhol, e neste idioma se utiliza nos registos cultos o pronome de relativo *cuyo*, a reintrodução de *cujo* no galego-português da Galiza nom acarretaria dificuldade alguma para o falante-escritor; polo contrário, dado que o comportamento sintáctico de *cuyo-cujo* e *whose* som idênticos, prescindir de *cujo* na tradução para galego de textos ingleses (e espanhóis e alemães) supom acrescentar um obstáculo nem sempre fácil de ultrapassar.

Com efeito, se bem que no exemplo aduzido anteriormente as equivalências sem o pronome relativo adjectivo sejam singelas, em muitos casos nom o som tanto e a tradução acusa sensivelmente umha baixada de registo. Assim, perante a detecção nas aulas de erros na tradução das cláusulas inglesas introduzidas por *whose* devidos ao intuito dos alunos de evitarem o pronome *cujo*, procedeu-se a explicar razoadamente a estes o estado da questão, indicando-se-lhes finalmente de maneira explícita que eles podiam optar polo uso, ou nom, do pronome relativo adjectivo em galego.

Como exposição dos problemas que para a tradução (e para a escrita em geral) coloca a proscrição em galego do pronome *cujo*, a continuação oferece-se

(3) Correlatos desta frase noutras línguas som: em espanhol, «el mar, *cuyas* riquezas parecen inagotables, [...]»; em inglês, «the sea, *whose* treasures seem to be inexhaustible, [...]», em alemão, «die See, *deren* Schätze unerschöpflich zu sein scheinen, [...]».

informação sobre os resultados de um exercício de avaliação a que fôrom submetidos os alunos.

A prova consistia em traduzir para galego um texto de divulgação científica redigido em inglês (fonte: *Scientific American*), cujas primeiras linhas continham umha proposição subordinada introduzida por *whose* (aqui marcada em tipo itálico):

Wild mushrooms are a prized delicacy, but dining on them is notoriously hazardous. Their reputation for danger is not unjustified; the risk, at least to the naïve forager, is documented *in the case histories of those whose adventurous appetites were restrained by neither prudence nor training.*

A nossa versão utilizando o pronome *cujos* é:

Os cogumelos silvestres constituem um prezado manjar, embora ingeri-los resulte notoriamente arriscado. A sua reputação de perigosos nom é injustificada; o risco, polo menos para o buscador inexperiente, é documentado *nas histórias clínicas daqueles cujos ousados apetites nom fôrom refreados nem pola prudência nem pola capacidade.*

Realizárom este exercício de tradução 66 alunos. Dos 66 alunos, 20 (30,3%) optárom por utilizarem o pronome relativo *cujos* e o resto (46 alunos: 69,7%) recorrêrom a vários outros procedimentos para traduzir a cláusula introduzida por *whose*. Significativamente, todas as versões da oração em causa que fam uso do pronome *cujos* estám correctas (obviando outros possíveis erros, como os de vocabulário), ao passo que, das que o evitam, 54,3% (25) som errôneas de um ponto de vista gramatical.

A seguir mostram-se algumas das 21 versões gramaticalmente correctas que nom utilizam o pronome *cujos* (todas adaptadas ortograficamente e algumas também quanto ao vocabulário):

[...] nas histórias clínicas daqueles que nom reprimírom os seus ousados apetites nem pola/com a prudência nem pola/com a formação. (1)

[...] nas histórias clínicas daqueles que por imprudência e falta de experiência nom reprimírom os seus ousados apetites. (2)

[...] nas histórias clínicas daqueles que possuíam uns ousados apetites que nem a prudência nem a informação refreárom. (3)

[...] nas histórias clínicas daqueles com uns ousados apetites que nom fôrom moderados nem pola prudência nem polo adestramento. (4)

[...] nas histórias clínicas daqueles ousados apetites (que) nom (fôrom) dominados nem pola prudência nem polo adestramento. (5)

[...] nas histórias clínicas daqueles que nom vírom refreado o seu ousado apetite nem pola prudência nem pola preparação. (6)

Umha selecção das 25 versões agramaticais que prescindem do pronome *cujos* é a seguinte:

*[...] nas histórias clínicas daqueles aos que o seu ousado apetite nom foi moderado nem pola prudência nem pola preparação. (7)

*[...] nas histórias clínicas daqueles (nos/dos/os) que os seus ousados apetites nom fôrom refreados nem pola prudência nem pola preparaçom. (8)

*[...] nas histórias clínicas daqueles dos quais os seus ousados apetites nom fôrom refreados nem pola prudência nem pola formaçom. (9)

Neste exemplo observa-se que, por tratar-se de umha proposiçom adjectiva especificativa, e nom explicativa, a traduçom da subordinada introduzida por *whose* mediante umha paráfrase com *dos quais* devém agramatical (versom 9); tampouco funciona do ponto de vista gramatical o recurso da aposiçom preposicional ao antecedente (versões 7 e 8), que, com diferença a *cujo*, em nengum caso pode denotar atribuiçom ou pertença.

No que diz respeito às versões gramaticalmente correctas (1-6), observe-se a sua considerável variaçom. Em 1 e 2 recorre-se a umha subordinada de relativo introduzida polo pronome *que*, mas este expediente exige a substituiçom da passiva original pola voz activa e, sobretudo, o deslocamento do «foco de atençom» (cf. NIDA e TABER, 1986: 75) da oraçom, do consequente («ousados apetites») para o antecedente («aqueles») (em 6 figura umha variante mais elegante); em 3 também se utiliza umha subordinada de relativo encabeçada polo pronome *que*, mas, combinando-se com umha paráfrase baseada na introduçom de um novo verbo (*possuir*) e oraçom de relativo, poderia manter-se a voz passiva e o «foco de atençom» em *ousados apetites*, tudo isto a custo, claro é, de umha marcada pesantez formal; em 4 recorre-se a um complemento preposicional e à introduçom de umha subordinada com *que*; finalmente, em 5, o zelo do tradutor porventura excede o desejável, pois recorre a umha metonímia e personifica *ousados apetites*, tornando-os objecto de história clínica e paciente de hospital.

Como se vê, que as versões gramaticalmente correctas acima expostas que prescindem do pronome relativo *cujo* mantêm o génio, para além da designaçom, do texto original é algo, polo menos, questionável. Pola nossa parte, urgidos por um ideal de fidelidade ao conteúdo e à forma do texto original, e de harmonia com a praxe hoje já habitual em vários escritores galegos de renome, advogamos pola natural *reabilitaçom* do pronome *cujo* e a sua proveitosa reintroduçom na língua culta galego-portuguesa da Galiza.

4. BIBLIOGRAFIA

- ÁLVAREZ, R., X. L. REGUEIRA e H. MONTEAGUDO. 1986. *Gramática Galega*. Editorial Galaxia. Vigo. 568 pp.
- COSERIU, E. 1981. Falsche und richtige Fragestellungen in der Übersetzungstheorie. Em W. Wills (coord.). *Übersetzungswissenschaft: 27-47*. Wissenschaftliche Buchgesellschaft. Darmstadt.
- NIDA, E. A. e C. R. TABER. 1986. *La traducción: Teoría y práctica*. Ediciones Cristiandad. Madrid. 267 pp. [Traduzido de *The Theory and Practice of Translation*, 1974, por A. de la Fuente Adánz].
- SOUTO, E. 1996. *Traduçom e ensino lingüístico*. Edicións Laiovento. Santiago de Compostela. 136 pp.

Presença do galego-português no lunfardo

Jorge RODRIGUES GOMES

O lunfardo é, na sua origem, a gíria dos ambientes marginais de Buenos Aires, a fala do mundo da delinquência, da fadistagem, da boémia e da vadiagem, o que em galego-português chamamos «calão»; mas com o tempo grande parte do seu vocabulário passou à fala coloquial, como costuma acontecer com este género de linguagens em todos os idiomas.

Em lunfardo muitas palavras se formam por metátese das suas sílabas: «gotán» *tango*, «zabeca» *cabeza*. Mas a maioria procedem dos idiomas falados pelos emigrantes, que em grande número chegaram à Argentina nos finais do século passado e princípios deste. Os galegos constituíram uma das colectividades mais numerosas, sendo o seu contributo léxico ao lunfardo o segundo em importância, só superado pelo dos dialectos italianos. Além disso há que ter presente a influência do português do Brasil. Em muitos casos desconhecemos se uma palavra chegou à gíria bonaerense na fala dos galegos, ou se procede do Brasil; noutros algum aspecto fonético, ou a sua exclusividade territorial certifica-nos a sua origem.

Nesta breve nota pretendemos dar uma pequena amostra do léxico galego-português presente no lunfardo, classificado do seguinte modo:

- 1.- Palavras galegas introduzidas no lunfardo com a sua mesma forma e significado.
- 2.- Palavras galegas introduzidas no lunfardo sofrendo alguma modificação formal.
- 3.- Palavras galegas introduzidas no lunfardo variando ou especificando o seu significado.
- 4.- Palavras de possível origem galego-portuguesa.
- 5.- Palavras de origem estritamente brasileira.
- 6.- Palavras criadas no lunfardo sobre base galega.

Além das citadas no grupo 5, não se rejeita a possibilidade de que palavras dos outros grupos possam proceder também do Brasil, excepto aquelas de que se indi-

car o contrário com o termo “Galiza” entre parênteses.

1.- Palavras galegas introduzidas no lunfardo com a sua mesma forma e significado:

afanar (na acepção da gíria “roubar”)	engaiolar (lunf. “engayolar”)
buraco	gagá
calote	gaiola (lunf. “gayola”)
calotear	lamber
cangalho	palpitar (na acepção de “pressentir”)
changa (Galiza; na acepção de “trabalho de pouca importância”)	pálpito (Galiza)
chantar	pechincha
charuto	pedregulho (lunf. “pedregullo”)
cismar	punheta (termo de gíria)
crosta	requintar
empurrar	requinte
	rua

2.- Palavras galegas introduzidas no lunfardo sofrendo alguma modificação formal:

arranjar > arranyar¹
escangalhada,-o > descangayada,-o
jogo > yogo
lobisome > lobizón
longo/lungo²
marujo > marucho
mulherengo > mujerengo
pachorrenta,-o > pachorienta,-o
tamanco > tamango
teimar > temar
vigiar > vichar

3.- Palavras galegas introduzidas no lunfardo variando ou especificando o seu significado:

bandayo (< bandalho): maroto, pícaro
beberage: bebida
bichoco: cavalo inútil para as corridas
bochinche (veja-se o grupo 5)
carozo (< caroço): olho
cachar: enganar, burlar
chumbo: bala
estrada³: rua

1. Também pode proceder do italiano “arrangiare”.

2. “Longo” é no lunfardo variante do mais usual “lungo”, que pode ter influência do italiano.

3. Também pode proceder do italiano “strada”.

falopa (Galiza; variante de folerpa/felpa): droga

ferramenta: arma

lurpiada (Galiza): acção vil

lurpiar (Galiza): prejudicar

mormoso: com o rosto coberto de equimoses

naco: anaco de tabaco negro

piola: pénis

pituco: peralta, presumido nos modos e no vestir.

rolar: realizar uma pessoa ou coisa as funções que lhe são próprias;
andar na companhia de alguém.

yeite (<jeito): pechincha, negócio vantajoso.

4.- Palavras de possível origem galego-portuguesa:

apañar (< apanhar): nas acepções de “prender” e “roubar”.

cambalache (< cambalacho)

chabón (< chambóm)

lengue (< dengue: género de esclavina): lenço

manyar (< manjar)⁴

papusa (< papuja: nome de um pássaro; genitais femininos): mulher
bonita.

ranfiñar (< ranfar “roubar”, ranfo “roubo”): roubar

revirarse: na acepção de irar-se.

5.- Palavras de origem estritamente brasileira:

al bardo (< albardar: fazer mal e à pressa): improvisadamente, des-
cuidadamente.

achacado

achacarse

banderola (< bandeira) parte superior da porta que pode ser fixa ou
móvel.

batuque: festa ruidosa.

bife

bochinche: confusão, desordem, briga. Provável translação de signifi-
cado da palavra galega “bochinche” (baiuca ou loja peque-
na com mesas para jogar às cartas), produzida no Brasil.

boliche: baiuca ou loja pequena com mesas para jogar às cartas. Este é
o significado da palavra galega “bochinche”, com a que pro-
vavelmente confundiu o significado.

bonde: eléctrico.

cafua: cárcere

engrupir: enganar, iludir.

4. Também pode proceder do italiano “mangiare”.

fato: assunto, facto.

fulo

gavión (< gavião): galã libertino

gozar: troçar de alguém.

grupo: engano, mentira.

guiya (< guilha: engano, burla, fraude): estafa

guiyar (de “guilha”): vigarizar, estafar.

imperial: copo grande de cerveja.

marosca: na interjeição “la marosca”, que exprime surpresa. Talvez eufemismo do italiano “la Madonna!”.

otário

pangaré (cavalo de cor mais clara no focinho e nas orelhas com fama de veloz e resistente).

patota: bando de pessoas desordeiras.

pebeta,-e, piba,-e (< pivete)

pichulín (< pichuleta, gíria brasileira): membro viril de menino.

pilcha (adereço, adorno): roupa; objectos de uso pessoal.

programa (calão brasileiro): namoro passageiro com finalidades eróticas.

quibebe (por paronomásia com “quilombo”): prostíbulo.

quilombo (esconderijo de fugitivos): prostíbulo.

quitandera (< quitandeira)

soque (< soco)

sotreta

tanga (na acepção de engano)

tarimba

tripa (na acepção do calão “pénis”)

tróia (jogo que simula um combate): círculo sinalado no chão, dentro do qual giram alguns piões contra os que se lançam outros, para rompê-los ou tirá-los fora

urso: indivíduo corpulento.

viola

6.- Palavras criadas no lunfardo sobre base galega:

cabreiroa (<Cabreiroá, por jogo paronomásico com “cabrero,-a” *furioso,-a*): furioso,-a.

changador (de “changa”): carregador, moço de fretes.

changar (de “changa”): realizar trabalhos de pouca importância e ocasionalmente.

fandiño (formada do apelido “Fandinho”): galego.

fariñera (formada desde o galego “farinha”): faca grande; na origem a utilizada pelos gaúchos para extrair a farinha do saco.

lambeculo: lambecu

pereira: pera, barba do queixo, que em espanhol chamam “perilla”, e por jogo paronomásico com esta palavra.

socotroco: soco, punhada.

Também se poderiam citar palavras comuns ao galego-português e ao lunfardo, de origem discutida:

changui (gal.: changüi; pequeno furto, engano no jogo), curvar, farra, garufa, guita, lima (em calão “camisa”, hoje em desuso em lunfardo), mancarse...

E outras, já não da gíria de Buenos Aires, mas da língua comum argentina:

apoyo (< apoyo: primeiro leite da fêmea recém-parida), bosta, carçoço, casal (conjunto de macho e fêmea), chaira (utensílio de sapateiro e carniceiro), cruza (mistura de raças), garúa, hornalla (< fornalha), petiso...

Entre as palavras de origem estritamente galega, há algumas hoje pouco frequentes na Galiza (changa, lurpiar), o que nos informa da sua anterior popularidade. Estas e outras conclusões se poderiam tirar de um estudo pormenorizado deste importante conjunto léxico galego-português na Argentina.

BIBLIOGRAFIA

- GOBELLO, José, *Diccionario lunfardo y de otros términos antiguos y modernos usuales en Buenos Aires*, A. Peña Lillo Editor, Buenos Aires, 1977.
- LUNA de KUPERMAN, Antónia, “*Vocábulos de Buenos Aires de origem galego-portuguesa*”, em *Actas do IV Congresso Internacional da Língua Galego-portuguesa na Galiza*, Associação Galega da Língua, 1996
- SEOANE, Luís, *Comunicacions mesturadas*, Ed. Galaxia, Vigo, 1973.



Os Uru-eu-uau-uau de Rondônia: em busca de si mesmos

Wany SAMPAIO e Vera da SILVA

O Estado de Rondônia, situado na Região Norte do Brasil, caracteriza-se por abrigar uma população de cerca de seis mil indígenas, constituídos em torno de 30 nações. São dezesseis as áreas indígenas existentes em todo o Estado e, mesmo que algumas delas já tenham sido demarcadas pelo governo, nenhuma deixou de ser alvo da cobiça do não-índio.

Os povos indígenas de Rondônia, não menos que os outros povos indígenas do Brasil, sofreram massacres hediondos, ao longo de toda a história da colonização, perdendo suas terras, sua cultura, sua língua e muitos deles já se encontram extintos ou em acentuado perigo de extinção.

Neste artigo, buscaremos mostrar algumas informações acerca dos povos Uru-eu-uau-uau, historicamente recém-contactados, ainda considerados como índios arredios e de pouco contato. Isto, porém, não os torna menos vítimas que os outros indígenas contactados há mais tempo. Muito pelo contrário, talvez tenham sido mais atrozmente atacados e prejudicados em sua essência enquanto pessoas que possuem dignidade. A cobiça e o desrespeito do "homem branco" cresceu. O Estado de Rondônia foi submetido a um processo desenfreado de ocupação mal planejada e de certa forma irresponsável, não só em relação aos indígenas que aqui habitavam, mas também em relação aos pequenos colonos e agricultores, geralmente mão-de-obra não qualificada, que para aqui foram atraídos em busca do famoso "Eldorado".

Considerado o contexto econômico do Estado, a faixa territorial hoje ocupada pelos Uru-eu-uau-uau é foco de grande interesse. Mas interesse não para preservá-la e sim para fazer com que os indígenas recuem cada vez mais, diante das frentes de invasões.

A área indígena Uru-eu-uau-uau tem uma extensão territorial de 1.867.117,80 ha. Está localizada no relevo central do Estado de Rondônia, Brasil, e abrange os municípios: Guajará-Mirim, Costa Marques, Nova Mamoré, Campo Novo de

Rondônia, Monte Negro, Cacaulândia, Governador Jorge Teixeira, Mirante da Serra, Jarú, Alvorada D'Oeste, São Miguel do Guaporé e Seringueiras.

Esta região caracteriza-se por duas macro-regiões de planícies e elevações mantanhosas, contrastando com a densa floresta amazônica, onde existe uma rica cobertura vegetal diferenciada como cerrado de pequenas árvores esparsas sobre um solo coberto de gramíneas. Na parte central desse território está localizada a grande serra do Pacaás-Novos onde encontramos a maior parte das nascentes dos rios que banham o Estado de Rondônia: o Jamari, o Candeias, o Urupá, o Cautário, o São Miguel, o Pacaás-Novos, o Jacy Paraná, o Jarú, o Branco, o Ouro Preto, o Muqui, o São Francisco, o Vermelho, o Nova Floresta, que são formadores das três grandes bacias hidrográficas da região: Madeira, Mamoré e Guaporé.

Sabe-se que há, no interior da área, jazidas de ouro e outros minérios nobres, imensa diversidade de madeiras-de-lei, além de uma rica fauna e uma flora medicinal cujos princípios ativos ainda não foram cientificamente estudados, ou, se alguns estudos a este respeito foram feitos, nada foi devolvido às comunidades indígenas. E a isto pode-se chamar de roubo. Roubo de conhecimento, desprezo pela sociedade que soube acolher e ensinar algo a alguém que se apresentou como cientista. E a este tipo de atitude, acreditamos que a Ciência não se deve prestar.

Esse espaço terrestre abriga a integridade física, territorial e cultural das comunidades indígenas Uru-eu-uau-uau e de outros grupos isolados, além de exercer o papel vital para a conservação do equilíbrio da biodiversidade do Estado de Rondônia.

Os Uru-eu-uau-uau —como a maioria dos povos indígenas de Rondônia— são índios Tupi, do Grupo Tupi-Kawahib, aparentados dos Parintintins e Tenharim, cujos sobreviventes habitam hoje ao sul do Amazonas. Os estudos históricos, etnológicos e lingüísticos disponíveis, embora escassos, permitem-nos comprovar que estão presentes ao longo da história escrita da Amazônia e, em Rondônia, pelo menos desde o século XVIII.

Referências a grupos Kawahib são encontradas em Niemundaju (1948), que trata informações lingüísticas recolhidas por Severiano da Fonseca, em 1880 e por ele próprio, em 1922. Castelnou registra alguns conflitos com tais grupos, ocorridos em 1892 e 1852, na região do Rio Madeira. Há também algumas informações encontradas nos relatórios da Missão dirigida pelo Marechal Rondon. Lévi-Strauss (1948) refere-se a descendentes do antigo grupo Tupi-Kawahib localizados nos rios Riozinho (Wirafed e Paranawat) e Tamuripa (Takwatib), bem como no rio Muqui (Paranawat) e no alto rio Leitão (Mialat). Denise Meirelles (1984) levanta a hipótese de que muitos grupos Tupi-Kawahib tenham vindo do rio Tapajós para o Madeira — como seria o caso dos Parintintins — e outros para os afluentes do rio Ji-Paraná, no início do século XVIII.

Durante diferentes momentos da Historiografia, encontram-se diversas denominações, tais como: Boca-Preta, Boca-Negra, Cautário, Sotério, Karipuna, Cabeça -Vermelha, Onça, Caguarip, Cabhiba, Kawahib, Parintintin, Kawahiva, Aconga-Piranga, Jarú, Urupá, Urupa-in, Arara, Ariken. Todas estas denominações estiveram sempre ligadas ao espaço geográfico ou a semelhanças culturais com os hoje conhecidos Uru-eu-uau-uau.

A violência contra os indígenas aumentou sensivelmente a partir dos anos quarentas, quando foi implantado o primeiro Projeto de Colonização, o Presidente Dutra, em 1945, pois, a partir daí, a colonização do Estado de Rondônia passou a ter um caráter predatório. Esta situação agravou-se na década de setenta, quando o governo do Estado decidiu implementar a colonização através da implantação de novos projetos, incentivando a imigração de colonos oriundos de diversos estados brasileiros.

Os Uru-eu-uau-uau caracterizaram-se por ser um grupo que defendeu suas terras com “unhas e dentes”, a qualquer custo, tendo sido considerados como um bando perigoso, constituído de guerreiros sanguinários, exímios no uso do arco e da flecha e que matavam, sem piedade, seus inimigos. Resistiam bravamente à ocupação de seu território, principalmente na Bacia do Jamari, que fazia parte do programa político de colonização do INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — e da instalação da Agropecuária e de Mineradoras. Os primeiros contatos amistosos com o não-índio aconteceram em 1980, depois de muitos conflitos com colonos, garimpeiros, mateiros, gateiros, madeireiros, quando a FUNAI - Fundação Nacional do Índio - resolveu organizar frentes de atração, tentando retomar o contato com estes últimos Tupi-Kawahib, teimosos sobreviventes de um processo de extermínio acelerado e implacável.

Nossos estudos junto aos povos Uru-eu-uau-uau iniciaram-se no ano de 1992, quando conhecemos alguns líderes jovens que buscaram apoio junto ao NEIRO — Núcleo de Educação Indígena de Rondônia. Resolvemos, assim, encampar a batalha em prol destes indígenas e hoje temos desenvolvido um trabalho de pesquisa lingüística e antropológica, voltada principalmente para a educação escolar, o que é um desejo das comunidades, no intuito de se fortalecer, adquirir conhecimentos da sociedade não-índia como forma de defesa de sua própria cultura e língua.

Vítimas de uma desastrosa política de ocupação, os Uru-eu-uau-uau têm o mérito de terem sabido resistir a um contato que os teria dizimado pelas doenças, pelo racismo e pelo preconceito. E se ainda mantêm, hoje, uma parte de seu território, é porque contra-atacaram cada massacre a que foram submetidos.

Atualmente, os povos Uru-eu-uau-uau subdividem-se em quatro pequenos subgrupos, distribuídos em quatro Postos Indígenas (PIN) em postos estratégicos dentro da Área Indígena Uru-eu-uau-uau. Além destes grupos, na Área ainda se encontram o grupo Amondava - que é um grupo dissidente - e dão-se notícias de índios isolados, que perambulam nas cabeceiras do rio Muqui, chamados pelos Uru-eu-uau-uau de Jurureí e Putakwarangã.

Durante os primeiros contatos, os Uru-eu-uau-uau tinham um tipo de vida claramente determinado pelas guerrilhas constantes: suas malocas e tapiris ficavam distantes das roças, as habitações camufladas pelas copas das árvores ... Em poucos anos este povo nômade, caçador, pescador e coletor, que desfrutava de um amplo espaço de perambulação, foi transformado em um povo praticamente sedentário, que se radica em postos-aldeias auxiliado por um funcionário da FUNAI, o Chefe de Posto. Em fevereiro de 1997, tivemos a oportunidade de visitar todos os Postos da Área Indígena Uru-eu-uau-uau, o que nos possibilitou, além da coleta de dados lingüísticos e culturais, verificar *in loco* a vida de cada aldeia. Desta maneira

ra pudemos avaliar até que ponto estes índios foram e têm sido vítimas da ação do homem “branco”.

No PIN Comandante Ari, habitam dezesseis indígenas, sendo seis homens, quatro mulheres e seis crianças. Não há nenhum funcionário da FUNAI na aldeia, não há apoio de Missões ou ONG (Organização não-governamental). Os índios vivem sozinhos. Seu único meio de comunicação é através de um velho aparelho de rádio e a única forma de se chegar à aldeia é caminhar-se 40 quilômetros em picadas na selva, numa difícil jornada de cerca de oito horas. Ainda mantêm suas *malocas* tradicionais, edificadas totalmente em palha, recobrando uma armação de *paxiúba*, com duas pequenas aberturas. Dispõem de roças de milho, mandioca, batata-doce e bananas. A região é farta em caça e peixes, pois a aldeia localiza-se bem na nascente do Urupazinho. Porém, dada a dificuldade de acesso e a necessidade de constantes deslocamentos para venda, compra ou troca de produtos, este grupo está pensando em se mudar para um local por eles considerado melhor, onde seja possível o uso de veículos, carroças ou até mesmo cavalos, pois é muito difícil, para eles, hoje, se confinarem àquele tipo de isolamento em virtude de doenças, do comércio e de outros fatores que julgam importantes para sua vida. Também pela necessidade que hoje sentem da presença de profissionais das áreas de saúde e educação que, embora tenham interesse em desenvolver um trabalho com esta comunidade, não se dispõem a morar num local de tão difícil acesso.

No PIN Alto-Jaru, a população é de dezesseis pessoas: cinco homens, quatro mulheres e sete crianças. Contam com um chefe de posto, índio de outra nação, que mora fora da aldeia. Recebem o apoio de duas missionárias do CIMI — Conselho Indigenista Missionário, nas áreas de saúde e alfabetização. Não conservam mais suas casas tradicionais e nem produzem alimentos suficientes para seu próprio sustento. O contato com os não-índios é muito grande, haja vista a aldeia ficar muito próxima das *linhas* (pequenas vias de acesso às frentes de colonização).

O PIN Jamari conta com um total de dez indígenas, sendo cinco homens, três mulheres e duas crianças. Com eles habita apenas um Chefe de Posto, não-índio, que os assessora em relação à agricultura. Porém a grande dificuldade é a força de trabalho, mínima, que resulta em uma produção agrícola insuficiente. Porém a região é rica em caça e peixes, dada a proximidade do grande rio Jamari.

Não há atendimento nas áreas de saúde nem de educação, por falta de profissionais que desejem morar na aldeia.

O PIN Alto-Jamari é o mais populoso. Lá residem dezenove indígenas, sendo dez homens, três mulheres e seis crianças. Há com eles um Chefe de Posto, não-índio, que os ajuda na produção agrícola: possuem grandes roças de milho, mandioca, arroz, feijão e bananas. A aldeia dispõe de antena parabólica e aparelho de televisão, as casas são construídas em madeira e a aldeia é cortada ao meio por um rio. Há fartura de caça e peixes.

Como se pode verificar, existe uma disparidade muito grande entre o número de homens e mulheres nos grupos Uru-eu-uau-uau. Dentre as quatorze mulheres existentes, apenas duas são solteiras e das vinte e uma crianças, apenas sete são do

sexo feminino. Isto é preocupante no que se refere à reprodução e continuidade destes povos, pois há muitos homens solteiros que não dispõem de mulher para casar. Muito embora sejam praticados a *poliandria fraterna*, o *levirato* e admitam-se os casos de gravidez para as moças solteiras, é também praticado o *infanticídio* por diversas razões. Um outro fator a ser considerado como agravante para o processo de reprodução são as *relações de parentesco* e as *regras de casamento*: estes grupos são organizados socialmente em *metades exogâmicas*, denominadas por aves (Mutum e Arara), com descendência patrilinear e filiação complementar matrilateral. Isto nos leva a supor que, se não há mulheres disponíveis para o casamento, poderão haver sérias mudanças nas relações de parentesco deste povo. É possível que isto já esteja acontecendo, pois detectamos, entre os Amondava um casamento Arara-Arara, o que não seria permitido pelas regras de casamento. Também pudemos observar alguns casos de crianças que demonstram sintomas de surdez e mongolismo, o que pode ser indício de uma maior incidência de casamentos consanguíneos, ocasionado pela ausência de mulheres afins, ou, por que não dizer, pela quase que total ausência de mulheres.

Todos os grupos uru-eu-uau-uau comercializam produtos artesanais, tais como arco, flechas, anéis, brincos, pulseiras, cocares, colares. Alguns também trocam produtos de suas roças com objetos e alimentos próprios da cultura da sociedade envolvente: roupas, sapatos, lanternas, pilhas, espingardas, leite em pó, macarrão, achocolatados, açúcar, sal, panelas, entre outros. Há que se considerar, no entanto, que as vias de acesso constituem fator de suma importância para a economia destes grupos. As estradas são de péssima qualidade e principalmente na época das chuvas, o tráfego torna-se impraticável. Só é possível chegar-se às aldeias a pé ou em carros fortemente traçados e com pneus lameiros. Este fato dificulta sobremaneira o transporte de mercadorias, pois andando distâncias consideráveis é impossível carregar-se muito peso; e, se de carro, estes ficam em péssimas condições em tempo recorde, pois os recursos da FUNAI são insuficientes para a manutenção e preservação dos veículos.

Apesar de tudo o que passaram e estão enfrentando até os dias atuais, os Uru-eu-uau-uau são, pelo menos aos nossos olhos, pessoas gentis, carinhosas e hospitaleiras, que sempre nos recebem com alegria e nos oferecem o que de melhor dispõem. Estão buscando se fortalecer através da luta organizada, criando associações e reivindicando, junto às instituições brasileiras competentes, a contratação de professores, auxiliares de enfermagem, técnicos agrícolas e outros profissionais que possam ajudá-los a entender melhor o mundo não-índio, para que não continuem sendo explorados, espezinhadados e, sobretudo, para se conservarem índios. Hoje as lideranças são constituídas de jovens que se tentam engajar politicamente junto a outras organizações dos povos indígenas de Rondônia. Não contam com a experiência de seus anciãos, pois a maioria foi assassinada ou morreu em consequência de doenças advindas do contato com o "branco". Porém contam com a força e a garra que fez dos Uru-eu-uau-uau um povo tão temido. E hoje o que eles buscam é apenas **respeito** pela sua condição de ser humano, e a melhoria de sua qualidade de vida.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, Maria Lúcia M. *Parecer antropológico sobre os limites territoriais da área indígena Uru-eu-uau-uau*. Porto Velho: FUNAI, 1989 (mimeog.).
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1955). *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- NIEMUNDAJU, Curt (1925). *A tribus do alto Madeira*. Journal Societé des Americanistes de Paris, 17:137 - 172.
- SAMPAIO, Wany. *Estudo comparativo entre línguas Tupi-Kawahib*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP/ SP: 1997, (em andamento).
- SILVA, Vera da. et al. *Uru-eu-uau-uau: de indígenas a indigentes, uma história de perdas*. PIBIC/UNIR/ CNPq , Porto Velho: 1997 (Relatório - em andamento)

ANTOLOGIA

Poemas

José-Martinho MONTERO SANTALHA

- 1) *Como vivo coitado por esta nossa língua!*
- 2) *Quando me digas "Vem!"*
- 3) Duas cantigas do caminho de Santiago
- 4) Quatro poemas de Natal

Como vivo coitado por esta nossa língua!

Como vivo coitada, madre, por meu amigo,
ca m' enviou mandado que se vai no ferido:
e por el vivo coitada! [...]

Ca m' enviou mandado que se vai no ferido,
eu a Santa Cecília de coraçom o digo:
e por el vivo coitada!

(Martim de Ginzo)

Como vivo coitado por esta nossa língua,
que nos manda mensagens que morre cada dia!
E vivo tam coitado!

Como vivo coitado por este nosso idioma,
que nos manda mensagens que morre cada hora!
E vivo tam coitado!

Que nos manda mensagens que morre cada dia,
a língua em que falamos e vivemos a vida!
E vivo tam coitado!

Que nos manda mensagens que morre cada hora,
o idioma que sabe contar as nossas coitas.

E vivo tam coitado!

Hoje a Santa Cecília a minha alma suplica
que por outros mil anos a velha língua viva.

E vivo tam coitado!

Hoje a Santa Cecília o coração implora
que por outros mil anos perviva o velho idioma.

E vivo tam coitado!

Quando me digas “Vem!”

Quando me digas “Vem!”,
irei correndo.

Nom importa se for tarde ou mais cedo:
come acode o canzinho à voz do amo,
sem pena nem receio,
quando Tu me chames para o teu lado,
irei contente.

Nom pedirei que esperes um momento
nem que me deixes acabar ainda
o que estiver fazendo:
quando me dês o sinal da saída,
partirei presto.

Nada quero levar de quanto tenho:
com gosto deixarei detrás de mim
tudo o que tanto quero;
ligeiro hei de chegar junto de Ti,
e sem alento.

Quando me digas “Vem!”,
irei correndo.

(Cerdido, abril de 1997, ao cumprir os 50 anos)

Duas cantigas do caminho de Santiago

1

Caminho de Compostela

(Cantiga de amigo paralelística com refrâm e finda)

Por fazer romaria pug' em meu coraçom
a Santiag' um dia, por fazer oraçom
e por veer meu amigo log' i.

(Airas Carpancho)

— Com ânsia de novos ares, sem medo a nenhum perigo,
busco um caminho que leve ao meu misterioso Amigo.

*- No mar da noite umha caravela
de estrelas vai para Compostela.*

— Com ânsia de novos ares, sem medo a nenhum mau fado,
busco um caminho que leve ao meu misterioso Amado.

*— No mar da noite umha caravela
de estrelas vai para Compostela.*

— Busco um caminho que leve ao meu misterioso Amigo,
Aquele a quem desde há tempo -jde sempre!- busco e persigo.

*— No mar da noite umha caravela
de estrelas vai para Compostela.*

— Busco um caminho que leve ao meu misterioso Amado,
Aquele a quem tantas vezes sinto faltar ao meu lado.

*— No mar da noite umha caravela
de estrelas vai para Compostela.*

*— No mar da noite andarei em vela,
com coraçom de leda donzela.*

(Ferrol, janeiro de 1993)

2

A Santiago nas quátro estações do ano

(Cantiga de amigo paralelística com refrâm e finda)

Quer' ir a Santa Maria de Reça,
u nom fui há mui gram peça.

(Airas Páez)

Quero ir a Santiago, meu amigo da alma,
pisando as poeiras do caminho antigo,
olhando as paisagens com a antiga calma.

*Quero ir, meu amigo,
quero ir a Santiago contigo.*

Quero ir a Santiago, amigo que me amas,
sem preocupar-me de que horário sigo,
sem prazos marcados nem outros programas.

*Quero ir, meu amigo,
quero ir a Santiago contigo.*

Quero ir a Santiago pola primavera,
sem teima a estrangeiro nem ódio a inimigo,
sonhando a Galiza que noutrora era.

*Quero ir, meu amigo,
quero ir a Santiago contigo.*

Quero ir a Santiago no tempo das flores,
sem medo a fantasmas nem a algum perigo,
sonhando outros tempos de flores melhores.

*Quero ir, meu amigo,
quero ir a Santiago contigo.*

Quero ir a Santiago no sol do verão,
buscando nas sombras um pouco de abrigo;
e todo romeiro será meu irmão.

*Quero ir, meu amigo,
quero ir a Santiago contigo.*

Quero ir a Santiago andando e suando,
por leiras de milho e campos de trigo;
e chegar tranquilo, nom importa quando.

*Quero ir, meu amigo,
quero ir a Santiago contigo.*

Quero ir a Santiago nos dias do outono,
colhendo, na marcha, algum que outro figo,
e andar o caminho sem fame nem sono.

*Quero ir, meu amigo,
quero ir a Santiago contigo.*

Quero ir a Santiago como vai o vento,
desde o monte Faro, desde o mar de Vigo,
sentindo ao meu passo como um novo alento.

*Quero ir, meu amigo,
quero ir a Santiago contigo.*

Quero ir a Santiago em tempo de inverno
e que a gente pense que som um mendigo,
e sonhar um tempo de consolo eterno.

*Quero ir, meu amigo,
quero ir a Santiago contigo.*

Quero ir a Santiago chovendo a Deus dar,
(que pensem as gentes que vou em castigo!),
buscando outro tempo, buscando outro lar.

*Quero ir, meu amigo,
quero ir a Santiago contigo.*

Quero ir a Santiago, e no fim do dia
descansar contente num pobre jazigo,
como um fiel romeiro faz a romaria.

*Quero ir, meu amigo,
quero ir a Santiago contigo.*

Quero ir a Santiago sentindo carinho
(é-me tam preciso quando me fatigo!...),
e fazer do velho um novo caminho.

*Quero ir, meu amigo,
quero ir a Santiago contigo.*

Tens que ir, meu amigo,
tens que ir, tu também, a Santiago comigo!

Quatro poemas de Natal

1

Natal no meu alpendre

Sabeis?: nasceu-me um menino
neste Belém da utopia
dos meus sonhos (em que vivo
uma vida tão distinta!...).

Trouxe consigo um ar puro,
uma frescura, uma graça,
que faz como um novo mundo
desta minha velha alma;
e vestiram-se de luz
as denegridas paredes
da casa: uma luz azul,
como uma carícia lene.

E o meu coração repousa
e dorme ao calor do alento
das suas palavras novas
nas longas noites do inverno.

Vinde ver onde é que reina
o meu gracioso cachopo!:
neste recanto da terra

abandonado de todos.
Vinde ver este milagre
de calor na noite crua
do mundo: vereis que sabe
repartir tanta ternura...
Vinde, que achareis talvez
como um abrigo, um reparo
de quantos ventos cruéis
zoam nestes descampados.
(Cerdido, dezembro de 1991)

2

Vamos a Belém!

Vamos a Belém!

Vamos todos juntos pela velha estrada,
levando no peito o gozo do bem,
sem ódio ou inveja nem temor a nada.
*Vamos, porque todos achamos abrigo
no cálido alpendre do mais doce Amigo.*

Vamos a Belém,

levando nos lábios a velha cantiga
que desde há mil anos a Galiza tem:
os ecos queridos desta língua antiga.
*Vamos, porque todos achamos abrigo
no cálido alpendre do mais doce Amigo.*

Vamos a Belém,

levando a ternura de toda a Galiza,
grandes e pequenos —meninos também!—,
esperando o dia da nova justiça.
*Vamos, porque todos achamos abrigo
no cálido alpendre do mais doce Amigo.*

Vamos a Belém,

levando na olhada esta nossa terra
sem que a outras terras sintamos desdém,
pois o horizonte nunca nos encerra.
*Vamos, porque todos achamos abrigo
no cálido alpendre do mais doce Amigo.*

Vamos a Belém,

sentindo no rosto os dedos da brisa,
andando na noite sem medo a ninguém:
irmãos na procura, sem outra divisa.
*Vamos, porque todos achamos abrigo
no cálido alpendre do mais doce Amigo.*

Vamos a Belém,
abrindo no tempo um novo caminho
que nos encaminhe para um novo além
como uma andorinha volta ao velho ninho.
Vamos, porque todos achamos abrigo
no cálido alpendre do mais doce Amigo.

Vamos, que há já tempo espera em Belém
um sorriso novo que a este mundo vem,
e a quantos acodem proporciona abrigo
o cálido alpendre do mais doce Amigo.

(Cerdido, dezembro de 1992)

3

Belém 1993

Onde é que hoje nasces, meu menino amigo?,
onde tens agora o teu pobre abrigo?

Onde vens nascer por este Natal
após dous mil anos de bem e de mal?

Nascês outra vez numa terra alheia
esperando ainda que a gente te creia?

Nascês desta vez no mundo moderno
que goza da vida ansiando o eterno?

Nascês numa terra de mísseis e bombas
sonhando outra terra de danças e pombas?

Nos autos velozes da fulgente estrada?,
num povo oprimido que nom pede nada?

Nas cores ruidosas de uma discoteca?,
no silêncio assíduo de uma biblioteca?

Na doce esperança de tudo o que é novo?,
na nova mensagem para um novo povo?

Nascês noutro mundo, de luz e violetas,
na estrela longínqua que tem dez planetas?

Onde quer que nasças, nunca será tarde:
quero estar na gente que ainda te aguarde.

Quem fosse outro mago, na noite marchando,
seguindo uma estrela, sem onde nem quando!

(Cerdido, dezembro de 1993)

Ao belém de Begonte

Seguindo o caminho
 que leva a Belém,
 nas terras do Minho
 passei umha ponte:
 a ponte encantada que vai ao além
 polos doces ares que correm Begonte.

Já nom tenho medo
 de andar sem sorriso:
 seja tarde ou cedo,
 povoado ou monte,
 para o meu descanso sei de um paraíso
 que jaz escondido no antigo Begonte.

Já nom perdo o rumo
 nem ando cansado,
 e nom me consumo
 do longo horizonte:
 sinto um companheiro que vai ao meu lado
 pola estrada antiga que cruza Begonte.

Quem quer vir comigo
 para esta aventura?
 Nom cria perigo
 nem rugas na fronte.
 É a velha história, cheia de ternura,
 que cada dezembro revive em Begonte.

Seguindo o caminho
 que leva ao além,
 nas beiras do Minho
 achei umha fonte:
 a fonte encantada de um novo Belém
 que, como num sonho, rebule em Begonte.

(Natal 1992)

DOCUMENTAÇÃO E FORMAÇÃO

JORNADAS NACIONAIS SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA EM GUIMARÃES

Mais de 500 professores, na sua maioria do Ensino Secundário, participaram nas «Jornadas Nacionais sobre a língua portuguesa» em Guimarães, os dias 22 a 24 de Abril, organizadas pela Escola «Martins Sarmento», com o apoio da Universidade do Minho, do Círculo de Arte e Recreio e da Câmara Municipal.

Os temas dos debates foram abordados por várias mesas-redondas, sendo de salientar a presença nelas dos vários países lusófonos, bem como da diáspora, incluindo elementos provenientes do Oriente (desde Macau à Austrália) sem faltarem representantes de Timor-Leste, que mereceram umha grande ovação com solidariedade. Os títulos dos debates centraram-se em «A emigração e a Língua Portuguesa - Uso e Ensino», «A língua e a Lusofo- nia», «Para uma política da Língua Portuguesa».

8

VOZ DA LÍNGUA

AS "JORNADAS NACIONAIS SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA" EM GUIMARÃES

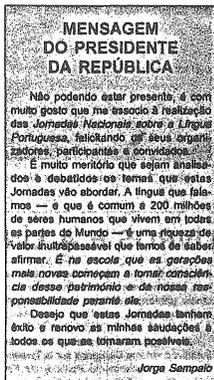
Com a participação entusiástica de mais de meio milhar de difusores da língua portuguesa, na sua maior parte professores do ensino básico, secundário e superior, mas também intelectuais, jornalistas e simples cidadãos provenientes de todo o país, dos países lusófonos e das comunidades migratórias, além da Galiza, tiveram lugar de 22 a 24 de Abril, na cidade de Guimarães, as «Jornadas» em defesa da nossa língua, organizadas pela Escola Martins Sarmento, com o apoio da Universidade do Minho, do Círculo de Arte e Recreio e da Câmara Municipal, a que a A.L.F.E. se juntou, estando representada pela sua Direcção. Os organizadores não puderam acolher mais de 300 outros pedidos de inscrição, por não caberem no largo auditório do pólo de Guimarães da Universidade do Minho.

Na sessão de encerramento, onde foi aprovada uma Resolução apresentada por José Augusto Seabra, em nome da A.L.F.E. e dos organizadores, no sentido de criar uma «Associação dos Cidadãos da Língua Portuguesa no Mundo», que organizará um congresso internacional da Língua em 1998 (ver caixa ao lado), estiveram presentes representantes do Governo Civil de Braga e da edilidade vimaranense, bem como do Ministério da Educação, cuja Secretária de Estado da Educação, e da Inovação, Ana Benavente, se fez representar pelo seu Adjunto, Jorge Lemos.

Os temas dos debates — «A Emigração e a Língua Portuguesa», «A Língua portuguesa — Uso e Ensino», «A língua e a Lusofo- nia», «Para uma Política da Língua Portuguesa» — foram abordados por várias mesas-redondas, sendo de salientar a presença nelas de intervenientes dos vários

países lusófonos, bem como da diáspora, incluindo elementos provenientes do Oriente, (desde Macau à Austrália) sem faltarem representantes de Timor-Leste, que mereceram uma grande ovação de solidariedade.

Nas diversas intervenções fez-se sentir uma grande preocupação quanto às



insuficiências das políticas nacionais e à ausência de uma autentica política internacional da língua, que deveria ter sido levada a cabo pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa, criado na reunião dos Chefes de Estado lusófonos no Maranhão, em 1989, sendo manifestada a esperança de que a instituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, actualmente impulsionada pelo Governo português e pelos dirigentes dos países lusófonos, venha a dar a essa política a prioridade das prioridades.

Os representantes da A.L.F.E. presentes, José Augusto Seabra, José Machado e João Heitor, puseram nas suas intervenções, muito bem acolhidas e aplaudidas, o acento tónico no sentido de as comunidades portuguesas emigradas serem apoiadas na sua luta pelo direito à língua. A criação de associações homogêneas em outros espaços geoculturais foi considerada importante, na perspectiva de uma univer-

RESOLUÇÃO *

Os participantes e organizadores das Jornadas Nacionais sobre a Língua Portuguesa, que teve lugar em Guimarães de 22 a 24 de Abril de 1995, em defesa do nosso idioma como pátria comum reivindicam e afirmam a sua qualidade de cidadãos da língua, enquanto expressão de pertença a uma comunidade plural de civilizações e culturas em diálogo, num horizonte universalista.

Para prosseguir a luta pela irradiação nacional e internacional da língua portuguesa, através de um movimento cívico que mobilize activamente os falantes do idioma, quaisquer que sejam a sua nacionalidade e o país, a região ou o continente onde vivam e trabalhem, os participantes e organizadores destas jornadas decidem criar uma Associação dos Cidadãos da Língua Portuguesa no Mundo, aberta a todos os cidadãos da língua e a todas as associações em que estes estejam ou venham a estar organizados.

A pertença a essa Associação será identificada emblematicamente por um documento simbólico de cidadão da língua portuguesa, que facilitará o contacto entre os seus membros e estimulará a sua solidariedade mútua, independentemente da respectiva nacionalidade.

A Associação dos Cidadãos da Língua Portuguesa no Mundo organizará um Congresso em defesa da Língua Portuguesa, a realizar se possível em 1998, em que poderão participar todos os seus membros e todas as associações que lutam pela causa do Português e dos povos e culturas de língua portuguesa.

Guimarães, 24 de Abril de 1996

* Apresentada por José Augusto Seabra e aprovada por aclamação na sessão de encerramento das Jornadas.

VOZ DA LÍNGUA
ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS LUSOFALANTES
NA EUROPA (A.L.F.E.) — Trimestral

Número avulso: 10 FF
Assinatura anual (4 números): 30 FF

Responsável pela publicação:
Direcção da A.L.F.E.

Sede:
Casa do Portugal
620, rue Mansuet, 78370 Plaisir
França
Tel: (1)30552206
Fax: (1)30552206

Composição e impressão:
Imprensa Portuguesa — Porto

Tratagem: 2000 ass

Dépósito legal: 101000/95

salização efectiva da Associação dos Cidadãos da Língua Portuguesa no Mundo. Houve mesmo quem propusesse — o que mereceu efusivo acolhimento — a atribuição a todos os lusofalantes de um "bilhete de identidade de cidadão da língua portuguesa" a título simbólico.

Estas Jornadas foram pois a prova de que está em marcha um vasto movimento cívico de defesa da língua portuguesa nos países lusófonos e no mundo.

A GALIZA estivo representada pola Professora Doutora Maria do Carmo Henriques Salido, Catedrática da Universidade de Vigo e Presidenta da Asociación Galega da Língua e o Professor Doutor José Luís Rodríguez, Catedrático da Universidade de Santiago, quem proferírom duas conferencias, centradas na situación presente e futura da língua portuguesa na Galiza.

O Professor Doutor José Augusto Seabra apresentou umha Resolución que foi aprovada por aclamação na sessão de encerramento das Jornadas. Em dita RESOLUÇÃO reivindica-se e afirma-se a qualidade de *cidadãos da língua*, enquanto expressom de pertença a umha comunidade plural de civilizações e culturas em diálogo, num horizonte universalista.

O Presidente da República enviou umha mensagem.

Reproduzimos fac-similarmente a informação aparecida no Boletim «VOZ DA LÍNGUA», onde os nossos leitores podem achar mais informação sobre estes actos.



PROPOSIÇÃO NOM DE LEI DO BNG RELATIVA À INCLUSOM DA LÍNGUA E LITERATURA GALEGA NOS ESTUDOS DE FILOLOGIA DA UNED

O 13 de Junho de 1996 tinha entrada no Congresso dos Deputados umha Proposição nom de Lei assinada polo Deputado do BNG, D. Francisco Rodríguez, e a Deputada de Esquerda Republicana de Catalunha, D. Pilar Rahola, para que através do Secretário de Estado de Universidades, proponha à Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED), a inclusom da língua e literatura galegas como disciplina dentro dos actuais estudos de Filologia Hispánica.

Na exposição de motivos salienta-se que o galego é umha língua co-oficial na Comunidade Autónoma da Galiza com o castelhano, é, pois um idioma social e politicamente vivo. Fai-se fincapé em que pertence *ao sistema lingüístico galego-português*, um dos românicos mais importantes polo número de falantes —mais de 250 milhons—. Considera-se inexplicável que a UNED inclua nos estudos de Filologia Hispánica, como disciplinas optativas, as línguas e literaturas basca e catalá, e exclua a galega.

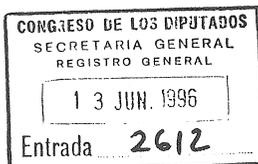
Reproduzimos os documentos com data de Registro no Congresso dos Deputados de Madrid.

Ao mesmo tempo o GRUPO ADIANTE de Madrid distribuía um MANIFESTO POLA INCLUSOM DO ESTUDO DA LÍNGUA GALEGA NO CURSO DE FILOLOGIA HISPÁNICA DA UNED, no verao de 1996, «Manifesto» que com as mais de 50 assinaturas foi remetido o Reitor da UNED em Julho, para apoiar a iniciativa e denunciar a situação de discriminação que inexplicavelmente está a sofrer a língua Galego-Portuguesa nos estudos de Filologia Hispánica.

Juntam-se cópias dos escritos do GRUPO ADIANTE, para melhor informação dos nossos leitores.



Congreso de los Diputados



Francisco Rodríguez Sánchez
DEPUTADO POR A CORUÑA

A LA MESA DEL CONGRESO DE LOS DIPUTADOS

FRANCISCO RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, Diputado del Bloque Nacionalista Galego, integrado en el Grupo Parlamentario Mixto, al amparo de los dispuesto en el artículo 193 y ss. del vigente Reglamento de la Cámara, presenta la siguiente PROPOSICIÓN NO DE LEY, relativa a la inclusión de la lengua y literatura gallega en los estudios de Filología de la UNED.

EXPOSICIÓN DE MOTIVOS

Según la Constitución Española (artículo 3) "la riqueza de las distintas modalidades lingüísticas de España es un patrimonio cultural que será objeto de especial respeto y protección".

El gallego es una lengua cooficial en la Comunidad Autónoma con el castellano, al amparo del artículo 3 de la Constitución y conforme a un Estatuto de Autonomía que la reconoce como lengua propia de Galiza. Es pues, un idioma social y políticamente vivo.

Pertenece al sistema lingüístico gallego-portugués, uno de los románicos más importantes por el número de hablantes. El gallego goza de una interesante literatura, es vehículo de cultura y objeto de estudio, en todos los niveles de enseñanza dentro de Galicia, y en muchas Universidades del Estado Español y del mundo.

Resulta, pues, inexplicable que la "Universidad Nacional de Educación a Distancia" (UNED) incluya, en los estudios de Filología Hispánica, como disciplinas optativas, las lenguas y literaturas vasca y catalana, y excluya a la gallega. Esta exclusión es mucho más sintomática en una Universidad de ámbito estatal que debía ser especialmente rigurosa y objetiva a la hora de contemplar la diversidad cultural y lingüística de las sociedades que componen el Estado.



Congreso de los Diputados

Francisco Rodríguez Sánchez
DEPUTADO POR A CORUÑA

PROPOSICIÓN NO DE LEY

El Congreso de los Diputados insta al Gobierno Español-Ministerio de Educación y Cultura para que, a través del Secretario de Estado de Universidades, proponga a la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), la inclusión de la lengua y literatura gallega como disciplina dentro de los actuales estudios de Filología Hispánica.

13 de junio de 1996

Francisco Rodríguez Sánchez

Francisco Rodríguez Sánchez
Diputado por A Coruña (BNG)

Pilar Rahola i Martínez
Portavoz Grupo Mixto (ERC)

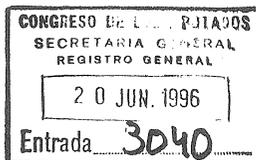
APRESENTADA UMHA PROPOSIÇOM NOM DE LEI NO CONGRESSO DOS DEPUTADOS EM APOIO E ADESOM À DECLARAÇOM UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS

O dia 20 de Junho de 1996 os deputados do Congresso D. Francisco Rodríguez (do BNG, Corunha), D. Pilar Rahola (da ERC, Barcelona), D. Begoña Lasagabaster (de EA, Gui-



Congreso de los Diputados

GRUPO MIXTO



A LA MESA DEL CONGRESO DE LOS DIPUTADOS

Los Diputados, Begoña Lasagabaster Olazabal (EA), Pilar Rahola i Martínez (ERC), Guillermo Vázquez Vázquez (BNG), y Francisco Rodríguez Sánchez (BNG), integrados en el Grupo Parlamentario Mixto, al amparo de lo establecido en el Reglamento de la Cámara, presentan al Gobierno la siguiente PROPOSICIÓN NO DE LEY, relativa a la asunción por el Gobierno de la Declaración Universal de derechos lingüísticos y apoyo a la creación de un organismo internacional de amparo de los mismos para su debate en COMISIÓN.

A comienzos de junio de este año se celebró en Barcelona una Conferencia Mundial de Derechos lingüísticos, promovida por el Comité de Traducciones y Derechos lingüísticos del Pen Club Internacional y el Centro Internacional, Escarré para las Minorías Étnicas y las Naciones-CIEMEN. Con la participación de personas y entidades de todos los Continentes, a lo largo de un proceso comenzado en septiembre de 1994, se elaboraron borradores sucesivos, por expertos de diversas disciplinas y campos de actuación, sobre una Declaración Universal de Derechos lingüísticos a debatir en una asamblea ampliamente representativa como fue la antedicha Conferencia. Doscientas veinte personas provenientes de 90 estados y de todos los Continentes, en representación de un centenar de organizaciones no gubernamentales, participaron en los debates y en la proclamación definitiva de la Declaración Universal de Derechos lingüísticos, del 6 al 9 de junio de 1996 en Barcelona. Se considera el comienzo de una nueva etapa que ha de culminar en una Convención Internacional de las Naciones Unidas, que dé peso mundial y cobertura moral y legal al reconocimiento de los derechos lingüísticos que recoge la Declaración de Barcelona.

La Declaración propone la creación del Consejo de las Lenguas en el seno de la ONU, así como la creación de un organismo de derecho internacional que debe amparar a las comunidades lingüísticas.



Congreso de los Diputados

GRUPO MIXTO

PROPOSICIÓN NO DE LEY

El Congreso de los Diputados insta al Gobierno a:

1. Expresar públicamente su adhesión a la Declaración Universal de Derechos Lingüísticos aprobada en la Conferencia Mundial de Derechos Lingüísticos, celebrada en Barcelona en junio de 1996.
2. Comprometerse a apoyar la propuesta de creación del Consejo de las Lenguas en el seno de la ONU y del Organismo de Derecho Internacional que debe amparar a las comunidades lingüísticas en los derechos reconocidos en la Declaración Universal de Derechos Lingüísticos.

20 de junio de 1996

Francisco Rodríguez Sánchez
Diputado por A Coruña (BNG)

Pílar Rahola i Martínez
Portavoz Grupo Mixto (ERC)

Begoña Lasagabaster Olazabal
Diputada por Guipúzcoa (EA)

Guillermo Vázquez Vázquez
Diputado por Pontevedra (BNG)

púscoa) e D. Guillermo Vázquez (do BNG, Ponte-Vedra) apresentavam no Registo umha Proposiçom nom de Lei, relativa a assunçom polo Governo da Declaraçom Universal de Direitos Lingüísticos e apoio à criaçom de um organismo internacional de amparo aos mesmos para o seu debate em COMISSOM.

No seu escrito, além de fazer referência à Conferência Mundial de Direitos Lingüísticos, celebrada em Barcelona em Junho, propunham a criaçom de um organismo de direito internacional que deve amparar as comunidades lingüísticas.

Reproduzimos o texto deste escrito.

SOBRE POLÍTICA E IDIOMA: AS TEIMAS DE MÉNDEZ FERRÍN

Em muitísimas ocasiões o Sr. Méndez Ferrín (sic) aproveita as suas colaborações nos jornais escritos em espanhol para desqualificar os postulados do Reintegracionismo com argumentações gratuitas que resultam fáceis de rebater, como fijo no seu dia o professor da Universidade de Corunha, Doutor Celso Álvarez Cáccamo. Com a clareza que o caracteriza e a coerência dos seus argumentos, desmascara os «oficialistas lingüísticos» que, como o Sr. Ferrín e outros de variadas ideologias políticas, som colaboradores habituais nos jornais escritos em espanhol, pois que aos reintegracionistas nom nos deixam.

Queremos salientar, embora os nossos leitores podem ver o texto íntegro de Álvarez Cáccamo, esse facto inquestionável: o Sr. Méndez Ferrín coexiste e está ao lado do Sr. Fraga Iribarne, isto é o poder, de quem recebe as migalhas que reparte com abundância entre os seus lacaios, os lacaios que escrevem a língua com «a livré dos escravos».

A resposta do Professor Álvarez Cáccamo foi inserida no jornal FARO DE VIGO, o dia 25 de Agosto de 1996, na secção de CARTAS AO DIRECTOR.

CARTAS

Sobre política e idioma: Em resposta a Méndez Ferrín

No seu artigo "Sobre o nacionalismo moderado" (FARO DE VIGO, 9-8-96, p. 2), Méndez Ferrín faz algumas afirmações sobre o reintegracionismo lingüístico e cultural (ambas baseadas implicitamente no que podemos chamar a "Equação Língua= Nação") que eu considero inexactas.

1) Ferrín afirma que os reintegracionistas procuram trocar a "Mãe Terrorífica" Espanha por um "Pai Benévolo" Portugal, como sintoma da sua incapacidade de assumirem a sua identidade galega. isto, em sentido geral, não é certo. Dentro do movimento reintegracionista que procura o achegamento ao mundo português, brasileiro, etc. de facto há posturas políticas diversas, mesmo apostas: haverá reintegracionistas independentistas, autonomistas, federalistas, portugueses, suponho que espanholistas, e mesmo anarquistas que não acreditam nas Pátrias nem na Pátria da Língua. Também dentro do oficialismo lingüístico coexiste Méndez Ferrín com Fraga Iribarne.

2) Ferrín afirma que o reintegracionismo supõe um "negamento" do idioma da Galiza, e uma "entrega" ao português. Isto, em sentido geral, tampouco é certo. Os idiomas podem-se ver e chamar de varias maneiras: "galego", "galego-português" ou "português da Galiza" (como "castelhano", "espanhol" ou "espanhol de México"). Os linguistas não são unânimes sobre isto (curiosamente, os políticos sim!). Nenhuma destas etiquetas implica necessariamente uma visão

postura política determinada, nem sequer uma postura lingüística determinada a respeito de como se deve escrever esse idioma. Um principio básico do reintegracionismo é que todos os idiomas se falam dum jeito e se escrevem doutro, isto é: que se pode falar galego escrito em ortografia unificada portuguesa.

3) Ferrín afirma que os reintegracionistas efectuam uma "autocastração" simbólica para "apaziguar(em) a ansiedade do colonizado" (e assim evitarem olhar-se no espelho da Identidade). A formulação psicologizante é bonita, más, em termos gerais, tampouco é evidente. Haverá quem se auto-castre. Para quem o faga (reintegracionista ou não!), ao melhor a operação libertatória não é tão prejudicial. Há muitas formas de resistir contra o Outro e o Um Mesmo.

Eu entendo que Ferrín aproveite o seu poder de heterodoxo consentido (como Noam Chomsky nos Estados Unidos), para dar lenha sobre problemas nacionais. Mesmo entendo que prefira FARO DE VIGO a "Nosa Terra" para suscitar o debate. Mas pessoalmente ja não sei a que estado de cousas beneficiam análises tão parciais e generalizações tão absolutas. Um facto, contudo, é significativo: oficialistas lingüísticos como Ferrín e outros de variadas ideologias políticas são colaboradores habituais nos jornais escritos em espanhol; aos reintegracionistas não nos deixam.

■ Celso Alvarez Cáccamo. Coruña.

REINTEGRACIONISMO EM CHANTADA

Nos meses de Dezembro e Janeiro desenvolveu-se na vila de Chantada um *Curso de Português*, organizado pola «Associação Cineclub OS PAPEIROS». Esta associação, de sete anos de vida e presidida na actualidade por José Carlos Garcia Freire, recebe o seu nome de umha velha tradição existente nas ribeiras do Minho das terras de Chantada e Lemos: durante as tarefas agrícolas há um intercâmbio de gritos entre os habitantes de ambos os lados, que sempre mantiveram umha considerável rivalidade. Os de Chantada som conhecidos como «PAPEIROS», enquanto que os de Lemos recebem a alcunha de «RABUDOS».

OS PAPEIROS, apesar de nom ser umha agrupación lingüística, tem evidenciado ao longo destes anos as suas simpatias reintegracionistas, com a organización, no ano 1995, de um *Mês de Música Portuguesa e Lusófona* e um *Ciclo de Cinema Clássico Português*. No presente ano colabora na distribución dos auto-colantes GZ (GALIZA) para carros, iniciada polo Boletim GRALHA, com o intuito de restaurar o topónimo GALIZA, no quadro de umha ampla campaña do MDL. Tem previsto realizar, também, umha exposição fotográfica sobre Portugal no mês de Abril e um encontro cultural com a vila de Monção no mês de Agosto do ano 1997.

O seu Boletim (sic) de Cinema costuma incluir artigos em português.

A través de un curso que impartirá Jesús Sánchez

Os Papeiros dedicarán una semana a difundir la lengua portuguesa

El cine club Os Papeiros de Chantada, mantendrá su actividad la próxima semana con la celebración de un cursillo de portugués. De este modo, el colectivo pretende dar continuidad a las jornadas de acercamiento a la cultura portuguesa iniciadas el año pasado con la divulgación de cine y música.

CHANTADA
Corresponsal

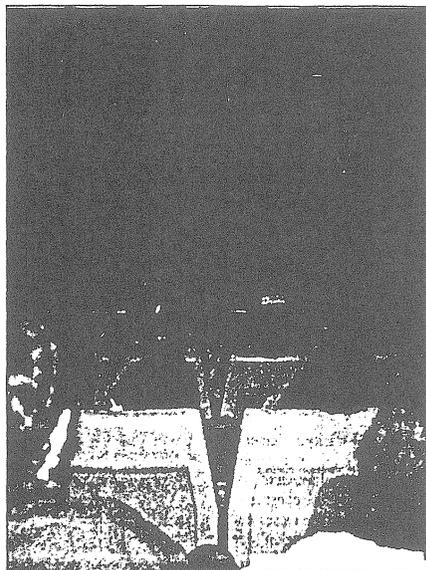
Cuando todavía no han finalizado las jornadas de cine medioambiental, el cine club Os Papeiros de Chantada anuncia la celebración de un mini curso de lengua portuguesa a cargo del profesor Jesús Sánchez Sobrado. Será impartido durante cinco tardes con una duración de tres horas por sesión. La presentación será el lunes 23 a las cuatro y el inicio efectivo el día seis a la misma hora.

De este modo, el cine club vuelve a retomar las jornadas organizadas el año pasado en la que puso en marcha una biblioteca exclusivamente de producción lusa, además del pase de cuatro películas. El curso

programado por el colectivo constará de tres partes. En la primera será repasado el problema de las tres normativas; en la segunda será abordada una parte teórica para dar parte a la final y más densa, ya sobre la gramática del portugués.

El grupo pretende que el cursillo sea ameno, para lo que aportarán cómics, cintas de vídeo y audio «en un ambiente distendido e co afán de quitar preuixios e saber en poucas horas máis sobre unha lingua na que falan como nós só que con outro acento».

El cine club pretende con la organización del curso reivindicar las similitudes entre las culturas gallega y portuguesa subrayando el carácter reivindicativo: «o que pedimos e que poidamos ler libros, xornais, a



El colectivo cierra hoy las jornadas de video medioambiental

televisión portuguesa e non ter esa muralla invisible que fai que vivamos de costas dos países cunha mesma cultura».

Hasta el inicio del curso. Os Papeiros seguirán en Monforte y Chantada con las jornadas de cine y medioambiente que finalizan precisamente hoy con la proyección de la misma cin-

ta en los dos auditorios: la Casa de Cultura y la Casa da Xuventude. Se trata de la película *Babe, el cerdito valiente*, cuyo pase comenzará a las seis de la tarde. Previamente se celebrará un breve taller destinado a mostrar a los más pequeños la construcción de caja nido.

O curso de Língua e Cultura Galego-Portuguesa, acima referido, estruturou-se em três blocos:

- 1) Portugal e o português no pensamento galego ao longo da história.
- 2) O movemento reintegracionista na actualidade.
- 3) Breve introduçom à escrita correcta do Galego-Português.

Textos de Castelao, Biqueira, Vilar Ponte, Carvalho Calero, Montero Santalha, Henriques Salido, Rodrigues Lapa ou Gil Hernández, assim como música portuguesa ou brasileira serviram para introducir os asistentes nos problemas da língua da Galiza e na sua escrita dignificada.

O curso foi ministrado polo Professor Jesús Sanches Sobrado, membro da AGAL, de condiçom, ao mesmo tempo, «rabuda» e «papeira» e vizinho daquela vila da Ribeira Sacra.

O jornal «LA VOZ DE GALICIA», nas páginas locais de Chantada recolheu informaçom que reproducimos.



A COMISSOM DE TOPONÍMIA DECIDE NOM PROPOR O TOPÓNIMO OGROBE

Nos primeiros dias de Janeiro de 1997, após da inicitiva promovida por cidados e colectivos culturais da vila d'OGROBE, a «consellería» decidiu nom mudar o nome do topóni-

FARO DE VIGO Viernes, 3 de enero de 1997

El alcalde asegura que estaba convencido de que pasaría a ser "Ogrobe" u "Ogrove"

Galiñanes recibe con sorpresa el rechazo de la Xunta a cambiar la grafía de O Grove

La decisión de la Comisión de Toponimia de no modificar la forma actual del nombre de O Grove ha sorprendido a los representantes del gobierno municipal, que estaban convencidos de que la Xunta de Galicia dictaminaría que el

nuevo topónimo oficial pasase a ser "Ogrobe" u "Ogrove", tal y como aparece escrito en numerosos documentos históricos de la Iglesia de Santiago de Compostela, fechados entre los siglos X y XII.

X. MELCHOR
OGROBE

El alcalde de O Grove, José Antonio Galiñanes, estaba convencido de que la grafía oficial de la villa pasaría a ser "Ogrobe" u "Ogrove", por lo que el informe redactado por la Xunta de Galicia en el que descarta cualquier modificación en la forma del nombre del municipio le ha sorprendido tanto como al colectivo ciudadano que redactó la solicitud para que se revisase el topónimo.

Aunque el regidor quiere evitar abrir una polémica con la Co-

misión de Toponimia, asegura que todos los expertos que había consultado sobre el topónimo del municipio se habían manifestado partidarios de recuperar su forma original, que es "Ogrobe" u "Ogrove", tal y como aparece en numerosos documentos de la Iglesia de Santiago de Compostela fechados entre los años 911 (siglo X) y 1173 (siglo XII).

"A decisión da Comisión de Toponimia sorprendeme, xa que polo que eu leín e polas consultas que fixen con expertos na materia estaba convencido de que o topónimo pasaría a escribirse sen o artigo, todo xunto e con be ou uve,

pero sorprendeme que siga como estaba", asegura José Antonio Galiñanes Mascato, alcalde socialista de O Grove.

El rechazo de la Xunta a modificar la forma oficial de O Grove contradice la tendencia de un gran número de ciudadanos del municipio que, con cada vez más frecuencia, utilizan las formas "Ogrobe" u "Ogrove".

Hoy en día son muchos los partidos políticos, asociaciones culturales y vecinales e incluso empresas privadas que escriben el topónimo de la villa sin el artículo inicial, que consideran una interferencia del castellano.

mo. No escrito remetido polos cidadaos baseavam os seus argumentos em textos de Abelardo Moralejo lasso, Eligio Rivas Quintas e Fernando Cabeza Quiles —como os nossos leitores podem ler na documentación que incluímos anexa—.

Na súa resposta a «Consellería da Presidencia e Administración Pública», tem em conta as consideracións da Comissom de Toponímia, que, mais unha vez, vai a documentos antigos que manipula, como é habitual nos seus relatórios.

Nom deixa de ser paradoxal que até o cronista do FARO DE VI-GO saliente que «hoje em dia som muitos os partidos políticos, asociacións culturais e vizinhais e até empresas privadas que escrivem o topónimo da vila sem o artigo inicial, que consideran unha interferência do castelhana».

Está claro que teremos que ser os cidadaos da Galiza os que levemos adiante o proceso de regeneraçom e dignificaçom da lingua do noso País. Informaçom como esta, som as que mais animam os reintegracionistas a seguir firmemente o camiño que nos deixárom os nosos devanceiros.

Reproduzimos, como é norma da revista, todos os documentos para maior informaçom dos nossos leitores.

A comisión de toponimia decidiu non modificar o topónimo 'O Grove'

REDACCION, O Grove

No informe técnico emitido por esta Comisión de Toponimia rexeitase a posibilidade de que o "O" inicial do topónimo O Grove proceda da posible cofusión na traducción ao castelán, partindo de "Ogrove" ou "Ogrobe" para chegar a "El Grove" e despois "O Grove", interpretando como artigo o que sería inicial de palabra. O informe afirma que a forma con "O" inicial é unha "simple reconstrucción arqueolóxica" e a grafía con "b" é "contrario á tradición escrita dende a Idade Media". Consideran, a pesar de existir moitos documentos anteriores ao século XII nos que aparece "Ogrove" e "Ogrobe", que "O Grove" é unha forma galega e non sufriu ningunha interferencia do castelán. Dise, tamén, que na tradición escrita galega figura sempre a deglutinación do primitivo "O" inicial, argumentando con exemplos do *Catálogo de voces y frases gallegas* do Padre Sarmiento e de *A gaita gallega* de X.M. Pintos. A aparición do artigo tería lugar, entón, no sistema lingüístico galego, e non como resultado do contacto co castelán.

O informe da Comisión de Toponimia da Xunta deixa as cousas como estaban ata agora, a pesar de que os partidarios das formas "Ogrove" ou "Ogrobe" sigan opinando que houbo unha mala traducción ao castelán nalgún momento da historia, e lle dean maior rigor ás formas que aparecen nos textos antigos como unha soa palabra.

Gonzalo García Besada, natural e veciño de O Grove, con domicilio na rúa Travesía de Peralto nº 2 - 2º esquerda e D.N.I nº 76.858.537, en representación propia e dos abaixo asinantes, como mellor proceda,

EXPÓN:

No seu preámbulo, o Decreto 43/1984, do 23 de marzo, da Xunta de Galicia, polo que se regulan as funcións e a composición da Comisión de Toponimia, fala da:

[...] urxente tarefa de volver á súa forma enxebre a riqueza toponímica de Galicia, liberándoa de deturpacións ou desaxeitadas grafías impostas polo olvido, ou pola ignorancia, ou polo descoñecemento do noso patrimonio cultural e lingüístico.

Hoxe en día estase a dar en O Grove, dun xeito cada vez máis amplo e en ámbitos cada vez máis diversos -asociativos e individuais- o uso dunha grafía diferente do topónimo que dá nome ó noso Concello.

Adxunto a este escrito remítense unha chea de exemplos desta diferente utilización do topónimo, dende anuncios comerciais de particulares ata a revista do Instituto, pasando por cartas a periódicos, reportaxes de prensa, cartografía publicada e incluso páxinas de Internet. Un maior interese por aspectos culturais e a extensión do ensino medio e universitario están a crear un estado de opinión "culto" que avanza nesa dirección.

Cremos que esa grafía alternativa non se fundamenta en criterios gratuitos. Parece existir, polo contrario, unha base científica suficiente para preguntámonos se a forma empregada actualmente é acertada ou, como di o decreto, froito do olvido, da ignorancia ou do descoñecemento. Esta é a cuestión que se trata de resolver.

Son abundantes os traballos lingüísticos e os autores nos que se pode atopar esa base para cuestionar a forma actual do topónimo. Velaí por exemplo:

Desde luego, es evidente la evolución de Ocobre hasta Ogrove, forma final que después se ha interpretado como O Grove, cual si tuviera el artículo gallego, y castellanizada ha venido a ser El Grove.

(Abelardo Moralejo Lasso, en *Toponimia gallega y leonesa*)

[...] A maneira actual de escribilo desfigura a realidade de maneira que, de non termos antigas versións, sería imposible dar co seu verdadeiro principio, coma en moitos outros casos. Pode pasar o de poñer -b- ou -v- pero xebrar un *o*, para facer del un artigo é produto de escribentes que analizan a verba ó xeito vulgar, ou hiperenxebriño ignorante de quen cre que ó lle poñer artigo galego, xa todo se troca en venerable resío de galeguidade. O propio é Ogrobe ou, se se quere, Ogrove.

(Elixio Rivas Quintas, en *Ogrobe deica hoxe*. Conferencia pronunciada na Asociación Breogán de O Grove o 17 de maio de 1985)

A evolución do antigo *ocobre* ó actual O Grove explicase por unha metátese ou troco de posición do *r*, que daría *Ocrove* ou *Ogrove*, e pola formación do falso artigo *o* a partir do *o* da sílaba -ogro-, que facilitaría o actual O Grove, doadamente transformable en El Grove. ó se castellaniza-lo topónimo, como sucedeu no tamén falso La Bacolla, por Lavacolla.

(Fernando Cabeza Quiles, en *Os nomes de lugar. Topónimos de Galicia: a súa orixe e significado*)

Moitos deses casos se teñen producido en Galicia. Lembremos tamén, por proximidade, o relativo ó concello pontevedrés de Agolada -*Aquam Latam*-, antes A Golada ou La Golada.

A cuestión lingüística de fondo radica en comprobar se é acertado dividir o topónimo, convertendo en artigo o que tal vez debería ser parte indivisible dun único substantivo. En todo caso, saibamos se estamos respectando o patrimonio recibido dos antepasados: o nome que se lle deu a este lugar, e o seu significado.

En cuestións de lingua é conveniente que a acción política estea de acordo co coñecemento científico. Parécenos chegado o momento, polo tanto, de aclarar esta cuestión racionalmente e tratar de evitar unha inútil polarización sobre un tema de interese común, como mostran os escritos de apoio que se engaden a esta solicitude, por parte de representantes de profesións e actividades diversas do concello de O Grove.

A institución que legal e propiamente debe asesorar as corporacións locais nestes temas é a Xunta de Galicia:

O Goberno Galego asumirá a dirección técnica e o seguimento do proceso de normalización da lingua galega; asesorará á Administración e ós particulares, e coordinará os servizos encamiñados a conseguí-los obxectivos da presente Lei.

(Artigo 22 da Lei 3/1983, de 15 de xuño, de Normalización Lingüística)

Por todo o exposto, os abaixo asinantes,

SOLICITAN:

da Corporación Municipal deste Concello, a petición á Xunta de Galicia, por acordo plenario, dun dictame técnico que determine a forma ortográfica máis correcta para o topónimo O Grove.

En O Grove, a vinte de setembro de 1996.

Asdo.: GONZALO GARCÍA BESADA
D.N.I. nº 76.858.537

JOÁN FUENTES CASTRO
D.N.I. nº 33.104.773

MIGUEL ANGEL PÉREZ GARCÍA
D.N.I. nº 33.237.621

FRANCISCO JOSE FRESCO GONZÁLEZ
D.N.I. nº 35.439.709

JOSÉ M^a MOURELOS MUÑIZ
D.N.I. nº 35.420.333

ANTONIO MAQUIEIRA BLANCO
D.N.I. nº 35.394.196

JOSÉ ANTONIO CACABELOS IGLESIAS
D.N.I. nº 35.387.455

SR. ALCALDE-PRESIDENTE DO ILTMO. CONCELLO DE O GROVE



XUNTA DE GALICIA

Consellería da Presidencia e
Administración Pública

Secretaría Xeral

ULTMO. CONCELLO O GROVE	
ENTRADA N.º	DATA
6042	
DATA 27 DIC. 1996	

REXISTRO XERAL DA XUNTA DE GALICIA CONSELLERÍA DA PRESIDENCIA E ADMÓN. PÚBLICA	
19 DEC 1996	
N.º 3107	SAÍDA

En contestación ó seu escrito de data 30 de setembro de 1996 (registro de entrada 45.127, do 3 de outubro) no que solicita da Comisión de Toponimia da Xunta de Galicia un dictame técnico que determine a forma ortográfica máis correcta para o topónimo O Grove, cúmpreme comunicarlle que o Pleno da Comisión de Toponimia, na súa reunión do día 12 de decembro do ano que corre, emitiu o seguinte dictame:

“Ante a solicitude presentada polo Concello do Grove acerca de cá debe se-la forma oficial do topónimo, o Pleno da Comisión de Toponimia, na súa reunión do día 12 de decembro de 1996, acorda ratifica-lo dictame emitido na súa reunión do día 24 de setembro de 1984, que deu lugar ó Decreto 146/1984, do 27 de setembro, polo que se determinan nomes oficiais de Concellos de Galicia nos que existen Notarías (DOG nº 192, do 5 de setembro de outubro de 1984), e fai, ademais, as seguintes

OBSERVACIÓNS:

- 1) A función da Comisión de Toponimia consiste na recuperación das formas galegas dos topónimos de Galicia, expurgándoas das deturpacións derivadas da interferencia do castelán, e non a reconstrución arqueolóxica das formas orixinarias.
- 2) A forma dictaminada, *O Grove*, que se corresponde coa viva na fala, é forma lexítima galega e non o resultado dunha interferencia deturpadora allea ó sistema lingüístico galego.

Breve historia do topónimo:

a) A documentación máis antiga, que se remonta a períodos anteriores á formación da lingua galega, mostra que a forma etimolóxica orixinaria era *Ocobre*.

Por exemplo, en documentos tomados de López Ferreiro, *Historia de la S.A.M. de Santiago*, Apéndices dos tomos II e III, atopamos:

- in insula ocobre* (ano 899) (II, 47)
- insulam ocobre* (ano 911) (II, 65)
- sanctum Vicentium de Ogobre* (ano 912) (II, 70)
- Ogoure* (ano 1109) (II, 210)
- Ogrove* (ano 1115) (III, 100)

b) Trátase dun exemplo máis de topónimo no que está presente o sufixo ou terminación *-(o)bre*, de orixe prelatina, estudiado entre outros por A. Moralejo Lasso («Sobre los nombres toponímicos gallegos en *-obre* y sus afines», 1952, recollido posteriormente en 1977 en *Toponimia Gallega y Leonesa*, Ed. Pico Sacro, Santiago, pp. 49-84).





XUNTA DE GALICIA

Consellería da Presidencia e
Administración Pública

Secretaría Xeral

e) No paso desde a forma primitiva OCOBRE ata a medieval (e actual) *O Grove* recoñécense tres fenómenos evolutivos:

c1- A sonorización do /k/ intervocálico (grafado c: OCOBRE), que pasa a /g/, fenómeno común na evolución fonética da lingua galega (coma no latín LACU > galego lago, etc.).

c2- A metátese regresiva do r da sílaba final. É tamén un fenómeno común o cambio de lugar dun r (coma en lat. SEMPER > gal. *sempre*, ou en formas dialectais ou populares *Crasto, probe* en lugar de *Castro, pobre*, etc.).

c3- A deglutinación do o- inicial interpretado como artigo (OGROVE > *O Grove*). É tamén fenómeno común na formación do léxico galego, idéntica á que se produciu, por exemplo, en EPISCOPU > antigo *obispo* > gal. actual (e portugués) *bispo*. Evidentemente, a identificación dun o- inicial como artigo é propia do sistema lingüístico galego e portugués; noutras linguas, o mesmo fenómeno afecta a distintos grafemas, dependendo da forma do artigo en cada idioma (por exemplo, en castelán acontece con algúns l- iniciais, como en lat. LECTORILE > medieval *latriil* > actual *atriil*, a partir dunha interpretación como *[l]atriil*). Na toponimia galega temos exemplos paralelos, como no lugar chamado *A Sionlla*, en Sigüeiro, preto de Santiago, que corresponde ó que nos textos dos primeiros séculos da nosa era aparece como ASSECONIA.

Destes tres fenómenos, os dous primeiros producíronse en época prerromance, é dicir, no período de formación da lingua galega. O terceiro é medieval, e produciuse dentro do propio galego (dado que esixe a existencia da forma o como artigo). Na documentación galega medieval xa é común a forma sen o O- inicial. Algúns exemplos tomados da documentación antiga:

-«*P. Moogo de Grove*» (doc. do mosteiro da Armenteira, ano 1248, nº 43, recollido en Ermelindo PORTELA SILVA, *La colonización cisterciense de Galicia*, Universidade de Santiago de Compostela, 1981, p. 191),

-«*Pedro Perez do Villar do Grove*» (ano 1322, recollido en Clarinda de AZEVEDO MAIA, *História do Galego-Português*, Inic, Coimbra, 1986, nº 129, p., 231),

-«*San Martiño do Grove*», «*San Viçenço do Grove*», en documentos de 1399-1445, recollidos na colección titulada *O tumbo vermello de Lope de Mendoza*, Ed. de Ángel RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Cuadernos de Estudios Gallegos, anexo XXIII, Santiago, 1995, etc.

Cando na documentación antiga se fai referencia ás dúas freguesías de San Martiño e San Vicenzo do Grove, aparecen grafadas como «*dos Groves*». Así figura nos documentos do século XV do *Livro do concello de Pontevedra* (1431-1463), edición de Ángel Rodríguez González, Museo de Pontevedra, 1989.

Na tradición escrita galega figura sempre esta deglutinación do primitivo o- inicial. Desde o século XVIII atopámolo así en Sarmiento, *Catálogo de voces y frases*





XUNTA DE GALICIA

Consellería da Presidencia e
Administración Pública

Secretaría Xeral

gallegas (fol 190 r, p. 405); en X. M. Pintos, *A Gaita Gallega* (1853, p. 156), etc., igual ca no resto dos textos galegos dos séculos XIX e XX.

A tradición escrita castelá acomodouse a esta segmentación, e así atopamos sempre *El Grove* ou simplemente *Grove*. Insistimos unha vez máis en que esta segmentación tivo lugar dentro do sistema lingüístico galego, pois só desde o galego puido ser interpretado como artigo un *o-* inicial.

A cartografía histórica (galega, española e internacional) reproduce sempre esta segmentación e atopámo-lo topónimo sempre con G- inicial. Así no mapa de 1598 «Descripción de Reyno de Galicia»; no «Gallaecia Regnum» de 1600; no «Reyno de Galicia y de Leon» de 1600; no «Gallicia, Legio et Asturias» de 1606; no «Descriptio Gallaeciae et Asturiae in Hispania» de 1606; no «Gallicia / Leucae Hispanicae» de 1632; no «Gallaecia Regnum descripta a F. Fer. Ojea» de 1634; en «Les Etats de la Couronne de Castille dans les Parties plus septentrionales de l'Espagne» de 1652; «Des Königreichs Gallicien Südlicher Theil.» de 1730; no «Mapa del Reino de Galicia» de Tomás López (1816), na «Carta Geométrica de Galicia» de Domingo Fontán (publicada en 1845), etc.

O nome das parroquias e do concello do Grove non constitúen un topónimo único, senón que teñen formas idénticas noutros lugares do territorio de Galicia e de Portugal. Ademais doutros lugares galegos chamados *O Grove* (por exemplo, o do concello de Pontedeume, estudiado por I. Millán González-Pardo, 1987), queremos chamar aquí a atención sobre os lugares portugueses procedentes do mesmo étimo, na lingua antiga e actual, denominados e grafados en portugués como *O Grove*. Nestes, naturalmente, non se pode pensar nunha interferencia do castelán: por exemplo, *O Grove*, freguesía de Fontoura, concello de Valença do Minho.

Ademais dos fenómenos fonéticos (sonorización do *-k-* intervocálico, metátese de morfolóxicos (segmentación do *o* inicial) examinados, semella estar suxeito a controversia un cuarto detalle de carácter gráfico: o relativo á escrita con *v* ou con *b*. Nestes casos, o criterio da Comisión de Toponimia é o seguinte:

-Cando se trata de voces que coinciden con formas existentes no léxico común da lingua, acomódase á ortografía do galego común.

-Cando se trata de voces exclusivas da toponimia, sen correlato no léxico común, o criterio é atender por unha banda ás razóns etimolóxicas (segundo a forma primitiva orixinaria) e por outra á tradición escrita consolidada. Cando a etimoloxía e a tradición escrita non son coincidentes, dáselle preferencia á segunda sempre e cando a grafía tradicional non responda á interferencia do castelán. Por exemplo, o nome do concello lugués do *Saviñao* procede dun derivado *Sabiniano* formado a partir do nome persoal *Sabinus*, pero a tradición escrita consolidou a grafía con *v* desde a Idade Media; e dado





XUNTA DE GALICIA

Consellería da Presidencia e
Administración Pública

Secretaría Xeral

que escribilo con *v* non é consecuencia de ningunha deturpación castelanizante, mantívose *O Saviñao* como denominación oficial do concello.

No noso topónimo, na tradición máis antiga hai vacilación entre *b* e *v* (como sucede en xeral en moitos outros casos, dado que as dúas letras representan un mesmo fonema), pero desde hai polo menos tres séculos impúxose definitivamente a grafía con *v*, favorecida, posiblemente, pola falsa asociación do topónimo coa etnia prerromana dos *Grovii*, os *Grovios*, ou co substantivo común *groba*, que adoitaba escribirse con *v*.

CONCLUSIÓNS:

O Pleno da Comisión de Toponimia ratifica o dictame que defende a forma *O Grove* como denominación oficial do concello, e desbota outras posibles alternativas: a forma co *O-* inicial por ser unha simple reconstrución arqueolóxica (igual que se se reclamase a forma *Ocobre*), contradictoria coa forma actual e tradicional do topónimo; e rexéitase igualmente a forma con *b* por ser contraria á tradición escrita desde a Idade Media.”

O que lle comunico para o seu coñecemento.

Santiago de Compostela, 18 de decembro de 1996

O Secretario Xeral da Consellería da Presidencia e Admón. Pública e
Vicepresidente 1º da Comisión de Toponimia



Asdo. Pablo Figueroa Dorrego

Sr. Alcalde do Concello do Grove

A REVISTA AGÁLIA NA TVP

O dia 10 de Fevereiro fomos convocados a Porto para intervir na TVP, primeiro canal, no programa «Praça da Alegria», conduzido por Luís Goucha, emitido de 11 a 13 da manhã. Trata eminentemente temas de tipo cultural e tem muita audiência. Puido-se comprovar pola gente que nos seguiu, que ainda o outro dia nos comentavam o sucesso.

Como em todos os programas, há também momentos de música e de publicidade bastante bem conjugado, excepto um momento dedicado á cozinha que dura bastante tempo e permite aos assistentes saírem fora por um bocado. Desenvolve-se num decorado de umas casas polos lados, no centro um pátio, mesas com cadeiras para três pessoas e uma para o apresentador. Como se se tratasse de uma cafetaria. O condutor do programa desloca-se de uma mesa para outra quando o julga oportuno.

O nosso convite (David Araújo, Joaquim Reis e Isaac Alonso Estraviz) era para apresentar o «Forum de Amizade Galiza-Portugal» e falarmos do relacionamento linguístico e cultural de ambos os povos. Joaquim Reis falou do Forum e da sua finalidade, David Araújo aclarou um bocado o assunto e já começou a falar dos grupos reintegracionistas, nomeadamente da AGAL. Nesse momento eu dei-lhe um exemplar do último número da revista AGÁLIA que manteve diante das câmaras aproximadamente uns dez minutos. Entretanto falei eu do reintegracionismo, dos grupos existentes e de todo o labor que se está a levar a cabo na actualidade. Houve que explicar fenómenos que se deram em tempos de Franco e dos que se dão actualmente com Manuel Fraga Iribarne, que não é o que eles se imaginam ou a imagem que ele tenta transmitir a Portugal. Mentres se emitia o programa -era em directo- telefonaram de Lisboa falando de um encontro que ia ter lugar a meados de Março nessa cidade. Os esbirros de Fraga intentavam já manipular a problemática, pois ninguém dos que ali estávamos tinha a menor ideia dessa actividade.

Pessoalmente acho que foi muito interessante. Tivemos a nosso dispor 15 minutos, interrompidos pelo apresentador com perguntas que não tinham muito a ver com o que nós queríamos transmitir. Mas nesse tipo de programas tem de ser assim. Ainda que houvessemos querido expor mais polo miúdo toda a problemática, tendo em conta o poder da TV falou-se bastante para que os portugueses de lés a lés tenham uma ideia do que se está a passar nos nossos lares e todos tiveram a possibilidade de verem uma das publicações mais importantes do reintegracionismo. Além disso esse número estava dedicado á problemática transfronteiriça entre a Galiza e Portugal.

Depois o programa continuou o seu curso normal. Houve um momento no que uns meses apresentaram um livro de jogos populares levados á prática por alunos da sua escola. Os rapazes, ou porque estavam nervosos ou porque não estavam muito habituados, caíram alguns ao chão. Afinal do mesmo, Goucha perguntou-me se de criança eu tinha feito esse tipo de jogos. Respondim que sim. Então ele perguntou-me por que não intervinhera no jogo (ele e outro sim o fizeram). Eu contestei-lhe que temia que acontecesse algo similar. Foi o momento no que dirigindo-se a mim me pediu de o fazermos entre ele, Reis e outro senhor. Eu tirei o casaco, dei um pulo e caí acima de Reis, depois outro e caí acima de Goucha ao que fiquei fortemente agarrado. As gargalhadas foram bastantes. O apresentador levava a mão ao ombro direito. Ao olhar para mim, sorri e perguntei se se magoara. Ele respondeu: «Não, é que levamos a Galiza ás costas, ou melhor dito, nas costas». Ao final do programa saudamo-nos, dei-lhe a uma jovem escritora da Portela (ao lado do aeroporto lisboeta) dois exemplares de A GRALHA que também esteve presente no programa acima da mesa na que se debatia a problemática galega.

Por muito que nos queiram fazer ver, nunca Portugal e a Galiza estiveram tanto em contacto. Em tempos da revista NÓS foram poucos os que pisaram Portugal e houve portugueses que nunca cá estiveram. São cinco já os Congressos da Língua Galego-Portuguesa na Galiza organizados por AGAL, dos quais estão publicados quatro grossos volumes, nos que têm participado as pessoas que quiseram e onde está exposta toda a problemática. Os desconhecimentos pode havê-los, mas não é por culpa nossa. Devemos continuar a sear, semear e não nos preocupar muito polos resultados imediatos.

Apesar de que os organismos portugueses se deixam, às vezes, embaucar pelo governo galego e polos grupos que apoiam essa política cultural, também é certo que cada dia são mais os galegos reintegracionistas que são chamados a universidades portuguesas. São frequentes os intercâmbios culturais entre alunos de Secundária. Está-se a criar um clima cada vez mais fluido, que terminará por dar o seu fruto.

A caminhada há de ser talvez lenta, mas devemos ter fé no futuro. Na actualidade estamos a dar uma imagem bastante estranha para um português: somos demasiados grupos e cada grupo actua pola sua conta, o que não favorece a nossa causa. Além disso, houve problemas demasiado graves ainda há pouco. As dúvidas continuam. Quando funcionava a revista **O ENSINO** e outras publicações similares colaborava já bastante gente portuguesa disposta a partilhar tudo. Personalismos individualistas e manipuladores levaram tudo a um fracasso total. E por cima ainda houve quem se dedicou a falar mal de pessoas reintegracionistas individual e colectivamente. É lógico, pois, que os portugueses estejam de volta e desconfiem. Os que pensam que eles, e só eles, têm a razão são tão maus para a causa como os isolacionistas do ILG ou do próprio Fraga Iribarne.

Se realmente queremos que a nossa causa triunfe é preciso um bocadinho de humildade, deixar de lado individualismos e personalismos que a nada conduzem, não falar dos outros, nem alcinhá-los de nada, pois isso para o único que vale é para ajudar o opressor a que continue no seu labor. Ainda menos querer ir polo mundo gabando-se de esquerdas ou direitas, pois toda língua, gostemos ou não, não pertence a nenhum grupo concreto e é empregue por todos os cidadãos onde ela tem a sua morada. Nós temos que aproveitar todas as oportunidades que se nos ofereçam, venham de onde vierem, conservando a nossa dignidade e deixando ver claro que o reintegracionismo está por cima de ideologias, de patriotismos ou localismos.



REJEITADA UMHA EMENDA NO IX CONGRESSO DA UNIOM DO POBO GALEGO (U.P.G.)

Os dias 22 e 23 de Fevereiro de 1997, celebrava-se na cidade de Lugo o «IX CONGRESSO DA U.P.G.», congresso em que foi debatida umha emenda que fora aprovada na assembleia comarcal de Compostela pois tinha alcançado o 20% dos votos para poder passar ao plenário.

No pleno dita emenda foi rejeitada por esmagadora maioria, após tido participado na defesa da proposta triunfadora o Deputado do Parlamento espanhol, Francisco Rodríguez Sánchez.

Reproduzimos para os nossos leitores o texto literal da citada emenda:

«...IX Congresso da U.P.G. Fevereiro, 1997. Emenda à ponência «O conflicto ideolóxico-cultural e lingüístico».

Fica, entóm, evidente a importância que para o nacionalismo galego deve ter a luta permanente pola dignificação do nosso idioma, assim como a necessidade de manter umha actitude combativa nom apenas quanto ao seu uso oral e escrito, mas também quanto a preocupação polo seu aperfeiçoamento. Para cumprir de jeito adequado com estes objectivos é imprescindível o conhecimento da norma padróm, histórica ou culta, a fim de limpar o galego dos efeitos contaminantes do espanhol.

Em **coerência** com as razons expostas, todos os textos elaborados pola Unióm do Povo Galego deverão ser escritos na normativa reintegracionista de máximos a partir deste Congresso, por ser esta umha norma que nos reintegraria com a tradição e evolução tida pola nossa língua noutras áreas geográficas onde fora implantada (Portugal, Brasil, Países Africanos e Asiáticos).

Tendo presente que o partido tem de cumprir a sua função de vanguarda, quer a respeito da luta social quer noutros aspectos da actividade política e cultural, é preciso mais do que nunca dar um impulso que acabe com este estado de passividade que padecemos, evitando cair no mal caminho da acomodação ao sistema dominante».

A REVISTA AGÁLIA SUBSIDIADA POLA DIRECÇOM GERAL DO LIVRO E DA LEITURA

Um ano mais, a revista *Agália* tem sido umha das beneficiárias das ajudas que cada ano convoca o «Ministerio de Educación y Cultura» para promover aquelas revistas editadas por Empresas e Instituições sem finalidade lucrativa, editoras de publicações periódicas



MINISTERIO DE CULTURA

Subdirectora General del Libro
y la Lectura

Santiago Rusiñol, 8
28040 Madrid
Teléfono 536 88 60
536 07 59
Fax: 553 99 90

ASOCIACION GALEGA DA LINGUA
Enriquez, 1-15 B
32003 ORENSE

Fecha Madrid, a 5 de agosto de 1996

Estimados Sres.:

Con fecha 15 de Julio de 1996, se dictó la Orden del Ministerio de Educación y Cultura por la que se conceden, para el presente ejercicio económico, las "Ayudas a Empresas e Instituciones sin fines de lucro, editoras de publicaciones periódicas, no diarias, de pensamiento y/o cultura".

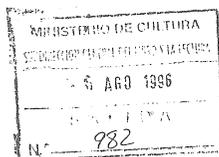
De conformidad con el punto Decimotercero 2 de la orden de 15 de enero de 1996 (BOE de 23), por la que se convocaron estas ayudas, le notifico que se le ha concedido una Subvención de 290.000 ptas. como ayuda a la difusión gratuita en bibliotecas, centros culturales, universidades, etc. de 100 suscripciones para los números de la revista *Agalia, Revista de Cultura Aragonesa* correspondientes a 1996, y declarados en la solicitud, que deberá enviar a los centros que se relacionan en Anexo III.

Le recuerdo que de conformidad con lo establecido en el punto Decimoquinto de la Orden mencionada, deberán presentar lo antes posible (hasta seis meses como máximo desde la presente notificación), en esta Subdirección General del Libro y la Lectura, los documentos que acrediten haber realizado la difusión gratuita de los diferentes números de la revista. Podrán aportar como justificación, alguno de los documentos que se señalan en Anexo I.

Por último, le comunico que según lo establecido en el punto Decimoquinto de la Orden de 15 de enero deberá aportar la justificación de las obligaciones tributarias y frente a la Seguridad Social, según Anexo II que se adjunta.

La Subdirectora General
del Libro y la Lectura,


Pilar Barrero García



cas, nom diárias, de pensamento e/ou cultura. No presente ano, a quantidade recebida foi inferior a do período anterior, como se pode ler no documento que juntamos anexo a esta informação.

Embora existam outras revistas na Galiza que recebêrom umhas quantidades muito superiores a nossa —sendo mesmo revistas de características temáticas, em certa medida, parecidas— para a Associação Galega da Língua, associação que nunca recebeu ajudas de nengumha das Conselharias da Junta de Galiza nos seus 16 anos de existência, constitui um acto positivo por parte do Governo do Estado que se reconheça, pola via de subsídios, os valores desta publicação periódica, que no momento presente, Março de 1997, vai iniciar os seus 13 anos de vida.

FOI-SE-NOS JOAN COROMINES

Como informamos nas páginas desta revista, o dia 2 de Janeiro falecia em Pineda de Mar, o Membro de Honra da nossa Associação, o Professor Doutor Joan Coromines.

Lamentamos esta perda para a Lingüística e Filologia Románicas e também para o Reintegracionismo.

Na Galiza, poucos artigos se publicárom mas sim muitos nos Países Cataláns. Nom obstante, o jornal «FARO DE VIGO» reproduzia um breve texto remitido pola Presidenta da Associação Galega da Língua.

Descanse em Paz, Joan Coromines!

Foise-nos Joan Coromines

Com a mesma discrição e modéstia com a que tinha vivido, e desde o seu exílio voluntário de Pineda de Mar, após ter dedicado quase toda a sua vida a investigar e trabalhar com rigor científico e honradez profissional no âmbito da Filologia, da Lingüística e, nomeadamente, da Etimologia Românica e Hispânica, foi-se-nos para o Além o Professor e membro de Honra da Associação Galega da Língua (AGAL) Joan Coromines. A língua e a cultura dos Países Cataláns e a língua e a cultura Galego-Portuguesa, tenham que estar de luto, pois perdem um dos investigadores e filólogos mais ilustres do século XX.

Era Joan Coromines um cientista, como ele se auto-qualificava, sinceramente cheio de boa vontade para todas as línguas hispánicas e fundamente entusiasta e preocupado das cousas da Galiza. Um catalán plenamente consciencializado pola sua única língua, o catalán, mas que estudava profundamente as outras línguas da Península Ibérica, até o euskara. Um catalán que tinha proclamado abertamente a sua profunda simpatia para o galego-português e a sua desconfiança para o castelhano, por ser unha língua que pretende devorar ás outras.

O Professor Joan Coromines como cientista, desde há mais de vinte anos, num artigo publicado no número 53 da revista *Grial* em 1976, tinha tomado partido no que diz respeito ao lugar que deve ocupar o galego, melhor o galego-português, no concerto das línguas románicas. E Joan Coromines tomara partido polo reintegracionismo, quer dizer, a tese que sustém que no Oeste da Península Ibérica também na actualidade existe unha única língua românica, un *continuum lingüístico* que nem as fronteiras políticas e nem os poderes

MARIA DO OARMO HENRIQUEZ

políticos conseguírom fragmentar. Joan Coromines, seguidor dos postulados e doutrina de Ramón Menéndez Pidal, sempre falará das três línguas románicas peninsulares: o Galego-Português, o Castelhanho e o Catalán que arranca desde mais acima do Principado de Catalunha, desce ao País Valenciano, passa ás Ilhas Baleares e se estende naturalmente por outros territórios do *Mare Nostrum*.

Por ser um cientista e um intelectual verdadeiramente importante viveu no exílio, após a guerra in-civil, e num exílio voluntário quer em Barcelona quer em Pineda, dedicado ao estudo e á investigação e nunca aceitou honras, prémios e medalhas que pudessem vir do Poder. Mesmo em 1989 mostrou-se fortemente crítico com o que naquela altura era o Ministro de Cultura do Estado Espanhol, o Sr. Jorge Semprún, por ter-lhe concedido o "Premio Nacional de las Letras". Numa carta —reproduzida no número 18 da revista *Agália* (1989:259)— dizia:

"...No puc deixar de fir-li que la satisfacción que aqueixa distinción em dóna va acompañada d'una profunda recañca. L'única nació, i l'única lengua meves, a les quals rendo incondicional homenatge son la nació i la lengua catalanes, i veig amb tristesa que l'Estat i el Govern que m'ho otorguen, encara neguen o regategen els drets que són deguts a totes dues. Considero intolerables alguns fets. Primer, que s'admetin en els Països Catalans, mestres i agents de policia i altres funcionaris sense acomplert coneixement de la nostra lengua. Segon. Que es regategi (...) el suport incondicional a l'oficialitat del català en el si de la Comunitat Europea, i dels seus programes d'ensenyament lingüístic. Tercer. Que magis-

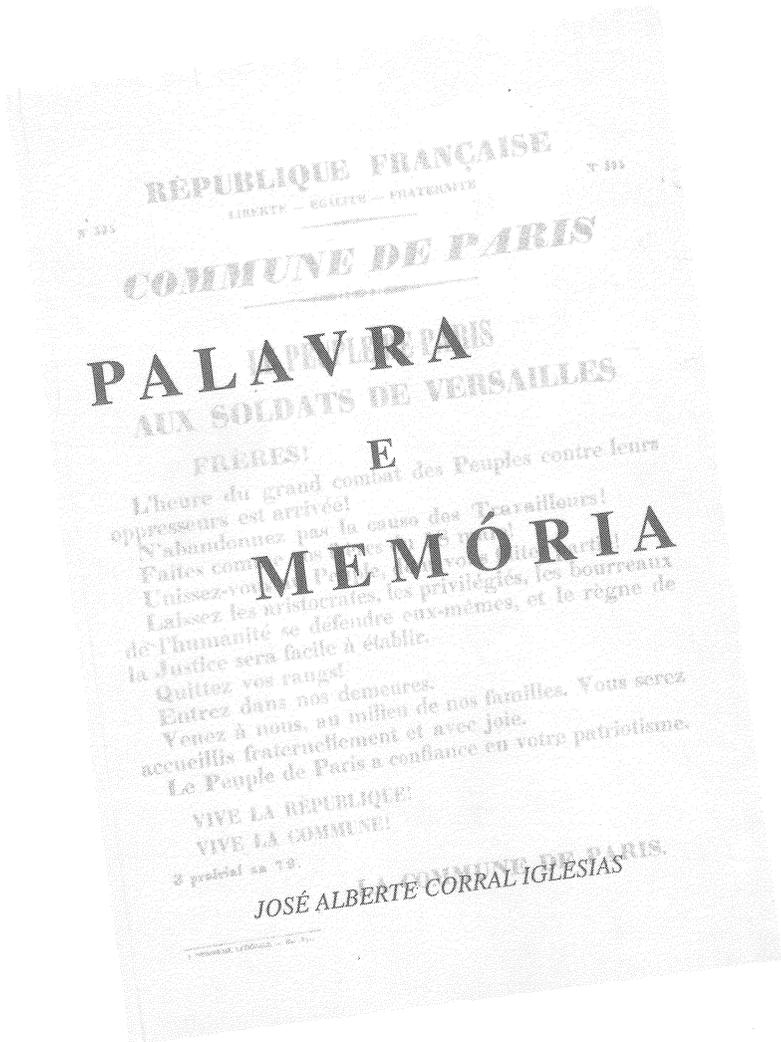
trats nomenats por l'Estat provin d'introduir una divisió en la unitat de la lengua literària i oficial catalana, preceptuant l'us d'ensenyament i textos en "lengua valenciana i no catalán"."

No passado mês de Novembro no "V Congreso internacional da língua Galego-Portuguesa na Galiza", organizado conjuntamente polo Departamento de Filologia Española, Teoría da Literatura e Lingüística Geral e a Associação Galega da Língua, celebrado na cidade de Vigo, rendemos homenagem ao velho Professor. Cientistas cataláns, bascos, galegos, brasileiros, portugueses e europeus estudamos os contributos do Joan Coromines no mundo da Lingüística e Filologia Hispânica e Românica... Á cidade de Vigo, á Universidade de Vigo, á Câmara Municipal de Vigo, e ao Auditório do Centro Cultural Caixavigo, cabelhes a honra de terem sido a única cidade da Galiza, a única universidade da Galiza, a única Câmara Municipal da Galiza, ao único Centro cultural de Galiza de ter-lhe rendido homenagem a um catalán verdadeiramente importante que nos deixou um exemplo de vida dedicada á investigação e á ciência com maiúsculas e um legado lingüístico e cultural para todos os cidadãos e todas as cidadáns que habitando na Península Ibérica defendemos que é possível viver só em catalán, só em euskara e só em galego-português.

Descanse em Paz, Joan Coromines. Desde a Galiza enviamos a nossa dor e a nossa profunda tristeza para todas as mulheres boas e generosas e para todos os homens de bem dos Países Cataláns, pola morte deste Catalán verdadeiramente importante.

*Presidenta da "Associaçiom Galega da Língua" e catedrática da Universidad de Vigo.

NOVIDADE



TRADUÇÃO E ANÁLISE CONTRASTIVA: TEORIA E APLICAÇÃO (*)

Óscar DIAZ FOUCHES

Ter ministrado cursos de Tradução na Universidade do Porto não é apresentação suficiente para o Professor Mário Vilela. Não é suficiente para o autor de um volume com as características do que resenhamos. Para esses efeitos, será necessário lembrar aos leitores que Mário Vilela é um especialista na divulgação de um dos modelos de formalização linguística que está a ter mais rendimento na Teoria da Tradução (nomeadamente no que diz respeito às aplicações informáticas), a Gramática de Valências. O Prof. Vilela é co-autor (com W. Busse) de um bom manual, *Gramática de Valências. Apresentação e Esboço de Aplicação ao Português* (Coimbra: Almedina, 1986), que continua a desenvolver em *Gramática de Valências. Teoria e Aplicação* (Coimbra: Almedina, 1992). Os especialistas em Ciências da Tradução reconheceram no livro do Prof. Vilela a autoria de um *linguista* (uma etiqueta com conotações nem sempre gratas), é dizer de um teórico que reserva um papel basilar para a Linguística nas Ciências da Tradução. Mesmo, na hipótese «forte», um teórico que considera a Tradução ela própria um ramo da Linguística Aplicada. Uma questão complexa, na que não desejamos demorar-nos aqui, que enfrenta ainda os estudiosos da(s) disciplina(s) translitológica(s).

O volume recolhe oito estudos, apenas dois deles estritamente inéditos (o quinto e o sexto). Os outros seis são contributos para congressos e publicações periódicas especializadas. Não podemos qualificar como homogéneo o volume, embora os trabalhos correspondam efectivamente com o lema de *Tradução e Análise Contrastiva*, e apesar das «Reflexões prévias» do autor que tentam harmonizar o conjunto. O evidente interesse dos contributos seleccionados não pode ocultar o facto de terem sido redigidos para propósitos diversos. Títulos como «Conhecer-saber: análise confrontativa português-francês» (cap. V., pp. 87-102) são habituais para uma comunicação a um congresso, mas dificilmente para um capítulo de um livro que não tenha, por sua vez, o título de *Análise confrontativa de verbos com predicados epistémicos* (embora o cap. V seja precisamente inédito, como adverte o autor nas «notas finais» da p. 167). Nem por isso *Tradução e Análise Contrastiva* deixa de ter grande interesse e, de facto, aproveitar material previamente elaborado para formar livros novos é uma prática académica habitual. Quiça o autor poderá surpreender-nos no futuro com algum monográfico mais homogéneo a propósito dos mesmos tópicos. O Professor Vilela pode fazê-lo quando quiser, com certeza.

(*) Mário Vilela, Lisboa: Caminho. 1994. ISBN 972-21-0964-2.

O primeiro dos artigos, «O conceito de tradução» analisa alguns dos *leit-motiv* da teoria da tradução a partir de textos de S. Jerónimo (*a Epistola a Pamáquio*), o *Leal Conselheiro* de D. Duarte e *Sendbrief vom Dolmetschen* de Lutero. O segundo, «Tradução e Análise Contrastiva com base em traduções de Victor Hugo» estuda a tradução portuguesa de *Les misérables*, visando uma primeira aproximação à análise contrastiva em diversos níveis (lexical, gramática, pragmático). O terceiro dos estudos, «A gramática nos dicionários de língua: o verbo *deixar*» focaliza num problema lexicográfico: o tratamento de uma forma verbal em dicionários semânticos e semântico-gramaticais. Também o trabalho que encerra o volume, «Caracterização do dicionário de *tradução* e suas funções» faz referência a questões lexicográficas. Concretamente, a (in)viabilidade dos dicionários plurilingues não terminológicos, a tipologia dos dicionários bilingues ou a apresentação da sua micro- e macro-estrutura. A tarefa meticulosa do Professor Vilela permite constatar dificuldades práticas, como a de apresentar as equivalências multilingues dos sintagmas idiosincráticos, ou mais gerais como a insuficiência metodológica da semântica contrastiva. Têm directamente a ver com Análise Contrastiva os capítulos IV, V, VI e VII («Contribuição para o estudo de LASSEN: DEIXAR, MANDAR/FAZER, SER POSSÍVEL», «CONHECER-SABER: análise confrontativa português-francês», «Contributo para a análise das construções Acl em ptg.-al. com VERBOS DE PERCEPÇÃO FÍSICA», «'Comparação' em português, francês e espanhol». Os três últimos são inscritos pelo autor no quadro teórico da gramática de valências, a que já fizemos referência. Deixemos falar o Prof. Vilela: «Por 'valência' entendemos a capacidade de o verbo abrir determinados lugares vazios para os elementos em que o elemento regente (o verbo) domina semântica e morfossintacticamente» (p. 104). Por outras palavras, é a valência de um verbo a que determina o número e a qualidade dos complementos deste. As aplicações para a tradução são evidentes: verbos equivalentes em línguas diferentes, a implicar estruturas sintácticas também diferentes, podem ter as mesmas valências. Infelizmente (e apesar das palavras do Prof. Vilela na apresentação do volume -v. as pp. 11-12), apenas os trabalhos V e VI utilizam claramente a teoria de valências. Os outros três artigos, situados todos eles (também o anterior) no nível das estruturas frásicas, são susceptíveis de serem classificados no quadro geral da análise contrastiva (ou «análise confrontativa», com a designação que recolhe o autor), com eventuais contributos interdisciplinares (como os elementos da semântica gerativa empregados em IV).

O trabalho do Professor Vilela, em síntese, original no contexto dos estudos de Tradução, faz pensar num (desejável) interesse no país irmão pela nova/velha disciplina. No entanto, a bibliografia que diz respeito às ciências translatórias em língua portuguesa continua a ser muito reduzida (mas não há mal que sempre dure).

GALEGOS E CRISTIÁNS (*)

Jaime M. GONZÁLEZ ORTEGA

O nacionalismo galego, se aspira a ser nacionalismo civilizado, tem que se desenvolver numha matriz social decididamente religiosa, porque decididamente religioso é o povo que pretende defender. Por que é ainda olhada com receio umha praxe galeguista desde umha perspectiva cristá? Nom basta com averiguar que há formas e formas de entender a religiom —e que existe umha experiéncia religiosa libertadora— e formas e formas de entender o nacionalismo —e que existe um nacionalismo auto-afirmador e solidário—; é necessário cair na conta de que também neste ámbito pesa a nosa história anormal.

É preciso entender que, de nom termos vivido umhas circunstâncias históricas concretas, ser cristao e lutar em favor da libertaçom do povo galego devera ser algo nom essencialmente normal senom essencialmente natural. Esta é a tese de fundo que o autor defende; as quase quatrocentas páginas do livro som umha colectánea de exemplos viventes de isto ser assim. O livro busca, nas palavras prologais de Torres Queiruga, «ante todo a significación do acontecer, a lección profunda dos feitos». É um olhar atento ao que a história foi destilando, muitas vezes a contra-corrente, através dos seus protagonistas, homens e mulheres que vivêrom desde esta dupla perspectiva: *exercer* de galegos e cristaos.

Sem dúvida, o autor parte de umha situação privilegiada, por estar em condições de focar os factos desde dentro e desde fora. Desde *dentro* porque foi ele quem escolheu essa dupla condição de cristao e galeguista, concretizadas nas suas tarefas de crego, animador cultural, jornalista e investigador; desde *fora* polas suas origens —nasceu em Hospital de Órbigo (Leom)— que lhe permitem manter umha maior objectividade. Ambas as condições transluzem ao longo do volume que, embora mantenha um tom narrativo, nom está isento, em ocasion, de apaixonamento pessoal. Aliás, nom é o autor um recém-chegado ao tema tratado, que já estudara em profundidade numha obra anterior: *A Xeración Nós. Galeguismo e relixión*.

O volume é umha continuação natural da sua obrinha anterior *Cristiáns e galeguistas*, publicada por *Irimia*. Por isso a maior parte dele é ocupada por homens e mulheres que vivêrom e vivem no século vinte. O livro está dividido em oito capítulos, dos quais os quatro últimos tratam da história mais recente do galeguismo cristao, que —dada a extraordinária abundância de figuras incluídas— nom é possível nem sequer resumidamente referenciar aqui. Umha faceta que me parece importante ressaltar é a quantidade de informação inédita que mesmo os mais informados encontrarám. Os capítulos VII (*Um bispo, algúns curas, frades e monxas na realidade presente*) e VIII (*Leigos na cultura e no nacionalismo de de-reitas e de esquerdas*) rebordam de informação facilitada directamente polos próprios protagonistas que fôrom entrevistados individual e expressamente para o livro.

No capítulo VII figura um apartado dedicado ao «outro galeguismo cristián» em que se estudam os galeguistas defensores da reintegraçom da língua. É umha amostra mais da anormalidade histórica que ainda vivemos, sem embargo temos que agradecer ao autor a delicadeza e equanimidade com que trata o tema, com um largo tratamento da figura de Martinho Montero Santalha e cumpridas referências a Carvalho Calero, Alonso Estravis, Henriquez Salido e muitos outros.

O livro completa-se com umha bibliografia que resenha mais de cem referências e um índice onomástico que permite, além de como um documentado ensaio, usar o volume como umha valiosa obra de consulta.

(*) PÉREZ PRIETO, Victorino. SEPT, Vigo, 1995, 376 págs.

O SILÊNCIO ERGUEITO DE ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ (1)

Henrique RABUNHAL

I

É para nós um alto honor comparecer hoje aqui com os colegas e amigos César Morám e Alvaro Vidal e com todos vós na apresentação de um livro que levanta um segredo. Por muitas razons, algunhas ficarán evidenciadas nestas linhas, celebro a apariçom de *Silêncio ergueito*(2), o livro do professor Gil Hernández que sendo obviamente testemunho do pensamento do autor é ao tempo defesa firme de ideias e de posiçons que partilhamos muitos outros. Muitas vezes falando com o autor tenho-lhe manifestado o relevante que pode resultar no futuro que deixemos impresso e o que pensamos e o que fazemos. Pode-se entender como um acto de desconfiança com o presente mas também como um acto de esperança com um porvir que este livro prediz. Nom é breve a estas alturas a listagem de serviços que o professor Gil Hernández dedicou à nossa cultura, nom apenas como ensinante mas como pessoa integrada em numerosos colectivos e movimentos cívicos nacionais (desde o grupo de Sociolingüística do Colégio Universitario da Corunha até a Associação de Amizade Galiza-Portugal passando pola Associação Galega da Língua ou as Irmandades da Fala) e internacionais (como o colectivo Iruinean Sortua) de maior ou menor fortuna ou projecçom, disposto a debater em multitude de foros as suas opinions e a dedicar muitas horas da sua vida em beneficio doutros. Para além da sua obra de criaçom poética, com livros como *Baralha de sonhos* ou *Luzes e espírito*, é autor de numerosos textos editados em *Actas* de Congressos, em jornais (*El Ideal Gallego*, *A Nosa Terra*) e revistas (*Man Comun*, *Luzes de Galiza*, *O Ensino*, *Nós*, *Cadernos do Povo*, *Folhas de Cibrao*), em numerosos volumes colectivos sendo de salientar o seu contributo aos trabalhos das Comissoes Lingüística e Sociolingüística da AGAL, à própria revista *Agália* e aos seus Congressos Internacionais e às respectivas *Actas* e aos volumes *Que galego na escola?* ou *Comentário de textos literários*. Excelente analista literário consagrou-se a assuntos de sociolingüística estudando desde a norma ortográfica do galego até aspectos da normalizaçom lingüística passando pola situaçom de direito do nosso idioma, a dimensom social da língua ou conceitos como o de diglossia. Bem sabemos alguns que é muito difícil comparecer no mercado bibliográfico galego quando em níveis diversos o *aspirante* se situa fora de certos discursos e de certas práticas. O autor deste livro que hoje nos ocupa concretiza em Diaz Pardo e em Pancho Pilhado a identidade desses a quem também nós devemos agradecer o convívio editorial de uns textos, redigidos entre 1979 e 1982, muitos deles editados em *A Nosa Terra*, *La Voz de Galicia*, *Man común* e *El Ideal Gallego* e nascidos para contribuir a esse empenho grandioso de fazer de *Galicia* Galiza e de contestar o actual processo de castelhanizaçom lingüística, o qual nom é pouco nem fútil. Pola época em que fôrom redigidos e pensados os textos do livro nom podo deixar de encaixar aqui e agora os momentos que daquela vivim ao carom de António: as suas luminosas aulas de Lingüística e Crítica Literária no Colégio Universitario da Corunha que se prolongavam fora do santuário académico, as viagens a Euskadi ou Catalunha para debater em plena transiçom democrática os problemas lingüísticos do Estado, as saídas a Portugal para conhecer de primeira mao todos os rostos de umha identidade tam manifesta como conflituosa, a experiéncia da Ilha Quente, a militança na Associação Galega da Língua e andado o tempo alguns trabalhos feitos em regime de co-autoria, a nossa comum dedicaçom à revista *Agália* e tantas outras cousas... Em todo esse tempo sempre tivemos em António ao professor que exercia e pratica-

(1) Este texto foi lido na apresentação do volume *Silêncio ergueito* celebrada na Corunha o passado 16 de Outubro de 1996.

(2) *Silêncio ergueito*, de António Gil Hernández, Ed. do Castro, Ensaio, Sada, 1996.

va, ao mestre que nos abria as portas do mundo sem mascarar-lo, ao amigo que gastava o seu tempo em nós, num nós no qual se podem reconhecer outros que talvez falem pola nossa voz.

O volume aparece distribuído em três partes(3) prologadas por um Prefácio e epilogadas por três addendas. Já no Prefácio o autor coloca na sua justa dimensom um dos motivos nucleares do seu discurso: a disjuntiva que se estabelece -com todas as conseqüências que acarreta cada opção- entre a consideraçom de Galiza como parte da naçom espanhola segundo estabecelem os textos legais vigentes (Constituiçom e Estatuto nomeadamente) e a compreensom de Galiza como fragmento do espaço lingüístico-cultural lusófono(4). Nom podemos dizer que seja novidosa esta discrepância à hora de pensar sobre a nossa pátria e a sua identidade idiomática e cultural. Outros muitos autores que estám na mente de todos temhem insistido nesta verdade dificilmente questionável: o galego aproxima-se ao português como defende o prof. Gil Hernández ou ao castellano como querem o Decreto 173/1982 e a Lei 3/1983. Umha das virtualidades do livro de António Gil, verdadeira pedra de toque de muitos outros textos seus, é que procura desmascarar aqueles discursos pretensamente galeguistas e galeguizadores mas que no fundo parecem perseguir que todo siga como está, o qual parece um bom caminho para acabar com o galego que passaria de aproximar-se ao castelhano a fazer-lhe a derradeira reverência: deixar-se substituir por ele como já acontece em âmbitos muito emblemáticos da nossa vida lingüística. O mesmo aplica o autor a outros âmbitos mais genéricos como a própria saúde democrática de uns estados democraticamente democráticos na teoria mas na prática mui vertebradores do que lhes interessa (desde a defesa do «ñ» do governo de Filipe González até as celebraçoms da Festa da Hispanidade que se fam em nome da língua comun) e mui abertamente destrutores dos carimbos *locais* e das peculiaridades *periféricas*. Como exemplo o autor denuncia a censura que impera em muitos meios de comunicaçom e que sempre opera em contra dos mesmos, é dizer, a favor dos mesmos. O exemplo nom é menor e este acto pode servir para que nós corroboremos essa existência patética e inhumana de umha censura mil vezes indigna. O professor Gil Hernández esclarece suficientemente, e sem aforrar pelos e sinais, o flagrante parentesco que existe entre o discurso político e o apresentado como científico e mesmo como este é subsidiário do anterior. Este *Silêcio ergueito* é em muitas passagens um grito em favor do diálogo nas suas múltiplas formulaçoms e nom apenas entre os que pensam de forma semelhante mas sobretudo entre aqueles que discrepando podam submeter ao debate público os seus programas e os seus projectos. O primeiro ponto de discrepância com o autor achamo-lo nas referências que fai à tradiçom do nacionalismo galego pois polo conhecimento que temos da mesma nom podemos corroborar que esteja presidida por umha contradiçom permanente no sentido de nom defender o que di defender. Pola contra cremos que nessa tradiçom estám já insinuados e por vezes endireitados alguns pontos de vista que sem dúvida faria seus o autor deste livro.

II

A primeira parte do livro está constituída por textos assinados como António Gil Hernández na sua etapa de Professor de Lingüística Geral e Crítica Literária no Colégio Universitário da Corunha, época na qual fomos alunos do autor e tempo do qual data o nosso primeiro conhecimento de quem favoreceu entre o alunado ânsias de saber, vontade de pensar e desejos de viver conscientemente a nossa condiçom de galegos. Estes textos demonstram o seguimento permanente polo autor do debate lingüístico na Galiza e no estado(5). O tempo deu-lhe a razom em muitas das cousas que opinava há 15 ou 17 anos: no particular independentismo apartidário de alguns deputados na primeira legislatura do nosso Parlamento, na dimensom nitidamente política do conflito lingüístico, na deserçom ino-

(3) Os trabalhos levam quase sempre um post scripta com actualizaçoms dos assuntos abordados e mesmo com autocrítica sincera.

(4) Tese sustentada polos Professores Celso Cunha e Lindley Cintra, o político Jorge de Miranda e que informa também o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

(5) Fala do espanhol como língua «intrusa, invasora e colonizante»(p. 66).

bre de alguns galeguistas historicamente históricos, na teima evidente de alguns em negar que galego e português som variantes do mesmo diassistema lingüístico, na inseparabilidade dos processos de normalização e normatização e na dimensão política que levam aparelhada, na falácia incontestável dos que turraram por inventar entre português e espanhol um idioma que sem embargo parece mais espanhol que português, na perpétua denúncia do debate que nunca se tolerou e hoje menos do que ontem e a sua substituição pelo que o autor denomina com rigor proibições, imposições e ameaças, na estratégia administrativa de criminalizar as ideias dos demais quando não se faz nada por que se cumpra a lei no pouco que tem de impulsadora dos usos efectivos do galego, na negação a determinadas instituições de possuírem o direito de pernada sobre o nosso idioma como se todos os demais, também *o povo*, fôssemos alheios a essa língua que também possuímos. Em todos estes textos há sempre um ideia recorrente que apenas podemos compartilhar: a necessidade de um poder político galego que tautologicamente implica a normalização do galego como língua nacional e cuja formalização gráfica não deve ser subsidiária das normas espanholas de correção ortográfica.

III

A segunda parte está constituída por textos de crítica literária assinados como Roi Vales da Oliveira e como A. Gil. Ulfo. Agora António Gil critica a forma em que se faz crítica literária na Galiza afirmando que as variáveis culturais que definem entre nós o literário estão submetidas a variáveis culturais alheias, ponto de vista compartilhado por pessoas aparentemente situadas longe das posições do autor noutros temas mas que coincidem com ele neste. Estes textos comentam outros doutros autores, referem-se a acontecimentos pontuais da altura e mesmo som cartas dirigidas a pessoas concretas. Neles o autor insiste nalgumas das ideias já expostas na parte anterior reclamando a necessidade de revisar o ordenamento jurídico vigente, censurando a primacia que alguns querem dar ao galego falado, contemplando a norma gráfica como momento dialéctico que também define a normalização de usos ou explica a sua concepção do reintegracionismo.

IV

A terceira parte nutre-se de textos editados em *A Nosa Terra* com o pseudónimo de cOLZA e que abordam assuntos tão variados como umha escolma de Risco, a invenção do valenciano, as relações do galego com o português, os critérios de edição de textos literários do passado e o que o autor denomina livros aprovados e réprobos. A primeira das três addendas versa sobre os processos de aprovação dos textos escolares, a segunda é um comentário a um poema de Bernardino Granha e a terceira um informe sobre a história e os objectivos da Associação Galega da Língua. Muito mais se poderia dizer deste livro. Os companheiros César e Álvaro farão outras leituras sem dúvida complementares da nossa. A nós apenas nos resta desejar que sejamos convocados no futuro imediato a um acto como este a erguer o silêncio de muitos outros textos notáveis que o amigo António produziu nos últimos anos. A cultura galega deste final de milénio já não se poderá entender sem esses textos.

A Corunha, Outono de 1996.

ÍNDICE DO TOMO XII - Ano 1996 (*)

	N.º, secção, e página
Alonso Estravis, I., Identidade lingüística galaico-portuguesa	46 E 133
Alonso Estravis, I., Joan Coromines e o reintegracionismo	48 E 403
Álvarez Cáccamo, C., O continuum da escrita na Galiza	46 E 143
Banhos, A., Ucronia da raia	46 N 247
Barxa, N., Falsos, manipuladores e inimigos da língua galega»	45 N 45
Barxa, N., Cooperaçom transfronteiriça no mundo do Direito	46 N 253
Beiras Torrado, X. M., Presente e futuro da Galiza	47 N 321
Coromines, J., Sobre a unificaçom ortográfica galego-portuguesa	48 E 411
Dasilva, J. M., Iglesia Alvaríño e Cabanillas tradutores	47 E 275
Dasilva, J. M., Em volta de uma versão galega de Camões	48 N 451
Devesa, J. M. Monterroso, Notícia sobre nomes portugueses no Uruguai	46 N 261
Devesa, J. M. Monterroso, Em torno ao nascimento de M. Murguia	47 N 343
Díaz Fouces, Ó., Engenharia da linguagem	45 R 119
Díaz Fouces, Ó., Linguística para tradutores	45 R 121
Díaz Fouces, Ó., Identidade cultural e traduçom	46 E 157
Díaz Fouces, Ó., São Jerónimo e a traduçom	47 R 385
Díaz Fouces, Ó., Introduçom à linguística	47 R 387
Díaz Fouces, Ó., Traduçom e análise contrastiva	48 R 519
Durão, C., Contos do outono	47 R 390
Durão, C., Silêncio ergueito	47 R 391
Farias, R., O ensino da língua materna no Brasil	48 N 463
Garcia, F., O universo vicentino e seus problemas	47 E 299
Garrido, C., Variaçom terminológica no campo científico	47 E 309
Garrido, C., Experiência didáctica da traduçom	48 N 471
Gil Hernández, A., Monodílogo a respeito do Mapa Sociolingüístico	46 E 165
Gomes, J. R., Existem fronteiras para os meios de comunicaçom?	46 N 257
Gonçales Blasco, L., Luta dos galegos em defesa da unidade	46 E 181
González Ortega, J. M., Galegos e cristiáns	48 R 521
Guisán Seixas, J., Duas cartas e uma pós-data só	47 N 335
Henríquez Salido, M. C., Dous países com língua descontrolada	45 N 53
Henríquez Salido, M. C., O «nosso» mestre Joan Coromines	48 E 417
Heraud, G., Bases legais para umha cultura transfronteiriça	46 E 189
Herrero Valeiro, M. J., O continuum da escrita na Galiza	46 E 143
Marco, A., Exemplificaçom das relaçoms culturais Galiza-Portugal	46 E 197
Martins, F., Contrapoder nos jornais da Galiza e Norte de Portugal	46 E 211
Montero Santalha, J. M., Poemas	48 A 489
Morán Cabanas, M. I., A propósito da <i>Confissam de J. Gomes da Ilha</i>	48 E 435
Neycken, L., A cooperaçom transfronteiriça em Bélgica	46 E 217
Parga, L., Um mergulho místico na cantiga da pasarrinha	45 R 123
Peeters, Y., Comunicaçom, identificaçom e dominaçom linguística	46 E 225
Penabade, B., A Associaçom <i>Arre-Sentelha!</i> da Costa da Morte	47 R 394
Penabade, B., As relaçoms transfronteiriças no currículo académico	46 E 231
Penela Martim, C., Territórios	47 A 361
Rabunhal, H., Silêncio ergueito	48 R 522

(*) Seguem a cada título: a numeraçom de cada volume: 45 (Primavera), 46 (Verão), 47 (Outono) e 48 (Inverno); as letras *E*(studos), *N*(otas), *A*(ntologia), *DI* (Documentaçom e Informaçom), *IM* (In Memoriam), *F*(ecensons) e *C*(orreio), que correspondem às secçoms da revista; os números finais remetem às páginas do tomo.

Redacção:

A AGAL em contra do uso litúrgico no Dia das Letras	45 DI 113
A Comissom de Toponímia e o topónimo Ogrobe	48 DI 505
Aos nossos leitoes	45 3
Apresentaçom	46 131
Apresentada proposiçom pró Declaraçom dos Direitos Lingüísticos	48 DI 501
A Presidenta da AGAL digiriu-se ao Presidente da República Portuguesa ..	47 DI 365
A revista <i>Agália</i> na Televisom Portuguesa	48 DI 513
A revista <i>Agália</i> subsidiada	48 DI 515
V Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza	45 DI 116
	47 DI 371
Congresso Internacional Identidade Cultural, etc.	45 DI 93
Correio	45 C 127
Curso de galego-português em Ourense	45 DI 100
Curso de língua e cultura portuguesa em Ourense	45 DI 100
Dom Ricardo Carvalho Calero, sempre em Galiza	45 DI 103
Eleito o novo Conselho da AGAL	45 DI 101
Encontro cultural em Burela	47 DI 369
In memoriam Joan Coromines	48 IM 517
Jornadas sobre a Língua Portuguesa em Guimarães	48 DI 497
Manifestaçom em defesa da língua	45 DI 114
Marinhas del Valle, o buscador da liberdade	45 DI 113
Memória da História	45 DI 91
Placa a Ângelo Casal na Corunha	45 DI 114
Proposiçom em pró do galego na UNED	48 DI 498
Publicaçoms recebidas e de interesse	46 DI 271
Reintegracionismo em Chantada	48 DI 504
Reintegracionismo real	45 DI 104
Rejeitada umha emenda no Congresso da UPG	48 DI 514
XIII Semana Galega de Filosofia	45 DI 106
Sobre política e idioma: as teimas de M. Ferrín	48 DI 503
Rodrigues, A. da Cruz, Nacionalismo galaico-português	46 N 267
Rodrigues, J. H. P., Os últimos moicanos de Rondônia	45 E 5
Rodrigues Gomes, J. Presença do galego-português no lunfardo	48 N 477
Rodríguez Sánchez, S., De Antiqua Ars Litterae	47 R 395
Sampaio, W., Os Uru-eu-uau-uau de Rondônia	48 N 483
Sanguin, A. L., O desaparecimento dos limites estatais	46 E 241
Seco, C. L., Tindó, Mar, memória e resistência	45 N 67
Silva, V. da, Os últimos moicanos de Rondônia	45 E 5
Silva, V. da, Os Uru-eu-uau-uau de Rondônia	48 N 483
Souto Cabo, J. A., Glossário do Testamento de Estevo Peres	45 E 27
Valinho Álvarez, R., Paz e liberdade, metas do amor tupi.....	45 R 126
Vidal, F. A., Em torno ao nascimento de M. Murguia	47 N 343
Vidal, F. A., Murguia: um texto em português	47 N 351
Wyler, A., Dialecto e língua padrom na Suíça de fala alemã	45 E 73

AGÁLIA

Revista da Associação Galega da Língua

Redacçom: Apto. 560 - 15080-Corunha.
Apto. 289 - 15780-Santiago de Compostela.
Administraçom: Apto. 453 - 32080-Ourense.

GALIZA

AGAL

Apto. 453

32080-OURENSE

GALIZA

Publicações da Associação Galega da Língua

• Colecção «Universália»

López-Suevos Fernández, Ramom: *Dialéctica do Desenvolvemento. Naçom, Língua, Classes Sociais*, 1983. (Esgotado).

Comissom Lingüística da AGAL: *Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*, 1983. 169 págs. (Esgotado).

2.^a Ed. corrigida e acrescentada, 1989, 302 págs.

Carvalho Calero, Ricardo: *Letras Galegas*, 1984. 349 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Prontuário ortográfico galego*, 1985. 318 págs.

Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, 1986. 820 págs.

López-Suevos, Ramom: *Portugal no quadro peninsular. Subsídios para a análise histórica-estrutural*, 1987, 224 págs.

Souto, Elvira: *Contribuição ao estudo do romance iniciático galego*, 1987, 95 págs.

Haller, Michel: *Tratado de contraponto e de composição contrapontística*. Tradução e adaptação de Joám Trilho, 1987, 212 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Guia prático de verbos galegos conjugados*. 1988. 128 págs.

Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1989. 928 págs.

Monterroso Devesa, J. M.: *Apelidos galegos*. 1989. 32 págs.

Morám Fraga, César-Carlos: *O mundo narrativo de Álvaro Cunqueiro*, 1990. 176 págs.

Associação Galega da Língua: *Poder, Ideologia e Língua* (Yvo JD Peeters, editor), 1991. 120 págs.

Actas do III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1992. 654 págs.

AA. VV. *O uso das línguas na perspectiva da Europa Comunitaria*. 1993. 194 págs.

Actas do IV Congresso Internacional da Língua Galego Portuguesa na Galiza. 1996. 448 págs.

• Colecção «Clássicos»

Cotarelo Valhedor, Armando: *Trebón*, Edição, estudo e adaptação ao Galego Actual de Ramom Reimunde, 1984. 221 págs.

Rosalía de Castro: *Folhas Novas*, Edição e notas de E. Souto Presedo; prólogo de F. Salinas Portugal, 1985. 266 págs.

• Colecção «Criação»

Manuel Maria: *A Luz Ressuscitada*, Carta-prefácio de António Gil Hernández, 1984. 138 págs. (Esgotado).

Carvalho Calero, Ricardo: *Cantigas de amigo e outros poemas (1980-1985)*, 1986. 192 págs.

Marinhas del Valle, Jenaro: *A vida escura*, 1987, 170 págs.

Béjar, Julio et alii: *Fogo cruzado* (relatos), 1989, 96 págs.

Guisan Seixas, João: *Origem certa do farol de Alexandria* (re-edição), 1989, 88 págs.

Gómez, Joel R.: *Quando o sol arde na noite*, 1990. 115 págs.

Guerra da Cal, Ernesto: *Lua de Além-Mar e Rio de Sonho e Tempo*, 1991, 292 págs.

Corral Iglesias, José Alberte: *Palavra e memória*, 1997, 156 págs.

• Revista AGÁLIA. Publicação trimestral desde o ano 1985. 128 págs.

Revista AGÁLIA. Monográfico n.º 1, *Problemática do sector lácteo*, dirigido e coordenado por Cláudio López Garrido, 1987, 160 págs.

Monográfico n.º 2, *Estudos sobre a História da Economia de Galiza*, dirigido e coordenado por Joám Carmona, 1989, 96 págs.

